



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MUSEU NACIONAL

**MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E LÍNGUAS
INDÍGENAS**

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA TICUNA NO ENSINO
FUNDAMENTAL II SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES DA
COMUNIDADE SÃO LEOPOLDO (ALTO SOLIMÕES-AM)**

Geremias Inácio Candido

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MUSEU NACIONAL

**MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E LÍNGUAS
INDÍGENAS**

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA TICUNA NO ENSINO
FUNDAMENTAL II SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES DA
COMUNIDADE SÃO LEOPOLDO (ALTO SOLIMÕES-AM)**

Geremias Inácio Candido

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Mestrado Profissional em Linguística e
Línguas Indígenas da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como requisito
para a obtenção do Título de Mestre em
Linguística e Línguas Indígenas.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Peixoto

Coorientador: Prof. Dr. Luciano Cardenes Santos

Rio de Janeiro

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MUSEU NACIONAL

**MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E
LÍNGUAS INDÍGENAS**

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA TICUNA NO ENSINO
FUNDAMENTAL II SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES DA
COMUNIDADE SÃO LEOPOLDO (ALTO SOLIMÕES-AM)**

Geremias Inácio Candido

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Mestrado Profissional em Linguística e
Línguas Indígenas da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como requisito
para a obtenção do Título de Mestre em
Linguística e Línguas Indígenas.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Peixoto

Coorientador: Prof. Dr. Luciano Cardenes Santos

Linha de pesquisa: Descrição, Análise e Documentação de Línguas Indígenas

Rio de Janeiro

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO MUSEU NACIONAL

**MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E LÍNGUAS
INDÍGENAS**

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA TICUNA NO ENSINO
FUNDAMENTAL II SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES DA
COMUNIDADE SÃO LEOPOLDO (ALTO SOLIMÕES-AM)**

Geremias Inácio Candido

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Peixoto

Coorientador: Prof. Dr. Luciano Cardenes Santos

Banca Examinadora

Presidente: Prof. Dr. Luciano Cardenes Santos (UFG)

Profa. Dra. Marci Fileti Martins (PROFLLIND/UFRJ)

Profa. Dra. Adria Simone Duarte de Souza (PROPED/UERJ)

Profa. Dra. Ana Paula Quadros Gomes (PROFLLIND/UFRJ)

Profa. Dra. Aline da Cruz (UFG)

C217a CANDIDO, Geremias Inácio.
Avaliação do ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental II sob a perspectiva dos moradores da comunidade São Leopoldo (Alto Solimões-AM) / Geremias Inácio Candido. -- Rio de Janeiro, 2025.

136f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Peixoto
Coorientador: Prof. Dr. Luciano Cardenes Santos

Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas - PROFLLIND, 2025.

1. Línguas indígenas. 2. Língua Ticuna. 3. Educação escolar indígena. 4. Ensino bilíngue. 5. Identidade cultural. 6. Ensino fundamental. I. Peixoto, Jaqueline dos Santos. II. Santos, Luciano Cardenes. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Jaqueline dos Santos Peixoto, e ao meu coorientador, Prof. Dr. Luciano Cardenes Santos, pela leitura atenta, pelas correções e pelas valiosas orientações na elaboração desta dissertação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLLIND – MN/UFRJ) pelo ambiente acadêmico estimulante, pelo incentivo à pesquisa e pela oportunidade de desenvolver este estudo.

Agradeço, de todo o coração, a todos os professores que contribuíram para minha formação durante o curso de mestrado: Profa. Marília Lopes da Costa Faco Soares, Profa. Jaqueline dos Santos Peixoto, Prof. Luciano Cardenes Santos, Profa. Marci Fileti Martins, Prof^a, Prof^a. Ana Paula Quadros Gomes, Profa. Beatriz Protti Christiano e Profa. Marcia Maria Damaço Vieira. Sou imensamente grato(a) pelo conhecimento transmitido, pelas orientações, incentivo e apoio ao longo de toda minha trajetória acadêmica.

Agradeço a todos os meus colegas do Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLLIND – MN/UFRJ), em especial aos professores Marcos Thames, Batista Alves Inácio, Eliezer Lucas e Francisco Rodrigues Araújo, por todo o apoio, incentivo e companheirismo ao longo do curso, que tornaram minha trajetória acadêmica mais rica e significativa.

Agradeço também a todos os anciãos, moradores, professores, pais, mães, alunos e demais membros do povo São Leopoldo Indígena, que generosamente compartilharam suas experiências e conhecimentos durante as entrevistas desta pesquisa.

Por fim, agradeço a Deus e, em segundo lugar, aos meus pais, que me permitiram e incentivaram a trilhar o caminho do mestrado, possibilitando a realização deste sonho.

TOMA RÜ ÃTCHIÜGÜE TI İĞÜ ‘SOMOS O GRUPO COM PENA’.

POESIA DE AUTORIA DO PESQUISADOR

Tchauega rü Meremücü¹ niĩ ‘O meu nome em Ticuna Meremücü’:

Aquele que tem peito bonito; Meremücü

Casa com aquele que tem corda cinzenta; Ngu’tüüna

Aquele que tem metade com pena: Mutum, Japó, maguari, Urubu rei, arara, galinha;

Se faz com sem pena avai, buriti, onça, saúva;

Aquele que tem peito bonita; ‘Meremüna’

Ti ama com aquele que tem casca bonito; ‘Metchipacü’

Aquele que tem nariz vermelho; ‘Audaraũcü’

Apaixonado com aquela que tem grupo bonita; ‘Me’tanüna’

Também apaixonada com aquela que árvore bonita; ‘Metanüna’.

Aquele que fica pé em perto; ‘Tchiitchicü’

Aquele que nunca desista o sonho;

Aquele que luta pelo direito;

Aquele que tem orgulho ser só uma Língua;

Aquela que tem nariz vermelha; ‘Audaraũna’

Casa com aquele que tem produz som suave; ‘Nhearecü’

Aquele que lá canta aguda; ‘Acücacü’

Não dá certo com grupo de aves ‘Ãtchiũ’

Aquele que tem rabo meio branco; ‘Pucüracü’

Faz romance aquele que tem cacho amarelada ‘Detanüna’

Aquele que tem tem escama pequena casco; ‘I’tchicuna’

Sempre é apanhado no ninho com peconhada; ‘Yaücü’

Aquele que tem rabo meio branco; ‘Pucüracü’

¹ Meremücü: me ‘bonito’, remü ‘peito’ + cü ‘nominalizador masculino’; ‘aquele que tem peito bonito’ (clã ngunü ‘mutum’)

Familiarizado aquele que vai caminhando com olho mau; ‘Ũtchigücü rü Nuetücü’
Aquele que tem dente meio-amarelada-branca; ‘Depütana’
Sempre vivo com aquele que tem plumagem vermelha; ‘Ngu’nü’

Aquele que sempre é bonito; ‘Mecü’
Felizes com aquele que tem o feixe amarela; ‘Dereena’
Casou com tem a sua unico tronco; ‘Magüta’
Sempre tem orgulho com a sua língua; ‘taga’

Aquele que é bonita; ‘Meetchina’
É irmão que tem asa virada; ‘Füpeatüna’
Que não faz cansaramento;
A nossa cultura sempre é assim;
O povo sempre pescado;

Aquele que tem asa virado; ‘füpeatücü’
Quando nasce, o primeiro nome aquele que tem em seu estomago uma parte ardoso;
‘Naibücü’

Aquele que tem cauda bonita; ‘yaacürana’
Que nunca faz parentesco mesmo clã; ‘Nacüã’
Que nunca perde sua orgulho;
Sendo sempre indigena Ticuna;

Aquele que tem cauda bonito; yaacücü’
Sempre faz festa bonita;
Faz cantada com casca de tracaja;
Aquele que tem anda cantada; ‘atchigücü’

RESUMO

CANDIDO, Geremias Inácio. Avaliação do ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental II sob a perspectiva dos moradores da comunidade São Leopoldo (Alto Solimões-AM). Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2025. 136f. Exame de Mestrado (Mestrado Profissional - PROFLLIND) - Pós-Graduação em Linguística e Línguas Indígenas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta dissertação investiga a valorização da língua Ticuna e sua relação com a preservação cultural, a identidade e a produção de conhecimento na Comunidade Indígena São Leopoldo, no município de Benjamin Constant (AM). O estudo tem como foco o Ensino Fundamental II da Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino *Meraïcũ*, analisando as percepções de professores, lideranças, pais e alunos sobre o ensino escolar da língua materna. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter etnográfico e intercultural, baseada em trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas, registros em caderno de campo e gravações de áudio. Os resultados indicam que a língua Ticuna ocupa um lugar central na escola e na comunidade, sendo compreendida não apenas como meio de comunicação, mas como elemento fundamental de pertencimento étnico, transmissão intergeracional de saberes e afirmação identitária. As falas dos participantes evidenciam o reconhecimento da complexidade linguística do Ticuna, especialmente nos níveis fonológico e sintático, bem como os desafios relacionados à formação de professores e à produção de materiais didáticos específicos. Conclui-se que o fortalecimento do ensino da língua Ticuna na escola indígena é um fator decisivo para a continuidade da língua e da cultura Ticuna, contribuindo para a construção de uma educação escolar indígena contextualizada e culturalmente situada.

Palavras-chave: Língua Ticuna. Educação escolar indígena. Ensino bilíngue. Identidade cultural. Percepções da comunidade.

ABSTRACT

CANDIDO, Geremias Inácio. Evaluation of the teaching of the Ticuna language in Elementary School II from the perspective of residents of the São Leopoldo community (Alto Solimões-AM). Rio de Janeiro, August 28, 2025. 136f. Master's Exam (Professional Master's - PROFLLIND) - Postgraduate in Linguistics and Indigenous Languages, Federal University of Rio de Janeiro.

This dissertation investigates the appreciation of the Ticuna language and its relationship with cultural preservation, identity, and knowledge production in the São Leopoldo Indigenous Community, located in the municipality of Benjamin Constant, Amazonas, Brazil. The study focuses on lower secondary education (Ensino Fundamental II) at the Professor Juvenal Lisbão Galdino *Meraĩcũ* Municipal Indigenous School, analyzing the perceptions of teachers, community leaders, parents, and students regarding the school-based teaching of the Ticuna language. The research adopts a qualitative, ethnographic, and intercultural approach, based on fieldwork, semi-structured interviews, field notes, and audio recordings. The findings indicate that the Ticuna language occupies a central role in both the school and the community, being understood not only as a means of communication but also as a fundamental element of ethnic belonging, intergenerational transmission of knowledge, and identity affirmation. Participants' narratives highlight the recognition of the linguistic complexity of Ticuna, particularly in phonological and syntactic domains, as well as challenges related to teacher training and the production of specific teaching materials. The study concludes that strengthening the teaching of the Ticuna language in Indigenous schools is essential for ensuring the continuity of the language and culture, contributing to a culturally grounded and context-sensitive model of Indigenous education.

Keywords: Ticuna language. Indigenous school education. Bilingual education. Cultural identity. Community perceptions.

NATCHIGA-TCHIGA TICUNAGAWA

CAE, Yerumi Īga. Rū nü-ũ na cua'tchaũ nhaã ngu' Ticunaga rü ngu' fundamental II natchiga nhu-nhaã i-tana dautchigüũ daa iãne ya Dipugu âtchiĩgue (Alto Solimões-Am). Tatü i Janeru, 28 arü agustu arü 2025 136f. Daugü Cua'güruũ (Cua'gu Profissional- PROFLLIND) - Taũ ngu' i nagagü tchiga Duũtãga Universidade Federal Tatü i Janeruwa.

Nhaã wüeta rü nagu ni de'a **nü-ũ na cua'tchaũ nhaã ngu' Ticunaga-thiga** rü nacümagü-tchiga rü nümagü norü cua'güruũ ya nuãcüã daa iane ya Dipuwa nhe'ma pegüeca'. Nuacüã arü dauwa rü ngeëtaeruũca' rü nguetanüëca' ya ngu' fundamental II Nguëpataũ Muncipal Yuwena Lisbão Galdino Meraũcü namaã i ca' norü üguwa âmatüũ mã. Rü nhaã ngu' rü namaã narü ũ ni yiema duũũ i-ĩgüũ i pegüũ taguma ta nü-ũ tarü oe nhaã taga. Yiema ya tüna naca' na-cae nhaã ngu me'ama **nü-ũ ta-dau ni tagutama ni nü-ũ tarü o'eũ Ticunaga**. Nhemaca' nhaã carü ya tüna naca' na caũ tüma arü **dauwa i** cua'wa tümaga arü pora ya Dipucüã. Nü-ũ na daũ tüma arü de'awa Ticunaga rü wüi natchiga äuri-ĩtchima poraũ ni-ĩ daã nguëpataũ ya Dipuwa nhemane. Rü nhemaãcü ya Dipucüã Ticunagü rü nüũ na ngu'ũ nhaã naga nü'ũ na nhema gu'tchacüraũ naga e de'agü. Nhema ni-ĩ nhaã ngu' nagu a de'a ni tü-ũ i na po'ũca' i taga. Ngu'ũma nhaã puracu ta ügü-ũ ni norü natchiga nhu'ãcü ni nü-ũ tarü ngau'gü-ũ ni Ticunaga ta ngue i nha ngu'maã i tana po'ũ-ũ nhaã to'rü taga na pora-ũca'. Nhe'maca i nguetanüa ya Ticunagü ya daã nguëpataũwa nhemagüe naca' me'ã ta ngue, erü tüma arü tümaga yeeraãcü **na-na-poraũ**. Naga gu'tchaũëtüwa nhaã ngu' rü na-na-we' naga na nua na ma'ũũ i ngetaa'cüna nua Menecü (Brasil) ngetaacüna Ticuna i maẽiwa.

De'a: Nü-ũ na cua'tchaũ nhaã ngu' Ticunaga-thiga, **nü-ũ ta-dau ni tagutama ni nü-ũ tarü o'eũ Ticunaga, dauwa, na-na-poraũ**

LISTA DE SIGLAS

AFI/IPA – Alfabeto Fonético Internacional

CF – Constituição Federal

CNEEI – Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.

CNPI – Conselho Nacional de Política Indigenista

MN – Ministério Nacional

OCCA.E. – Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica

ORDECOL – Organização para o Desenvolvimento Comunitário de São Leopoldo

PIB – Povos Indígenas no Brasil (plataforma mantida pelo Instituto Socioambiental – ISA).

PROFLLIND – Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas

PSS – Processo Seletivo Simplificado

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para os Escolas Indígenas

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SIASI/SESAI – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena / Secretaria Especial de Saúde Indígena (órgão vinculado ao Ministério da Saúde).

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Escola Municipal Professor Juvenal Lisboa Galdino ‘Merañcũ’.....	34
Foto 2 – Pedro Inácio Pinheiro (Ngematũcũ).....	63
Foto 3 – Documentação de fundação da comunidade de São Leopoldo.....	67
Foto 4 – Escola 1º Grau Projeto Rondon.....	71
Foto 5 – Lideranças e membros da comunidade São Leopoldo com a igreja e a cruz ao fundo.....	74
Foto 6 – Vista panorâmica da comunidade São Leopoldo a partir do pico da montanha Yotaru.....	75
Foto 7 – Entrada da comunidade São Leopoldo com vista para o Rio Alto Solimões.....	76
Foto 8 – Centro da comunidade São Leopoldo com ponte de madeira sobre o açude.....	77
Foto 9 – Desfile de aniversário da Santa Cruz no centro da comunidade São Leopoldo.....	78
Foto 10 – Tradução de Língua Ticuna para Língua Portuguesa na turma do 9º ano.....	109
Foto 11 – Tradução de Língua Portuguesa para Língua Ticuna com a turma do 9º ano.....	110
Foto 12 – Tradução de frases do Português para a Língua Ticuna – 9º ano.....	110
Foto 13 – Leitura de histórias em Língua Ticuna – 6º ano.....	111
Foto 14 – Contação de narrativas em Língua Ticuna – 7º ano.....	111

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa das Terras Ticuna.....	40
Mapa 2 – Localização geográfica do Massacre do Capacete (1988).....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Consoantes fonéticas e fonológicas da língua Tikuna.....	55
Tabela 2 – Vogais do Ticuna e sua representações fonéticas e fonológica.....	56
Tabela 3 – Diferenças entre as propostas ortográficas da língua Ticuna no Brasil, Peru e Colômbia.....	57
Tabela 4 – Professores da Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino Meraïcü, ano letivo 2025.....	95
Tabela 5 – Currículo do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) – Escola Indígena São Leopoldo.....	100
Tabela 6 – Calendário Escolar da Escola "Meraïcü" – 2025.....	102
Tabela 7 – Percepções de professores, lideranças, pais e alunos sobre o ensino escolar da língua Tikuna.....	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bandeira da Comunidade Indígena São Leopoldo.....	80
Figura 2 – Registro da Bandeira da Comunidade Indígena São Leopoldo no Cartório de Benjamin Constant.....	81
Figura 3 – Calendário Escolar da Escola "Meraïcü" – 2025.....	102
Figura 4 – Capa do livro Cururugü Tchiga (OGPTB, 2002).....	106

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Produção textual em Ticuna – <i>Ã'tchiga</i> ('A história do Mosquito').....	112
Imagem 2 – Produção textual em Língua Ticuna – <i>Ã'tchiga</i> : “A história do Mosquito”.....	112
Imagem 3 – Produção textual em Língua Ticuna – Nguépataũtchiga: “Sem escola não há família”.....	113
Imagem 4 – Produção textual em Língua Ticuna – Nguépataũtchiga: “Sem escola não há família”.....	114
Imagem 5 – Produção textual em Língua Ticuna – <i>Ã'tchiga</i> : “A história de Mosquito”,.....	114
Imagem 6 – Produção textual em Língua Ticuna – <i>Ã'tchiga</i> : “A história de Mosquito”.....	115
Imagem 7 – Produção textual em Língua Ticuna – Na'tchire tchiga: “Sobre Meio Ambiente”.....	116
Imagem 8 – Atividade coletiva de tradução: Português → Ticuna.....	116
Imagem 9 – Conjugação de verbos em Ticuna – 8º ano.....	117
Imagem 10 – Conjugação de verbos em Ticuna – 8º ano.....	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 Justificativa e Relevância do Estudo.....	20
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	21
1.3 Questões de Pesquisa.....	22
1.4 Metodologia.....	23
1.5 Estrutura da Dissertação.....	24
2 TRAJETÓRIA EDUCATIVA DO AUTOR.....	27
2.1 Norü Wüi Cua' – Minha primeira educação tradicional.....	28
2.2 Norü Tare Cua' – Meu segundo período de educação formal.....	30
2.3 O que você sente como falante da língua Tikuna na Educação Escolar Básica.....	35
2.4 Como você se sente sendo um falante da Língua Portuguesa.....	35
3. NOSSO POVO, NOSSA TERRA, NOSSA LÍNGUA.....	37
3.1 QUEM É O POVO DE TIKUNA?.....	37
3.2 QUANTOS SOMOS?.....	39
3.3 Nossas terras.....	40
3.4 Nossa língua tikuna.....	42
4. A LÍNGUA TICUNA: FAMÍLIA, TRONCO, CARACTERÍSTICAS E PESQUISAS.....	45
4.1 Família Linguística e Tronco Linguístico.....	45
4.2 Características da Língua Ticuna na perspectiva de diferentes especialistas.....	47
4.3 A Língua Ticuna segundo a perspectiva do pesquisador	59
5. BREVE HISTÓRIA DE NOSSA ALDEIA SÃO LEOPOLDO.....	64
5.1 Formação, língua e práticas culturais da Aldeia de São Leopoldo.....	64
5.2 Registro oficial do nome da comunidade.....	78
5.3 Registro do nome religioso “Monte das Oliveiras”.....	79
5.4 Criação da bandeira da comunidade São Leopoldo.....	79
5.5 TORÜ AU ‘ <i>NOSSAS LÁGRIMAS</i> ’	82
5.6 A Luta pela Terra e seu Impacto na Educação Escolar Indígena.....	87
6. LÍNGUA E EDUCAÇÃO NA ESCOLA INDÍGENA DE SÃO LEOPOLDO: ESTUDO DE CASO DO ENSINO FUNDAMENTAL II.....	93
6.1 Ensino Fundamental na escola de São Leopoldo.....	93
6.2 Ensino de línguas no Ensino Fundamental II.....	103

6.3 Ensino de língua Tikuna no Ensino Fundamental II.....	105
7. PERCEÇÃO DA COMUNIDADE DE SÃO LEOPOLDO SOBRE O ENSINO ESCOLAR DA LÍNGUA TIKUNA.....	119
7.1 Perceção das lideranças e anciãos da comunidade.....	119
7.2 Perceção de professores da comunidade.....	120
7.3 Perceção dos pais de alunos do ensino fundamental II.....	124
7.4 Perceção dos alunos do ensino fundamental II.....	126
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	132
ANEXO – ROTEIRO DE ENTREVISTA / QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DA PESQUISA.....	134

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e Relevância do Estudo

Com todo o nosso empenho e confiança, realizo esta dissertação de defesa, com percepção das realidades dos moradores, voltada para a avaliação do ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental II, sob a perspectiva dos moradores da Comunidade São Leopoldo (Alto Solimões-AM). A partir deste tema, surgiu o estudo que desenvolvo e que será distribuído nos capítulos mencionados a seguir.

Escolhi este tema a partir das orientações dos meus três professores do curso de Mestrado em Línguas Indígenas, que me deram ideias para investigar como a língua Ticuna está sendo vivenciada atualmente na escola local, considerando os líderes, os anciãos, os moradores, os professores e os alunos indígenas. Através dessa pesquisa, descobri que a língua Ticuna é altamente valorizada pelos povos indígenas Ticuna de São Leopoldo, tanto dentro quanto fora da escola.

Do meu ponto de vista como pesquisador, a Comunidade Indígena São Leopoldo, situada a grande distância da cidade, apresenta características observadas antes e durante a pesquisa: a maioria dos professores da escola é indígena, e todos os moradores são Ticuna. Por essa razão, meu tema de pesquisa surgiu: a avaliação do ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental II sob a perspectiva dos moradores da Comunidade São Leopoldo (Alto Solimões-AM).

Através desta pesquisa, observei que a Comunidade São Leopoldo oferece oportunidades para que todos os indígenas falem suas línguas e expressem suas culturas. A aldeia São Leopoldo demonstra sua língua, identidade, valores e ética, mostrando-se respeitada no meio acadêmico. Este mestrado em Línguas Indígenas possibilitou a defesa de um estudo voltado para os próprios povos, garantindo o direito de estudar e pesquisar suas línguas, culturas, mitologias, festas tradicionais, culinária, bebidas, artesanato, entre outros aspectos.

A relevância desta pesquisa sobre a avaliação do ensino da **língua Ticuna** localiza-se na perspectiva dos moradores quanto ao ensino da língua no contexto escolar, visando promover avanços no aprendizado em seu próprio idioma, para que os alunos tenham mais facilidade em produzir textos corretamente, sem erros de ortografia, sem deixar de valorizar sua segunda língua.

Esta pesquisa pode contribuir para a valorização da língua Ticuna dentro da comunidade e em sua terra demarcada, a partir da percepção dos moradores sobre a avaliação do ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental II, de modo a garantir a autonomia na valorização da língua, conforme preconiza o CNEEI (2014, p. 80).

Garantir a oficialização das línguas indígenas dentro do currículo das escolas indígenas em todos os níveis, etapas e modalidade de ensino, conforme a realidade linguística de cada povo, sendo que para os povos que são falantes da língua indígenas o português entra como segundo língua.

A justificativa e a relevância deste estudo se consolidam na compreensão da importância do ensino do Ticuna para a preservação cultural e fortalecimento da identidade dos povos indígenas de São Leopoldo. Ao analisar o ensino da língua no Ensino Fundamental II sob a perspectiva dos moradores, busquei evidenciar como a escola pode ser um espaço de valorização da língua e de promoção da autonomia linguística. Este estudo, portanto, reforça a necessidade de políticas educacionais que reconheçam oficialmente as línguas indígenas no currículo escolar, garantindo que o português seja tratado como segunda língua, respeitando a realidade linguística e cultural de cada comunidade.

1.2 Objetivos da Pesquisa

O presente estudo tem como finalidade compreender, por meio de pesquisa de campo, a valorização da língua Ticuna no contexto escolar da Comunidade São Leopoldo. Para isso, realizei entrevistas com os moradores locais — anciãos, professores, alunos e pais — visando alcançar os resultados desta pesquisa com os seguintes objetivos:

- Avaliar, a partir da percepção dos moradores, o ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental II;
- Resumir as falas dos entrevistados nos cadernos de registro, servindo como produto da pesquisa;
- Traduzir trechos das falas dos entrevistados, aproximando-as da língua portuguesa.

Dessa forma, os objetivos delineados nesta pesquisa permitem não apenas compreender o ensino da língua Ticuna sob a perspectiva dos moradores, mas também contribuir para a valorização e preservação da língua na comunidade. Ao registrar, resumir e traduzir as falas dos participantes, busquei garantir que o conhecimento local fosse respeitado e divulgado, fortalecendo a identidade cultural e o papel da língua Ticuna no contexto escolar e comunitário

1.3 Questões de Pesquisa

Nesta etapa, apresento as principais questões que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa de campo. As perguntas foram elaboradas a partir de um **roteiro de entrevista semiestruturado** (ANEXO – ROTEIRO DE ENTREVISTA / QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DA PESQUISA), com o objetivo de compreender como os moradores da Comunidade Indígena São Leopoldo percebem o ensino da língua Ticuna no contexto escolar e de que forma avaliam sua importância para a preservação cultural, a identidade e o fortalecimento da educação escolar indígena.

As questões buscaram ainda identificar o papel da escola na valorização da língua materna, os desafios enfrentados no processo de ensino-aprendizagem e as estratégias adotadas pela comunidade e pelos professores para manter viva a língua Ticuna entre as novas gerações.

O roteiro de entrevistas contemplou questões de identificação dos participantes, formação e atuação profissional, uso da língua Ticuna, bem como perguntas específicas sobre o ensino da língua na escola, conforme apresentado a seguir:

1. Você é Ticuna? () Sim () Não
2. Qual é o seu nome indígena?
3. Qual é o seu nome em português?
4. Qual é a sua formação?
5. Há quanto tempo atua como gestor (), coordenação pedagógica () ou orientação educacional ()?
6. Há quanto tempo atua em sala de aula como professor(a)?
7. Você fala a língua Ticuna?

8. Quais são as preocupações atuais em relação à língua Ticuna na comunidade São Leopoldo?
*“Nhu’ nhaũ ni- curü oega ãẽ nhumama nhaã tagawa daa São Leopoldowa?”*ĩ
9. O que você pensa sobre o ensino da língua Ticuna na escola de São Leopoldo?
ĩ“Nhu’ nhaũgu nawa curü nü-ũ nhaã ngue’ ãẽtae Ticunagawa na escola na nhemaũ?”
10. Qual é a sua preocupação atual em relação à língua Ticuna, considerando a função que exerce na comunidade, como liderança ou representante político?
11. O que você acha do ensino da língua Ticuna na escola? Quais são as principais dificuldades enfrentadas? O que poderia melhorar ou como deveria ser o ensino da língua Ticuna?

Essas questões nortearam todo o percurso investigativo, permitindo compreender diferentes pontos de vista sobre o ensino da língua Ticuna e sobre o lugar que ela ocupa na escola e na comunidade. As respostas obtidas contribuíram para revelar percepções, desafios e estratégias de fortalecimento da língua, reforçando a importância de pesquisas que escutem e valorizem a voz dos próprios povos indígenas em seus contextos educativos e culturais.

1.4 Metodologia

Nesta pesquisa, adotei uma abordagem **qualitativa**, de caráter **etnográfico e intercultural**, fundamentada no trabalho de campo realizado na Comunidade Indígena São Leopoldo, no município de Benjamin Constant (AM). Como instrumentos metodológicos, utilizei entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários, registros em caderno de campo e gravações de áudio realizadas com aparelho celular, os quais foram essenciais para a coleta e sistematização dos dados.

As entrevistas tiveram início em 2 de agosto de 2023 e foram realizadas tanto na Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino *Meraũcũ* quanto nas residências dos moradores da comunidade, que conta com aproximadamente 923 habitantes da etnia Ticuna. Participaram da pesquisa professores, lideranças comunitárias, moradores e alunos do Ensino Fundamental II, entre eles Maria Tereza Ramos Galdino (professora da escola, 51 anos), Marcos Thames, Hervanei Ferreira Sintra, Jairo Lucas Guedes, Delsons Macário Bibiano, Sebastião Araújo Ramos, Ozanir Araújo Ramos, além de estudantes do 8º e 9º anos.

As entrevistas foram realizadas sob orientação dos professores Marília Facó Soares, Luciano Cardenes Santos e Jaqueline dos Santos Peixoto. As perguntas foram feitas

prioritariamente na **língua Ticuna**, respeitando o contexto sociolinguístico da comunidade e possibilitando que os entrevistados se expressassem de forma mais espontânea e significativa. Todas as falas foram gravadas com o consentimento dos participantes.

Após a realização das entrevistas, elaborei resumos das falas nos cadernos de registro, e alguns trechos foram posteriormente traduzidos para o português, buscando preservar ao máximo o sentido original das narrativas. A análise concentrou-se especialmente na avaliação do ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental II e na percepção da comunidade sobre a valorização da língua na escola e no cotidiano.

Em síntese, a metodologia de pesquisa de campo permitiu uma aproximação direta com a realidade linguística e educacional da comunidade de São Leopoldo, garantindo que a voz dos próprios povos Ticuna fosse ouvida, registrada e valorizada no processo de construção desta dissertação.

1.5 Estrutura da Dissertação

Este capítulo apresenta a organização geral desta dissertação, descrevendo a sequência dos temas abordados ao longo do trabalho. Cada parte foi pensada para contribuir com a compreensão do processo de valorização e ensino da língua Ticuna, desde o contexto histórico e cultural até a análise das práticas pedagógicas na Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino Meraücü, na Comunidade São Leopoldo. A estrutura aqui apresentada reflete o caminho percorrido pelo autor durante a pesquisa, articulando vivência pessoal, conhecimento tradicional e formação acadêmica.

No primeiro capítulo desta dissertação, apresentamos um pequeno poema de autoria do pesquisador, seguindo o modelo de poemas de autores não indígenas, além dos agradecimentos e de um breve resumo. Também expomos as ideias iniciais da pesquisa sobre a percepção dos moradores em relação à avaliação do ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental II da Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino Meraücü, localizada na Comunidade Indígena São Leopoldo.]

No capítulo 2, apresentamos a trajetória do autor como membro do povo Ticuna, relatando a vida de uma família dentro da cultura Ticuna e sua experiência desde a educação tradicional até o ingresso na educação formal e no mercado de trabalho. Mostramos também que, no início da educação escolar na comunidade, ainda não havia o ensino da língua Ticuna, sendo necessário aprender a segunda língua (português) com muitas dificuldades.

O capítulo 3 traz um breve histórico do povo Ticuna e informações sobre sua população no Brasil, Peru e Colômbia. São apresentados também os nomes gerais das comunidades Ticuna do Estado do Amazonas. Evidenciamos que a língua Ticuna ainda é muitas vezes considerada inferior no contexto educacional, sendo valorizada principalmente nas escolas locais entre os próprios povos.

No capítulo 4, realizamos leituras de obras de diferentes autores que abordam um panorama geral das línguas brasileiras, suas famílias linguísticas e troncos linguísticos, conforme documentos como o *RCNEI* (1998). Identificamos algumas características da língua Ticuna, especialmente relacionadas à ordem dos constituintes, com base em leituras de Soares (1990, 1992, 2000) e outros especialistas indígenas da língua Ticuna, como Serra (2018), Flores (2018), Chotas (2018) e Alberto (2023). Também refletimos sobre a perspectiva de que, “onde não há língua, não há vida social”, pois todos os seres vivos têm sua própria forma de comunicação.

Já no capítulo 5, apresentamos uma breve história da Aldeia Indígena São Leopoldo — sua língua Ticuna, cultura, identidade, religião e vida econômica. Destacamos ainda a beleza natural da região, especialmente a montanha YATURO, e descrevemos os movimentos das lideranças locais, como a criação da bandeira da comunidade, o mapa da terra demarcada e um desenho que representa a vivência das mortes ocorridas em 1998.

No capítulo 6, fazemos um resumo geral sobre a preservação da língua, da cultura e da identidade Ticuna, com base no estudo de caso do Ensino Fundamental II da Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisboa Galdino Meraücü. Analisamos o funcionamento da escola, o quadro docente e suas formações, os currículos, conteúdos, calendários e instrumentos pedagógicos utilizados pelos professores da língua Ticuna. Também abordamos a realização das atividades docentes, as traduções entre Ticuna e português, o uso dos pronominais (*tcha, tchi, cu, na, ta, pe, na*), as produções textuais e a análise das orações da língua, observadas do 6º ao 9º ano, conforme os conteúdos levantados bimestralmente.

Por fim, o capítulo 7 apresenta os resultados da pesquisa sobre a avaliação do ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental II sob a perspectiva dos moradores da Comunidade São Leopoldo (Alto Solimões – AM). Os moradores Ticuna manifestaram grande interesse em colaborar com o pesquisador, compartilhando suas percepções sobre a valorização da própria língua como parte essencial da alfabetização das crianças Ticuna na escola local. As lideranças reforçaram que os povos indígenas têm o direito de usar sua língua no espaço escolar e que é dever da comunidade garantir o ensino da língua Ticuna no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, fortalecendo a presença e o respeito aos povos originários.

Nesse mesmo capítulo, os pais expressaram preocupação com o futuro de seus filhos, netos e estudantes da escola, destacando a importância de primeiro aprenderem a ler e escrever na própria língua, sem perder sua identidade ao ingressar no ensino superior.

Os alunos do 8º e 9º anos também compartilharam suas opiniões sobre o ensino da língua Ticuna, apontando dificuldades, sugerindo melhorias e demonstrando preocupação com a escrita e a ortografia, especialmente diante da falta de livros fornecidos pelas instituições. Ainda assim, os estudantes mostraram grande interesse em aprender e valorizar a própria língua.

Assim, a estrutura desta dissertação foi organizada para revelar não apenas o percurso metodológico da pesquisa, mas também o olhar de um pesquisador Ticuna comprometido com a preservação da língua e da cultura de seu povo. Cada capítulo se conecta ao anterior, formando um conjunto que expressa a relação entre história, identidade e ensino. O propósito final é fortalecer o reconhecimento da língua Ticuna como instrumento de conhecimento, resistência e continuidade cultural nas escolas indígenas.

2. TRAJETÓRIA EDUCATIVA DO AUTOR

Sou do clã Mutum (NGUNÜ²), o meu segundo nome em português é Geremias Inácio Candido. Nascido no dia 14 de novembro de 1980, minha terra de natal é a Comunidade Indígena São Leopoldo³, pertencente ao Município de Benjamin Constant-AM.

Sou a primeiro filho do senhor Ermenegildo Paulino Candido (DAURAÛCÜ⁴) e o filho da senhora Carmita Martins Inácio (WË'TANÜNA⁵), mais quatro irmãs: Neuza Inacio Candido, Guida Inacio Candido, Raimunda Inacio Candido, Juninha Inacio Candido e mais um irmão Ezequiel Inacio Candido.

Tenho 45 anos de idade, sou 27egund com dona Lucila Miguel Pinto, pertencente à mesma comunidade Ticuna, com o nome usado na etnia (NGUTÛÛNA⁶), nascida no 18 de Maio de 1994, ela é agricultura, dona de casa, e nossos filhos são seis: Geone Pinto Candido (TCHIITCHICÜ⁷), Gerden Pinto Candido (ATCHIGÜCÜ⁸), Jerimar Pinto Candido (ACÜCACÜ⁹), Nato Pinto Candido (PUCÜRACÜ¹⁰), Natalio Pinto Candido (WÜTEPÜCÜ¹¹) e Ato Pinto Candido (MECÜ¹²).

² Ngunü: 'Ah! Esse caldo está azedo, é da nação de mutum'

³ Comunidade Indígena São Leopoldo fundada no dia 05 de Fevereiro de 1972.

⁴ DAURAÛCÜ: dau 'vermelho', raũ 'nariz' + cü 'nominalizador masculino'; 'aquele que tem nariz vermelho' (clã ngunü 'mutum')

⁵ MË'TANÜNA: mË 'preto(a)', tanü 'tem grupo', + na 'nominalizador feminino'; 'aquele que tem grupo preto(a)' (clã naĩyüü 'sauva')

⁶ NGUTÛÛNA: ngutüü 'corda cinzento' + na 'nominalizador feminino'; 'aquele que tem corda cinzento' (clã aru 'avaí')

⁷ TCHIITCHICÜ: tchi 'pé', i 'em' tchi 'fica' + cü 'nominalizador masculino'; 'aquele que fica em pé' (clã ngunü 'mutum')

⁸ ATCHIGÜCÜ: a 'cantar', tchi 'andar' gü 'ele' + cü 'nominalizador masculino'; 'aquele que anda cantando' (clã ngunü 'mutum')

⁹ ACÜCACÜ: a 'cantar' cü 'ele' ca 'lá' + cü 'nominalizador masculino'; 'aquele que lá canta' (clã ngunü 'mutum')

¹⁰ PUCÜRACÜ: pu 'branco', cüra 'rabo', + cü 'nominalizador masculino'; 'aquele que tem rabo meio branco' (clã ngunü 'mutum')

¹¹ WÜTEPÜCÜ: wü 'listar' tepü 'redondo' + cü 'nominalizador masculino'; 'aquele que tem listado no meio branco' (clã ngunü 'mutum')

¹² MECÜ: me' 'bonito' + cü 'nominalizador masculino'; 'aquele que é bonito' (clã ngunü 'mutum')

2.1 Norü Wüi Cua’ – Minha primeira educação tradicional

A minha trajetória de vida foi assim. O meu pai e a minha mãe são Ticuna e têm uma vida tradicional, trabalhando na agricultura, no artesanato e na pescaria, praticando até hoje a produção manual de canoas, remos, tipitis, peneiras e outras atividades nativas.

A minha primeira educação recebi do meu pai e da minha mãe, quando eu era criança e já sabia escutar e ouvir. O conselho do papai e da mamãe valeu a pena para mim até hoje. Eles falavam assim comigo: *você meu filho, agora quando você adulto tem que aprender fazer tudo como: fazer canoas, remos, colares, a pescaria, a roçada e o caçada entres outros e até saber fala pouco língua dos Brancos*. Isso foi muito importante para mim no futuro e deve ser transmitido de geração em geração. Também me deram o conselho de nunca casar dentro do mesmo clã, porque casar com alguém do mesmo clã é proibido: dizem que é como comer um bicho ‘ngo’o’. É melhor casar com uma moça de outro clã, de ‘sem pena’.

Sempre acompanhei meu pai quando ele fabricava uma canoa, feita de algumas árvores chamadas tento ‘*muruweta*’, itauwa ‘*itauba*’, cedro ‘*ocayiwa*’, wariíwa ‘*guariuba*’ arvores de breu ‘*o’wütchicü*’, jacareúba ‘*yocariwa*’, 28egunda28 de paca ‘*bae*’, e outras árvores boas para canoas. Ele trabalhava durante dois, três, quatro, cinco, seis ou até doze meses até que a canoa ficasse pronta. Quando fabricava uma canoa que media entre três e seis, quatro e oito braços (ou seja, entre três, quatro, seis e até dez metros), ele levava cerca de um ano para terminar.

O primeiro passo do seu plano era conversar com a esposa; no outro dia saía pelo mato à procura das árvores. Quando encontrava a adequada, fazia a derrubada. As ferramentas de corte eram o 28egunda, o teçado e o facão. Para medir, usava o que encontrava no mato, chamado ‘*Ēnepamaũ*¹³’ que era uma linha bem reta que descia ao longo da árvore, a linha de tucum tecida por sua esposa e também um 28egunda pedaço de árvore. Após isso, fazia a medida do 28egund das árvores citadas acima; o primeiro corte era feito com essa medida, depois vinha o corte da ‘*nataneca*¹⁴’, e o 28egund era cavado para formar a canoa. Em seguida, a peça era colocada dentro de um igarapé para não ressecar. Após uma, duas ou mais semanas, juntava lenhas, que tirava das árvores de pirahã. Na frente da peça, ficavam dois

¹³ ĒNEPAMAŨ: ěne ‘formiga cheiroso do mata virgen’ + pa ‘cheiroso’ + maũ ‘corda’ - cipó de formiga cheiroso do mata virgem.

¹⁴ Nataneca ‘

paus atravessados, atrás mais dois paus, do lado esquerdo, um pau atravessado, e do lado direito, mais um.

No dia certo, fazia-se fogo com breu chamado *tchare*, colocado sobre a madeira até aquecer a canoa, que se abria com o calor do fogo. Com a ajuda da tesoura e do *aiyane* — um buraco feito na terra, onde se colocava um pouco de água misturada com barro — jogava-se no corpo da canoa para não queimar. Quando estava bom, molhava-se a madeira durante a queima e, depois, queimava-se novamente. A boca da canoa era virada para cima e, já virada, colocava-se a tesoura para abrir, puxando de um lado para o outro, enquanto se pregavam paus para segurar. Assim, quando a canoa ficava pronta, algumas eram vendidas e outras ficavam no rio ou no lago, para serem usadas na pesca e no sustento da família.

Esse primeiro **cuá**¹⁵ ‘conhecimento’ que recebi do meu pai até hoje permanece comigo, sendo transmitido aos meus filhos e de geração em geração.

¹⁵ A mitologia do Ticuna quando Mapana jogava a casa do caba do do joelho do Ngutapa ficou enchado até certo dia saíram dois irmãos chamada Yoi e Ipi e dois irmãs Mowatcha e Aicuna todos os irmãos saíram com sua materiais com sustento com jarabatana, arco e fleca, tipiti, peneira e outros.

2.2 Norü Tare Cua’ – Meu segundo período de educação formal

A escola em que estudava na minha primeira vida de estudante era de madeira, com 2 salas de aula e 1 sala de professor, pintada com cores naturais, como já mencionado aqui. No meu primeiro dia de escola, quando tinha (11) onze anos de idade, meu pai, Ermenegildo Paulino Cândido, me matriculou na Escola Municipal Indígena São Leopoldo, no 1º série de 1990. Meu primeiro professor, Constantino Ramos Lopes – Füpëatücü¹⁶, me ensinava as primeiras letras de vogais não indígenas: *a, e, i, o, u*, associadas a nomes de animais: *e de elefante, i de igara, o de ovelha, u de urubu*.

Na 2ª série, em 1992, estudei com o professor Paulo Ramos Lopes. Na 3ª série, de 1993 a 1995, com o professor Guilherme Selvares Peres, repeti três vezes a série por não conseguir ler as 23 letras do alfabeto antigo da Língua Portuguesa; lembro que, naquela época, ainda não havia disciplina de Língua Ticuna. Na 3ª série de 1996, estudei com o professor Antonio Joanico Ramos. Na 4ª série de 1997, com Guilherme Selvares Peres, e em 1998, na 4ª série, com Clemente.

Na minha contagem de estudo, do 1º ao 4º série, levei 10 anos de estudo, sendo um dos alunos da turma mais lentos a aprender escrita e leitura.

Quando terminei a 4ª série, um professor indígena chamado Clemente, que vinha da comunidade indígena de Filadélfia, dava aula para mim na 4ª série, na minha própria comunidade. Ele incentivou meu pai a me mandar estudar em outra escola, onde havia da 5º à 8º série. Naquele tempo, papai não sabia o que era estudo nem para que servia. Mas assim ele ouviu o conselho daquele professor.

No início do ano letivo, o papai estava preocupado com que seu filho continuasse os estudos, porque. Na comunidade indígena São Leopoldo, onde morava e mora até hoje, não havia a 5ª série. Só era possível estudar da 5º à 8º série na comunidade indígena de Filadélfia, localizada no Município de Benjamin Constant. Então, em fevereiro de 1999, fizemos uma viagem de canoa de quatro metros. Na madrugada de segunda-feira, começamos a remar às 4h da manhã e chegamos às 17h do mesmo dia, dormindo na canoa. Na manhã de terça-feira, procuramos o diretor da Escola Municipal Indígena Ebenezer, o professor Sansão Ricardo Flores, que me matriculou na 5ª série.

¹⁶ Füpëatücü: fü ‘pontudo’; peatü ‘asa’; + cü ‘nominalizador masculino; ‘aquele que tem asa pontudo’ (clã ngu’nü ‘mutum’)

No início do ano letivo, em março, desloquei-me da minha aldeia para a aldeia de Filadélfia, ficando na casa do senhor Alfonso Fidelis até o término do ano letivo de 1999. Fui reprovado por não ter domínio de leitura, escrita e cálculo, porque não entendia nenhuma palavra de língua portuguesa. Essa escola tinha apenas professores não indígenas, que vinham de Benjamin Constant.

Quando o papai e a mamãe, Carmita Martins Inácio, viram que seu filho havia sido reprovado, ficaram preocupados por ele, para que pudesse falar e compreender a segunda língua, o português. Pensaram que, um dia, isso poderia ajudá-lo a procurar documentos nas segunda, em instituições como cartórios e outras que emitissem documentos pessoais. Porque meus pais não entendem nada da língua dos brancos, a Língua Portuguesa. Seus objetivos eram aprender a falar a Língua Portuguesa e traduzir para eles a língua do povo dos brancos, pois em suas famílias ninguém sabia falar o português.

Assim, no início do ano de 2000, o papai foi procurar uma escola na cidade de Benjamin Constant, com meu tio Irineu Martins Jacamin, que sabia falar um pouco de Língua Portuguesa. Chegando lá, ele perguntava sobre matrícula de aluno à diretora da Escola Estadual Cel. Raimundo Cunha, a professora Sônia Maria Sobrinha, e, no mesmo dia, me matriculou na 5ª série.

Então, na mesma tarde, o papai preocupou-se em procurar minha moradia e, no mercado da cidade de Benjamin Constant, encontrou um senhor chamado Almeida Forte, morador na comunidade indígena de Novo Porto Lima, que já conhecia uma senhora não indígena chamada dona Guiomar Santos, moradora da cidade de Benjamin Constant, e cujo filho já havia saído de casa, por motivo de bebedeira. Fomos até lá, à casa da moradora, para pedir se ela aceitaria que eu ficasse morando com ela. Chegando à casa, ela estava lá, e perguntamos se aceitava que um jovem ficasse morando com a senhora. Ela respondeu: Tá bom. Perguntou se seu filho gostava de sair e beber cachaça. Papai respondeu que seu filho não gostava de bebida alcoólica.

No dia 08 de março de 2000, iniciaram as aulas na Escola Estadual Cel. Raimundo Cunha. Eu fui para a casa da moradora para morar e comecei a estudar. Quando chegou o final do ano letivo de 2000, fui aprovado da 5ª série para a 6ª série. Naquele tempo, eu já entendia um pouco da Língua Portuguesa, mas não falava. Quando chegou o fim do ano, querendo continuar meus estudos, fiz mais uma pergunta à senhora Guiomar Santos de Oliveira. Ela me respondeu que aceitava mais uma vez, porque me viu com bons costumes: era um rapaz que ajudava em casa na limpeza, nas compras, na venda de churrasco, na venda

de picolé, curite, pastel, bombons, refrigerante e em demais atividades, como a roçada do quintal de casa.

No ano de 2001, eu estava estudando na 6ª série; em 2002, estava na 7ª série e até concluí a 8ª série, em 2003, na mesma Escola Estadual Cel. Raimundo Cunha, continuando a morar na casa de dona Guiomar. Quando terminei o Ensino Fundamental II, da 8ª série, procurei outra escola na mesma cidade, porque já sabia responder, perguntar e falar algumas palavras em Língua Portuguesa. Fui à escola e fiz minha matrícula no 1º ano do Ensino Médio regular, na Escola Estadual Imaculada Conceição, e concluí o 3º ano do Ensino Médio em 2006, na mesma escola, no Município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas, continuando a morar na mesma casa de dona Guiomar Santos de Oliveira.

Em 2008, prestei um vestibular da UEA para a Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Línguas Inglesas, no Município de Tabatinga, e fui aprovado. No entanto, não concluí o curso, porque algumas disciplinas ainda faltavam ser cursadas, e fui jubilado. Naquele ano, morava na mesma casa da senhora dona Guiomar Santos de Oliveira, moradora da cidade de Benjamin Constant, que contava com transporte chamado Marieta, que ia e voltava todas as tardes de segunda à sexta-feira, contratado pelo SEMED.

Mas assim, eu nunca desisti do meu sonho de estudar na faculdade. No ano de 2014, prestei mais um vestibular da UEA, para o mesmo curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa, fui aprovado e fiquei muito alegre, agradecendo principalmente ao nosso Senhor. Nesse curso, passei três anos e meio, porque aproveitei disciplinas que já havia cursado anteriormente, e foi assim que concluí o curso de Letras no dia 22 de agosto de 2018, pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Centros Superiores de Tabatinga. Meu objetivo ao escolher esse curso era escrever bem na língua e falar fluentemente a Língua Portuguesa.

Foi assim que concluí o curso de Letras, enfrentando muitas dificuldades e falta de recursos. Um dia, fui para a aula na Universidade de Tabatinga sem ter tomado café e, ao chegar depois da aula, estava com muita fome. Então, pedia 1 (um) real ao meu colega para comprar algo. Às vezes, perdia o transporte e dormia na casa de um colega de faculdade. Foi assim, com muita dificuldade, que terminei o curso de Letras em Português.

Quando fiz esse segundo curso, já tinha família e morava na própria casa, na comunidade indígena São Leopoldo. Mas assim, nunca pensei em abandonar meu sonho de diplomação, porque sou descendente do povo pescador.

Assim, em todas as vidas sofridas, ganhava um pequeno conhecimento que pode ser considerado como preparação para a vida profissional, como educador. Iniciei, aos 05 dias do

mês de fevereiro dos anos de 2014, 2015 e 2016, por meio da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino, assumindo uma carga vaga de 18 horas/aula semanais no Ensino Médio regular, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, no turno matutino, na Escola Estadual de São Leopoldo, anexo à Escola Estadual Cacique Manuel Florentino Mecüracü.

Em 2017, prestei contratação pela SEMED de Benjamin Constant, por meio do PSS. Nesse mesmo ano, de 2017 até 2019, assumi o cargo de 1º (primeiro) Gestor da Escola Municipal Indígena de São Leopoldo, da Comunidade Indígena de São Leopoldo, no Município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas, localizada na Zona Rural, margem direita do Rio Alto Solimões.

No dia 15 de fevereiro de 2021, realizamos uma reunião Interna na Escola e discutimos em detalhes o nome da Escola Municipal Indígena São Leopoldo, conforme o Decreto nº 088, de 31 de outubro de 1983, aprovado pelo Gabinete do Prefeito Municipal de Benjamin Constant, senhor Altino de Almeida Castelo Branco, que registrava o nome da Comunidade Indígena São Leopoldo. Agora, o nome da escola passará a ser registrado como: ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PROFESSOR JUVENAL LISBÃO GALDINO MERAÛCÜ¹⁷, mantendo-se o mesmo Decreto nº 088, de 31 de outubro de 1983, código nº 13005383, aprovado pelo Gabinete do Prefeito, senhor David Nunes Bemerguy, por meio do Decreto nº 146, de abril de 2021, que “decreta art. 1º: DENOMINAR a Escola Municipal de São Leopoldo como Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino ‘Meraïcü’.

¹⁷ Nome da escola homenageado de primeiro professor indígena Ticuna Juvenal Lisbão Galdino Meraïcü lecionada a comunidade São Leopoldo.

Foto 1 – Escola Municipal Professor Juvenal Lisboa Galdino ‘Merañcũ’



Fonte: Acervo pessoal do autor

Em 2020 a 2022, assumi a coordenação da escola e, em 2023, lecionei na Escola Municipal Indígena Novo Porto Lima, na disciplina de Língua Portuguesa. Em 2024, fui remanejado para a Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisboa Galdino Merañcũ, ministrando a disciplina de Língua Ticuna. No momento em que o gestor Batista Alves Inácio me atribuiu essa disciplina, foi um desafio, pois nunca havia estudado ou lecionado nela; seria minha primeira experiência dando aula na língua Ticuna. Durante minha trajetória de estudo, eu estudava em escolas dos brancos. Graças ao curso de mestrado do PROFLLIND da UFRJ, tive a oportunidade de estudar a própria Língua Tikuna como pesquisador, pesquisando os moradores da minha aldeia, especificamente sobre o uso da língua Ticuna na comunidade escolar no Ensino Fundamental II.

Em 2018, meu primo me disse que havia um processo seletivo para o Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLLIND-MN/UFRJ), no Rio de Janeiro. Interessado, participei do processo seletivo. Quando soube do resultado final e que havia sido classificado na quarta turma, fiquei muito alegre, pois iria estudar um curso de línguas indígenas que nunca havia cursado antes, iniciando assim meus estudos na minha primeira Língua Ticuna.

No segundo semestre de 2019, fui à capital do Rio de Janeiro, em um voo de aproximadamente seis horas e meia, para participar do primeiro semestre de aulas presenciais do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas (PROFLLIND-MN/UFRJ).

No final do mês de dezembro de 2019, no mesmo ano, surgiu uma doença chamada covid-19, uma pandemia mundial, que paralisou os estudos e diversas atividades em todos os países, estendendo-se até 2022. Durante esse período, as instituições públicas e particulares adotaram aulas remotas, e o PROFLLIND-MN/UFRJ passou a ministrar aulas à distância pela internet. No entanto, como moro em uma aldeia bem distante da cidade, onde não há acesso à internet, uma comunidade sem tecnologia, foi difícil para os alunos participarem das aulas remotas do PROFLLIND-MN/UFRJ. Por esse motivo, o curso acabou se estendendo por cinco anos. Assim, apresento esta dissertação como resultado da minha pesquisa sobre a situação do ensino da Língua Tikuna no Ensino Fundamental II.

2.3 O que você sente como falante da língua Tikuna na Educação Escolar Básica

No meu primeiro ano de estudo no Ensino Fundamental, o professor indígena não ensinava a língua Tikuna na escola; na minha época, havia apenas leitura de textos em Língua Portuguesa. No entanto, a língua Tikuna fazia parte do meu cotidiano na aldeia: todos os dias eu falava minha língua no trabalho de agricultura, nas pescarias, nas conversas familiares, nas festas tradicionais e na fabricação de canoas.

Para mim, é muito importante que, quando falo na escola, eu tenha muita segurança dentro da educação escolar básica, onde os alunos também falam sua própria língua, para que nunca esqueçamos nossa língua. A nossa língua Tikuna é nossa defesa, nossa identidade, e, onde recebemos educação escolar básica, todos são membros da comunidade Tikuna e falantes da língua Tikuna. Assim, nossa língua possui o maior poder que temos no Brasil. A língua Tikuna é nosso maior orgulho e constitui uma das maiores armas da nossa sociedade.

2.4 Como você se sente sendo um falante da Língua Portuguesa

Eu guardava na memória a lembrança de quando estudava na escola da cidade e não entendia nenhuma palavra de português. Ficava sentado numa cadeira, apenas copiando o conteúdo que o professor passava no quadro negro. Lembro também de um homem não indígena que, ao passar em frente à sua casa todos os dias, quando eu ia e voltava da escola, me chamava de “fala muito” por eu não saber falar nenhuma palavra. Quando tentava dizer

algumas palavras, tinha medo de errar na pronúncia. Por isso, apenas ficava sentado na sala de aula, sem falar absolutamente nada, porque não sabia pronunciar uma palavra corretamente.

Mas, mesmo assim, eu nunca pensei em desistir do meu sonho. Meu pensamento, dia e noite, era que um dia eu defenderia o meu povo. Essa era a minha maior preocupação naquele tempo, quando estava longe da família e morava na casa de uma senhora não indígena.

Outra preocupação que eu tinha eram as notas muito baixas nas disciplinas, principalmente em Português, Matemática e outras matérias, por não compreender bem o conteúdo e a interpretação de textos. Por essa razão, ao final de cada ano, eu passava com notas muito baixas em todas as disciplinas do Ensino Fundamental I, II e até no Ensino Médio.

Eu sentia tristeza por causa das notas baixas, porque percebia que havia errado as respostas das atividades das disciplinas e não respondia corretamente às perguntas. Além disso, mesmo quando já entendia e falava algumas palavras com falantes da língua portuguesa, ainda tinha muito medo de errar, pois não pronunciava corretamente as palavras em português. Isso sempre aconteceu ao longo da minha vida escolar e no cotidiano.

Quando estudava na universidade, no curso de Letras, sofria por falta de esclarecimento sobre os assuntos apresentados nos seminários, pois as explicações nem sempre eram claras e segunda. Nosso entendimento do texto ocorria de pedaço em pedaço; nem todo o texto lido era compreendido. Algumas palavras eram difíceis de entender quanto ao seu significado, e eu sempre recorria ao dicionário contemporâneo. Ainda assim, muitas vezes a explicação do assunto não era fornecida. Dessa forma, nossa compreensão do texto permanecia limitada, e apenas alguns pontos eram explicados na frente da turma.

Até hoje, tenho muito cuidado ao falar a segunda língua com autoridades da educação, da saúde e de outros setores públicos da cidade, procurando falar como um falante de português. No entanto, nunca temos vergonha de falar nossa língua Tikuna em qualquer lugar; estamos presentes todos os dias, a qualquer hora.

Hoje cheguei ao final do curso de mestrado em Línguas Indígenas do PROFLIND, da Universidade do Rio de Janeiro, vinculada ao Museu Nacional. No entanto, eu não tinha medo de escrever minha dissertação, mesmo sabendo que utilizaria a segunda língua. Hoje, na cidade, não sinto medo, porque já aprendi a fazer perguntas e me comunicar com as pessoas.

3. NOSSO POVO, NOSSA TERRA, NOSSA LÍNGUA

*Erü yiemagü, tchama rü Ticuna tchi-ĩ,
duĩ'ũ-tchi-ĩ, maiyu-tchi-ĩ
na'waei nüũ tcha'-cua'ũ tchorü cutura,
nheaca' ni-ĩ, nhea cutura tauguã ina'ũ'ütchi'ĩ. (Maria
Tereza -2023)*

*Porque nós, eu sou Ticuna
sou gente, sou indígena
eu e nunca esquecemos a minha cultura
por isso a nossa cultura, a língua nunca deixaremos a
fora. (Maria Tereza -2023)*

Fala da professora Ticuna (Tikuna) durante seu depoimento na entrevista realizada por mim, em pesquisa de campo na Aldeia São Leopoldo, Município de Benjamin Constant, Amazonas, em 2023. Ela afirmou que o povo Ticuna nunca esquece sua cultura, sua identidade, principalmente a língua e seus sábios.

3.1 Quem é o povo de tikuna?

Somos Ticuna, sempre Ticuna, sempre sendo Ticuna; somos povos magüta. Até hoje, ninguém sabe de onde veio o povo Ticuna, enquanto outros povos conhecem seus descendentes. Por isso, nós, como Ticuna, sempre permanecemos vivos na região Amazônica e em outros países, como Peru e Colômbia.

De acordo com alguns viajantes, que desceram pelo rio Amazonas, no Peru, até o rio Amazonas, no Brasil, chamado Curt Nimuendaju (1929, p. 192), ele registrou que o povo Ticuna habitava terras brasileiras em pequenos aldeamentos na margem esquerda do rio Solimões.

Comissionado pelo S. P. 1. estive em Novembro de 1929, 16 dias entre os Tukuna estabelecidos nos igarapés Preto e Belém e no Lago Cajary. Vizitei mais um bom número de sitios desta tribu nas margens do Solimões e recebi durante a minha permanencia nos barracões Belém e São Jeronymo diariamente as visitas de fatulias de indios.

Os povos Ticuna que vivemos hoje nos dois lados, de margens direita e esquerda, do Rio Alto Solimões, no Amazonas, norte do Brasil. Esse famoso povo Tikuna é, mitologicamente, conhecido como povo Magüta, 'pescado pelos Deuses Yo'i e seu irmão Ipi', de onde surgiu sua famosa língua, agora conhecida como Língua (Tikuna). Sua história permanece viva em qualquer cidadão indígena Ticuna brasileiro(a), incluindo crianças,

jovens, pais, mães, adultos, avós e avôs. Aprendi com meu pai e minha mãe desde criança, e até hoje guardo essa história no meu baú do conhecimento, transmitida de geração em geração.

O segundo, meu pai disse: *‘Yiemagü rü Yo’i tüü na-pogü Ewarewa’* – “somos povo pescado por Yo’i no Igarapé Eware’ –, sendo que o Igarapé Eware é braço do Igarapé Tunetü, terra natal do nosso maior líder. Como registrou Soares em sua narrativa de Pedro Inácio Pinheiro (Ngematücü) Tchorü Duüügüca’ Tchanu, “Minha Luta pelo meu Povo”, 2014, p. 12: *‘ngema nu’cümaüchima ngeta Yo’i tüü i pogüüwa, ngema Eware nawa ngemaü ‘Tunetü’, a que, há muito tempo, Yo’i nos pescou no Eware’*.

Aqui conto um pequeno relato que guardo no meu baú de conhecimento tradicional, o *cua*¹⁸, que aprendi com meu pai:

No começo do mundo, não havia luz, estava tudo escuro. Um dia nasceram Yo’i, Ipi, Mowatcha e Aicüna. Era um mundo de grande escuridão: não havia nada, apenas o céu, a terra e a água.

Um dia, eles começaram a pensar por que nunca amanhecia. Será que havia algo estranho escondido? Então um deles resolveu procurar um objeto para lançar para cima. No mesmo instante, quando arremessou, apareceu uma pequena luz através de um buraco, mas logo sumiu.

Yo’i e seus irmãos decidiram procurar e encontraram uma samaumeira muito grande. Então construíram um plano de derrubá-la, junto com os animais da floresta. Levaram muito tempo tentando, mas não conseguiram. Pensaram em outro plano: mandar alguém subir até o alto.

Havia um animal muito corajoso que aceitou esse trabalho. Ele jogou o veneno de fogo de formiga *U’nü*¹⁹ no olho da preguiça grande, que segurava o céu. Assim, ela soltou o céu, e a árvore samaumeira caiu sobre a terra.

No mesmo momento, surgiu o dia. Do tronco nasceu o grande rio (Rio Amazonas), e, dos galhos, nasceram os rios grandes e pequenos. Assim se separaram os povos: Ipi foi com os seus para o Peru, e Yo’i ficou com os seus no lado do Brasil.

Por isso, metade do povo Ticuna vive no lado do Brasil e somos o povo de Yo’i.

¹⁸ Cua’ ‘o primeiro conhecimento tradicional o cidadão Ticuna sabe contar desde pequeno’

¹⁹ Formiga de fogo

3.2 Quantos somos?

No Brasil, somos mais falantes no Alto Solimões, de acordo com o site do PIB, dado atual do (Siasi/Sesai, 2020), com cerca de 57.571 indivíduos falantes da Língua Ticuna, distribuídos nos seguintes municípios e em outros países;

Em primeiro lugar pela grande extensão territorial ocupadas pelas comunidades Tikuna, o que já cobre, atualmente, 13 (treze) municípios do estado do Amazonas, no Brasil: 1. Tabatinga; 2. Benjamin Constant; 3. São Paulo de Olivença; 4. Amaturá; 5. Santo Antônio do Içá; 6. Tonantins; 7. Fonte Boa; 8. Jutai; 9. Tefé; 10. Coari; 11. Beruri ;12. Anamá; 13. Manaus (a ordem dos municípios é aquela existente no espaço amazônico brasileiro). Essa grande extensão territorial aumenta, quando passamos a considerar o espaço ocupado fora do Brasil. No sul da Colômbia, o chamado departamento do Amazonas abrange os municípios de Leticia, Porto Narinho e Tarapaca, com um total de 68 aldeias e aproximadamente 9.000 habitantes (segundo informação do professor Abel Angarita).

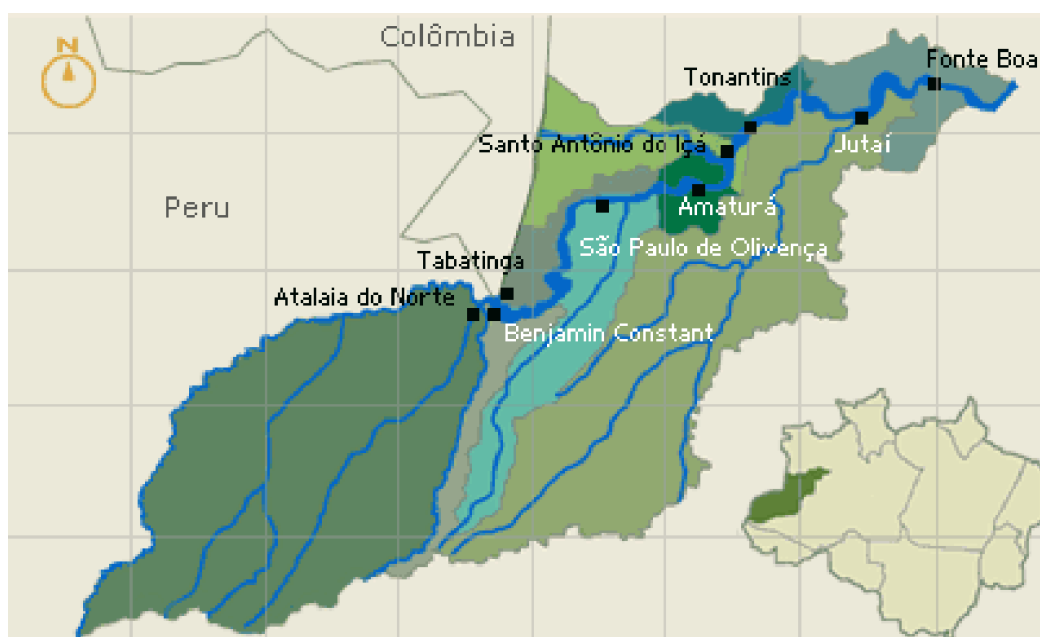
No Peru, há comunidades Tikuna na região Loreto, na província de Ramon Castilla, nos municípios de Caballo Cocha, distrito de Islândia e na província de Maynas, município de Iquitos. No Peru, são 19 comunidades Tikuna que somam 8.000 habitantes aproximadamente (segundo informação da Professora Mercedes Witancourt Serra¹³). No Brasil, há 141 aldeias com estimativa de 58.524 habitantes (fonte dados da SESAI – Alto Solimões) .

3.3 Nossas terras

O povo Tikuna vivemos no Estado do Amazonas, principalmente na região do Alto Solimões, estando mais presente no Brasil. Há um número de aldeias que pertencem aos municípios do Alto Solimões, de acordo com levantamento de Oliveira Filho (1986, p. 15); Es

Um levantamento atual, baseado em mapas e relação de comunidades fornecido por lideranças indígenas reunidas em uma encontro (vide Jornal Magüta nº 1 a 8), complemento com conhecimento e com informações e estimativas obtidas, indicariam a existência de 69 comunidades pertencentes a oito municípios do Estado do Amazonas: Tabatinga (TBT), Benjamin Constant (BC), São Paulo Olivença (SPO), Amaturá (AMAT), Santo Antônio do Içá (SAI), Tonantins (TO), Jutai (JU) e Beruri (BE).

Mapa 1 – Mapa das Terras Ticuna



Fonte: <http://sit.mda.gov.br>

O povo indígena Ticuna no Brasil, habitante da região do Alto Solimões, na fronteira com o Peru e a Colômbia. Como já foi citado, os grupos indígenas Ticuna são mais numerosos nas aldeias indígenas da região do Alto Rio Solimões, no Estado do Amazonas, no Brasil, de acordo com levantamento da pesquisadora realizado em todas as comunidades indígenas desta região (Soares, 2014, p. 129);

Barreira da Missão – Barreira de Cima, Betel e Nova Esperança;
 Betania – Patiá, Lago Grande, Betania e Monte das Oliveira/Japacuí;
 Bom Intento – Novo Paraiso e Bom Intento; Espírito Santo – Espírito
 Santo e Novo Progresso; Estrela da Paz – Boa Vista, Estrela da
 Paz/Bugaio e Inglaterra;

Eware I – Santa Clara, Nova Jordania, Marco da Redenção, Floresta
 Amazonica, Torre da Missão, Porto Velho, Santa Teresinha, Campo
 Alegre, Nova Santarem, Nova Vila, Bairro Independente, Santa
 Isabel, Santa Inês, São Domingos II, São João, São Domingos I,
 Vendaval, Carana, Nova Ressurreição, Boa Vista, Cajari I, Bairro
 Vermelho, Cajari II, Bananal, Deregüne, São Jerônimo, Palmari,
 Belém dos Solimões, Novo Maranhão,
 Nova Esperança , Água Limpa, Ourique Monte Sinai, Nova Extrema,
 Cigana Branca, São Joaquim, Piranha, Nova Jutai, Emaú, Nossa
 Senhora de Nazaré, Cacimbão, Pena Preta, Nova Aparecida, Santa
 Rosa, Novo Cruzador e São Fernandes Barreirinha;

Evare II – Centro Bom Jesus, Nossa Senhora de Nazaré, Baía,
 Paranapara II, Paranapara I, Nova Jerusalem, Novo Lugar, Enepü,
 Otawari (Porto Alegre), Ribeira, Novo Paraiso, Supão, Nazaré,
 Assacaia, Uruaá, Novo São José e Vera Cruz; Feijoal – Cidade Nova
 Feijoal, Porto Alegren e Canaã; Lauro Sodré – São João de Veneza,
 Guanabara e Lauro Sodré; Macarrão – Bacabal, Castanhal e Santa Fé;
 Maraita – Maraita e Palmeira do Norte; Matintim – Boa Vista, Novo
 Dia e Vista Alegre; Nova Esperança do Rio Jandiatuba – Nova
 Esperança e Porto Alegre; Porto Espiritual – Porto Espiritual e Nova
 Vida; Porto Praia – Porto Praia; Santo Antonio – Bom Caminho,
 Filadelfia e Porto Cordeirinho; São Francisco do Canimari – São
 Francisco do Canimari; **São Leopoldo – São Francisco, Novo Porto
 Lima e Bom Pastor I**; Tupã Supé – Tupã Supé; Uati Paraná – Airuá,
 Marimari e São Pedro; Umariçu – Umariçu e Cristo Salvador; Vui-
 Uata-In (Nova Italia) – Bom Pastor, Canimaru, Nova Galileia, Nova

Italia, Umarirana e Vila Tambaqui. (SOARES 2014, p.129) citado por (FLORES 2018, p.28)

Na zona rural do médio Solimões estão situados os municípios de Tefé, Beruri, Anamã, Alvarães, Fonte Boa, Manacapuru, Coari etc. Na capital do Estado do Amazonas (Manaus), os Tikuna estão centralizados em uma comunidade (ou bairro) conhecida como Cidade de Deus ou *Wotchimaüci*.

Na Colômbia, segundo Angarita (2005), os Tikuna vivem no trapézio amazônico formado pelas cidades de Letícia e Puerto Nariño, sobretudo nas comunidades Lago, San José de Quilômetro 06 de Letícia, Arara, Nazareth, Zaragoza, Macedônia, entre outras aldeias não identificadas aqui.

3.4 Nossa língua Tikuna

A nossa Língua Tikuna, nós, indígenas Tikuna, falamos a língua Tikuna e moramos aqui no Rio Alto Solimões. Falo a língua Ticuna, que, no local, é considerada Língua Materna (Ticuna), sendo falada em três países. É uma língua regional, além da língua nacional, que é o português.

Única Língua Ticuna, nós nunca deixaremos de falar a Língua Tikuna, que sempre estará viva em nossas futuras gerações. É nossa maior identidade como povo Tikuna. Nós acreditamos que a Língua Tikuna nunca será esquecida, permanecendo viva na família, nas festas de moça nova, nas reuniões, na escola e em qualquer lugar do mundo. Atualmente, a Língua Ticuna na escola é uma das disciplinas mais importantes para nossos alunos.

Percebe-se, no entanto, que há pouco respeito pela nossa língua, que é menos valorizada pelos povos brancos, porque a língua nacional possui maior poder na escola. Por exemplo, todas as provas realizadas com alunos indígenas nas escolas indígenas são aplicadas em Língua Portuguesa, segunda língua dos alunos, o que gera dificuldade para responder e fazer redações dissertativas.

Houve, por exemplo, um dia em que uma professora não indígena, designada pelo SEMED de Benjamin Constant como coordenadora pedagógica da Escola Municipal Indígena Juvenal Lisboa Galdino Meraüci, comentou sobre o professor indígena que dava a disciplina de Língua Portuguesa. Ela enfatizou que, em sua aula, todos deveriam falar em Língua Portuguesa para que os alunos indígenas aprendessem a língua, evitando dificuldades no ensino médio ou na universidade. Durante a observação, percebeu-se que a professora não

indígena estava preocupada apenas com os índices de aprovação dos alunos indígenas nas provas de Língua Portuguesa.

Penso que isso não traz muitos pontos negativos para os alunos indígenas no cotidiano escolar, já que a Língua Portuguesa é sua segunda língua, enquanto a Língua Ticuna é nativa. Como Serra citou 2018, p 32;

São chamados de Tikuna, porque, segundo o relato dos próprios Tikuna, esse nome lhes foi dado por outros povos, já que se pintam a cara com jenipapo, ficando com ‘cara preta’. Estas são pinturas faciais que usamos para identificarmos a que clã pertencemos. A designação ‘Tikuna’ é de origem Tupi e significa ‘nariz preto’.

A identidade linguística dos Tikuna está profundamente ligada à sua cultura e tradições. São chamados de Tikuna porque, segundo relatos dos próprios membros da etnia, esse nome lhes foi dado por outros povos, em referência ao hábito de pintar o rosto com jenipapo, resultando na chamada “cara preta”. Essas pinturas faciais servem para identificarmos a que clã pertencemos. A designação “Tikuna” é de origem tupi e significa “nariz preto”. Essa conexão entre língua, identidade e prática cultural torna o ensino e o uso da Língua Ticuna na escola uma forma de reforçar o pertencimento e a valorização cultural dos alunos.

O nível nacional e internacional da Língua Tikuna, conhecido na própria língua como Ticuna (Chotas, 2018, p. 18)²⁰, é o que transmitimos aos alunos indígenas locais. Diariamente, ao entrar na sala de aula, eu escrevia no lado esquerdo do quadro branco “Língua Ticuna” para reforçar o aprendizado. Além disso, em conversas ou reuniões de interesse comunitário, os alunos frequentemente diziam: taga²¹, tagawa²² ti de’agü, que significa “nós falamos nossa língua.

Em certo dia, durante uma aula, aproveitei o momento para trabalhar junto com os alunos do 6º ano a tradução da expressão “Língua Ticuna” para o idioma nativo. Um aluno Ticuna²³ sugeriu a palavra “Ticunaga”. Após discussão e validação com os alunos mais

²⁰ OGPTB, 1986. aos professores registrados como Ticuna de presente curricular de Terceiro grau.

²¹ Ta ‘nossa’ ga ‘língua’ nossa língua

²² Tagawa ta ‘nossa’ ga ‘língua’ wa ‘essa’ essa nossa língua

²³ Alan Antonio Ferreira Ramos idade de 12 ano estudo 6º ano

velhos da turma, a tradução “Ticunaga”²⁴ foi adotada como referência. Todos os alunos do 6º ano chegaram a um consenso de que utilizariam essa tradução aproximada como forma de se referir à Língua Ticuna em seu próprio idioma.

²⁴ Tradução aproximado de turma 6º ano Ticunaga ‘Ticuna+ga’
Ticuna ‘ticuna’ +ga ‘língua’ - ‘*Língua Ticuna*’

4. A LÍNGUA TICUNA: FAMÍLIA, TRONCO, CARACTERÍSTICAS E PESQUISAS

4.1 Família Linguística e Tronco Linguístico

Aqui no Brasil há muitas famílias linguísticas, conforme Aryon Rodrigues (1966, p. 18): “Na medida em que reconhecem origem comum para um conjunto de línguas, os linguistas constituem uma família linguística”. Assim como a língua portuguesa do Brasil pertence a outras famílias linguísticas.

No país Brasil ainda hoje há famílias linguísticas cujos membros falam suas próprias línguas: há “170 línguas indígenas atualmente faladas em território brasileiro”. (Aryon, 1966, p. 06).

No Brasil há famílias linguísticas como a Tupi-Guarani e a Macro-Jê. Cada família tem origem comum, apresentando semelhanças nos sons consonantais, sons vocálicos, gramática e vocabulário. Conforme Aryon (1966, p. 32), “integram a família linguística que se convencionou chamar Tupi-Guarani”. Ainda segundo Aryon (1966, p. 33), “ao todo, 21 línguas vivas da família Tupi-Guarani, que identificamos em território brasileiro e que figuram no quadro 2, são faladas por cerca de 33.000 pessoas”.

Ainda temos famílias linguísticas isoladas no Brasil. No meu entendimento não científico, parecia existir apenas uma família que não possuía outras relacionadas, como se fosse uma família desaparecida há milhões de anos, encontrada em uma floresta onde vive apenas um grupo que se mantém sem outros parentes. Um desses casos é a língua isolada conhecida no Brasil e no mundo como Tikuna (ou Ticuna). Como citado na dissertação de Serra (2018), talvez essa língua tenha vindo da família Arawak, conforme a hipótese proposta por Nimuendaju (1952).

Além das famílias isoladas, também é importante considerar os troncos linguísticos, que reúnem grupos mais amplos de línguas com características aproximadas.

O tronco linguístico é considerado aquele que forma mais grupos de línguas, apresentando semelhanças de fala com outras línguas, como o Tupi e o Guarani no Brasil, originados de uma só língua antiga. Como confirma o professor Rodrigues (1966, p. 41-42), “essa família mais antiga é o que convencionamos chamar tronco linguístico”.

No Brasil há dois troncos linguísticos, como mostra Rodrigues (1966, p. 41 e p. 47): “O Tronco Tupi” e “O Tronco Macro-Jê”, nos quais existem várias línguas diferentes.

No Brasil também existem línguas sem tronco linguístico, consideradas até hoje como línguas sem ramos, conforme o quadro de Rodrigues (1966, p. 97): “Aikaná, Koáia,

Kanoé, Jabuti, Irantxe, Trumái, Awakê, Máku e Tikuna”. Isso significa que se trata de línguas sem “mãe”, talvez porque a língua-mãe tenha desaparecido, vivendo apenas individualmente, sem pertencer a outro tronco, como considerado por Rodrigues (1970, p. 93);

(ou isolados linguísticos), ‘língua que não revelam parentesco genérico com nenhum outro. Delas tanto podemos dizer que não pertencem a nenhuma família (ou tronco), quanto podemos dizer que constituem famílias de um só membro’.

A língua Tikuna é considerada uma família isolada e, como língua sem tronco na linguística, não possui derivação de outras línguas. O idioma Tikuna, no lado brasileiro, é conhecido como língua Ticuna. Comparativamente, segundo a pesquisadora Soares (2017);

Do ponto de vista histórico-comparativo, a língua Ticuna (ou Tikuna) ainda é considerada como um tipo isolado único. Greenberg (1987) fez o Ticuna aparecer como membro de um suposto tronco Macro-Tukano. No entanto, devido a falhas nos procedimentos empregados – em que dados foram considerados de maneira inacurada, em que não houve controle dos empréstimos e em que falsas etimologias foram criadas –, o trabalho de Greenberg (1987) resultou em uma classificação probabilística bastante criticada e sem o necessário respaldo científico (ver a propósito Kaufman, 1990). Em termos de suas propriedades específicas, o Ticuna apresenta pontos em comum com algumas outras línguas indígenas faladas no Brasil, ao mesmo tempo em que oferece características desafiadoras, quer quanto à fonologia, quer quanto à sintaxe. Tais características podem ser observadas nos estudos de Soares e Montes, que realizam pesquisa direta sobre essa língua, respectivamente, no Brasil e na Colômbia.

4.2 Características da Língua Ticuna na perspectiva de diferentes especialistas

A língua Tikuna, também conhecida como língua Ticuna, segundo Soares (2000, p. 11 e p. 17), é uma “língua considerada isolada, isto é, sem relação com nenhuma família linguística”. Os povos Tikuna pertencem a três países: Brasil, Peru e Colômbia. “O Tikuna é falado por grande população, cuja maioria vive no Brasil, habitando, de forma espalhada, uma extensa área do Alto Solimões” (Soares, 2000, p. 17).

Além disso, a língua Tikuna é considerada tonal, conforme comprova o estudo de Anderson (1959, p. 77): “Até agora admitiu-se que na América do [Norte e Sul] não havia línguas tonais de tipo semelhante às da China, da África ou do México”.

A língua Tikuna apresenta características específicas, segundo a visão de pesquisadores especialistas, como Soares e Monte. De acordo com Soares (1984, p. 140), em seu estudo realizado no lado brasileiro, as características da língua Tikuna incluem;

Quando, em 1959, Lambert Anderson revelou ao mundo que o Ticuna era uma língua tonal, fez a sua revelação ser acompanhada da afirmação de que “É de particular interesse para o campo lingüístico o sistema de cinco níveis fonêmicos de altura que constituem o primeiro sistema de tom assim intrincado a ser encontrado na América do Sul. Até agora admitiu-se que na América do Sul não havia línguas tonais de tipo semelhante às da China, da África ou do México (...)” (cf. Anderson, 1959: 77).

Em sua pesquisa, foram observadas, na fala de moradores, palavras em pares mínimos do Ticuna, cujo tom foi analisado. Conforme citado por Alberto (2018, p. 24);

Lambert Anderson, como membro do SIL (Summer Institute of Linguistic), Na última parte da investigação, o pesquisador deu uma breve explicação sobre o tom da língua e apontou cinco diferentes níveis de altura: alto (A), alto-baixo (AB), médio (M), baixo (B) e baixo-alto (BA)

Segundo a pesquisadora da língua Ticuna no lado brasileiro, Professora Marília Facó Soares, em seu estudo, a característica fonológica da língua é um sistema complexo, e a característica sintática apresenta um tipo nominativo-acusativo.

Nossa leitura, realizada com base no trabalho da pesquisadora da Língua Indígena Brasileira, Marília Facó Soares, sobre a língua Ticuna, realizado na década de 1980 com fala de seis informantes, buscou demonstrar, por meio de um processo fonológico, que existem níveis suprasegmental e segmental em Ticuna. Conforme Soares (1986, p. 87), “no estudo da prosódia da língua, o nível da sílaba, da palavra e da sentença” é analisado.

A análise dos sons da fala nativa, realizada pela linguista, destacou características da sílaba: no início da sílaba ocorrem sons consonantais (...), no final da sílaba sons de consoante glotal (...), e a sílaba como um todo pode apresentar consoante velar surda modificada por labialização (...). Poucas palavras terminam com consoante glotal. Na sentença, há unidades de entoação que geram contrastes significativos, e a duração da fala nas sílabas pode ser longa ou breve.

Segundo Soares, o processo de análise fonológica em Ticuna, nos níveis suprasegmental, segmental e prosódico, evidenciou as seguintes características:

1. *Há um bom de processo de enfraquecimento na língua;*
2. *Um processo de enfraquecimento ocorrido no nível segmental - a queda da consoante glotal - está relacionado a uma característica prosódica - duração;*
3. *Processo ocorridos no nível segmental podem ter efeito sobre o nível suprasegmental;*
4. *Características prosódicas como tom e duração então relacionadas entre si;*
5. *A velocidade de fala é fator importante na atuação de processo redutivo, assimilativos*

Em seu segundo estudo, intitulado *Padrões rítmicos em Tikuna*, apresentado no IX Encontro Linguístico, realizado no Rio de Janeiro em 1984 no OCP, a pesquisadora analisou o princípio dos contornos obrigatórios de ritmo e tons lexicais, observando o tom médio de nível de altura.

Segundo ela, a língua Ticuna apresenta diferentes vocabulários com características de tons alto (meio-alto) e tons baixo (meio-baixo), que aparecem na língua nativa em sílabas

longas e breves em formas verbais. A pesquisadora concluiu que, em palavras com ditongos, quando há participação de oclusão glotal no início da sílaba, o tom da vogal assume posição à direita; quando a oclusão glotal ocorre no final da sílaba, o tom assume posição neutra, laringalizando a vogal. Além disso, a língua Ticuna apresenta palavras que recebem tom baixo, o que, segundo ela, corresponde à derivação de diferentes níveis de altura.

Também segundo Soares (1984, p. 11), citada por Monte (1987, p. 65), ela estudou, no lado colombiano, o povo de língua Tikuna, trazendo contribuições importantes para todos os linguistas, principalmente sobre a associação tonal presente em alguns vocabulários do Tikuna, que ocorre da direita para a esquerda e da esquerda para a direita.

Segundo Soares (1984, p. 13), ela realizou um estudo aprofundado e confirmou que a língua Ticuna apresenta associação tonal da direita para a esquerda (tom médio), da esquerda para a direita, e também associação tonal da esquerda para a direita (tom baixo) e da direita para a esquerda. Além disso, segundo a pesquisadora, os segmentos vocálicos do Tikuna são associados a tons altos e baixos.

Segundo ela, a língua Ticuna apresenta características de duração, ritmo e tom. A duração da fala nativa é observada através de encontros vocálicos em palavras pronunciadas pelos falantes. O ritmo e o tom na língua Tikuna são tratados fonologicamente com base no plano de altura.

Segundo ela, o estudo de casos sobre sintaxe da língua Tikuna analisou versões pré-minimalistas da interface entre sintaxe e fonologia. A pesquisadora realizou uma investigação detalhada da sintaxe do Tikuna no lado brasileiro, seguindo as abordagens teóricas de linguistas do Peru e da Colômbia. Com base nos estudos de fonética e fonologia, ela concluiu que a língua Tikuna é, do seu ponto de vista, a única língua brasileira ainda considerada com tendência isolacionista.

Segundo a visão da linguista Soares, em relação à sintaxe, foram examinados três tipos de ordem de constituintes: SOV, SVO e OVS. Como confirmado por Lowe em sua pesquisa no lado brasileiro, a morfologia do Tikuna parece simples, mas a análise sintática revela características bastante complexas.

No nosso entendimento, segundo a professora Soares, a ordem dos constituintes nas sentenças da língua Ticuna, na ordem SOV, apresenta duas características: agente e objeto. Ela considera a língua Ticuna do tipo nominativo-acusativo. Na primeira posição das sentenças, ocorre a marca de tópico (*ri*), enquanto nas orações intransitivas às vezes não aparecem partículas; nas orações transitivas, aparecem partículas após o agente. Ao final, Soares considera que há uma marca de tópico, pois a língua Tikuna não é ergativa. Nas

sentenças, há verbos intransitivos e transitivos, conforme confirmado por Soares (2000, p. 28);

No que dizer respeito às propriedades de marcação de caso em Tikuna, que é uma língua que pode apresentar caso morfológicamente expesso, a frase nominal em que se tem sempre o caso morfológicamente realizado como zero é aquela que poderia ser considerado o sujeito da sentença. Como a língua em questão não é ergativa, o caso sempre realizado como zero marcaria não apenas o de verbo intransitivo, mas também o sujeito de verbo transitivo.

E também segundo professora ao examinar frases verbal considera assim;

Nos mesmos exemplos considerados acima como representativos da ordem SOV, podemos ser identificar um objeto direto. À esquerda do verbo e adjacente a ele, esse objeto pode ser visto como regido pelo verbo, que atribui ao objeto, da direita para a esquerda, o Caso acusativo.

A segunda característica refere-se à ordem SVO (sujeito, verbo e objeto), que se assemelha à sentença na língua portuguesa. No entanto, na língua Ticuna, essa ordem possui explicação diferente: as sentenças recebem chamadas partículas *ga*, *ya*, *a* e *i*, que, segundo Soares, são consideradas como elementos funcionais X e servem para indicar voz feminina ou masculina. Além disso, há um clítico distribuído como morfema sufixo dativo (ũ).

Ainda segundo Soares (2000), a terceira característica refere-se à ordem OVS, que é mais complexa de analisar na língua Ticuna devido à presença de morfemas sufixos dativos (ũ) e à interação com outras marcas sintáticas.

Essa análise da estrutura sintática e da ordem dos constituintes permite avançar para os domínios da gramática verbal, onde aspectos e tempo também apresentam padrões específicos na língua Tikuna.

De acordo com Soares (2008), em seu artigo *Nos domínios da gramática: Aspectos e Tempo na sintaxe da língua Tikuna*, publicado em 2008, todos os verbos intransitivos em Tikuna, quando indicam ação ou estado, apresentam características de sufixos aspectuais na estrutura acategorial: duração curta e limitada – *ãtchi*; ação repetitiva e rápida – *cüü*; verbalizador habitual – *etcha*; e continuativo – *ũ*.

Ainda no mesmo artigo, Soares (2008) observa que, em uma frase, ocorre o morfema progressivo *i* seguido do prefixo pronominal e do verbo. Segundo estudo anterior de Soares (2000), na língua Tikuna o tempo verbal é indicado por partículas: as partículas *i*, *ya* e *a* indicam presente ou não passado, enquanto *ga* e *as* indicam passado.

Após analisar os aspectos linguísticos da língua Tikuna, incluindo sintaxe, prosódia e tempo verbal, é importante considerar também as dimensões sociopolíticas e educacionais relacionadas a essa língua.

O professor Sansão Ricardo Flores (Tchobücü rü Goecü), do povo Tikuna, é mestre em *Concepções Linguísticas e Luta Política: Língua Tikuna, Línguas Indígenas e Políticas Linguísticas na Região do Alto Solimões*, tese defendida em 2018. Flores é uma liderança indígena de referência do povo Tikuna na região do Alto Solimões, no Estado do Amazonas, onde vivem os Ticuna. Ele já liderou diversos setores, como o CNPI – Conselho Nacional de Política Indigenista, e a CNEEI – Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.

Em seu resumo, é importante destacar que a dissertação de Flores foi realizada considerando o contexto histórico dos povos indígenas no Brasil, oferecendo uma nova perspectiva sobre a língua Ticuna. Conforme citado na apresentação do trabalho, o objetivo é “construir outros olhares sobre as línguas indígenas dentro de um período histórico”. Antes da promulgação da Constituição Brasileira de 1988, as línguas indígenas eram pouco valorizadas, enquanto a língua portuguesa predominava em praticamente todos os espaços sociais. Com o trabalho de Flores, a atenção se voltou para a luta política e linguística nas aldeias, fortalecendo a valorização da língua Ticuna.

Essa valorização da língua Ticuna e a luta política de Flores remetem à longa trajetória histórica das línguas e culturas indígenas no Brasil, marcada por processos de dominação, imposição de línguas estrangeiras e resistência cultural.

A disputa pela terra e pelos costumes trazidos da Europa marcou o início do primeiro Estado brasileiro, que estava dividido entre portugueses e espanhóis, conforme o Tratado de Tordesilhas: a Espanha ficou com a maior parte do território e Portugal, com a menor. Nesse período de divisão das terras, os colonizadores não consideraram os povos que já habitavam a região; em seus pensamentos, interessava apenas a posse da terra, embora várias comunidades indígenas já vivessem ali, com suas próprias línguas.

Os portugueses trouxeram seus costumes, línguas, culturas e sistemas de escrita, especialmente com o Império de Fernão de Oliveira, que introduziu a primeira gramática da língua portuguesa. Posteriormente, a política linguística do Estado sempre buscou reduzir o

número de línguas indígenas, já que os colonizadores impunham costumes estrangeiros, incluindo missões religiosas, e proibiam o uso das línguas nativas.

A dissertação de Flores volta-se para a luta política e linguística do povo Ticuna no Brasil, na região do Rio Alto Solimões, em nossa comunidade, onde se encontra o maior número de indígenas falantes da língua Ticuna, como na comunidade Ticuna da Terra Indígena Santo Antônio, em Benjamin Constant, Amazonas. Entre as línguas indígenas presentes²⁵, a língua Ticuna é a única considerada isolada, apresentando, contudo, variações internas.

Nosso maior orgulho é que, até hoje, desde o século XVI, como Flores citou, “uma das dádivas que os Ticuna, enquanto povo, têm é que, apesar do contato com os não indígenas desde o século XVII, continuam vivenciando a língua materna”. A língua Ticuna ainda é a língua materna da maioria dos Ticuna que vivem no lado brasileiro, enquanto o português é considerado por eles uma segunda língua, usada apenas quando se está na cidade ou quando um não indígena se comunica com um Ticuna. A grande maioria do povo Ticuna continua utilizando a língua Ticuna para se comunicar nas aldeias.

De acordo com o professor Flores, na mitologia Ticuna, o povo se originou do povo Magüta, pescado por Deus Yo’i e Ipi no igarapé Eware, localizado no igarapé Tunetü, no município de São Paulo de Olivenças. Hoje, essa região apresenta a maior concentração de Terras Indígenas Ticuna, como Eware I, Eware II, São Leopoldo, Feijoal, Lauro Sudre, Porto Espiritual, Santo Antônio, Umariáçu e demais comunidades. Para os Ticuna, “Eware é a nossa terra sagrada. É o começo do mundo, onde foi criado o povo Ticuna. Nesse lugar corre o igarapé, que também se chama Eware. Das águas do Eware, nosso Deus Yo’i nos pescou” (OGPTB, 1997, p. 22).

Flores também cita que Curt Nimuendajú, cidadão alemão, em 1929, registrou que os povos Ticuna viviam em pequenas aldeias no Rio Alto Solimões. O missionário Frei Fedelis de Alviano, natural da Itália, chegou ao Rio Alto Solimões trazendo a missão cristã, interessando-se também em registrar os vocabulários falados pelos Ticuna. Posteriormente, o antropólogo João Pacheco de Oliveira estudou a etnologia Ticuna, pesquisando seus costumes, culturas e modos de vida. Ele observou que a sociedade indígena Ticuna recebeu influências de religiões, como a de Santa Cruz, registrada por José da Cruz (1972).

Segundo Flores, citando ainda os trabalhos dos professores Bernabé Bitencourt Serra e Mercedes Serra Bitencourt, os povos Ticuna aldeados no Peru somam um total de 19

aldeias, com aproximadamente 8 mil pessoas, distribuídas nas províncias de Ramón Castilla, Distrito de Islandia, Província de Maina, Província de Caballo Cocha e na região de Loreto, incluindo a região do Chimbote. As aldeias mais conhecidas são Cushillo Cocha, Bella Vista, Erere, Bufeo Cocha e outras, sem contar os indígenas Ticuna que vivem em centros urbanos, como Iquitos e Caballo Cocha, as maiores cidades da Amazônia peruana.

Segundo informações do professor Ticuna Abel Angarita, da comunidade de Nazaré, existem 68 aldeias distribuídas nos corregimientos de Puerto Nariño, município de Leticia e município de Tarapacá, somando mais de 9 mil pessoas. Entre as comunidades mais conhecidas estão Arara, Macedônia, Vergel, Costa Rica e Boyawasú.

A segunda pesquisa do professor Ticuna Sansão Ricardo Flores, realizada no lado brasileiro, no Estado do Amazonas, no Rio Alto Solimões, destacou, em seu mapa, as aldeias Ticuna nos municípios de Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa; e nos municípios do Médio Solimões: Tefé, Coari, Beruri, Anamá e Manacapuru; além de aldeias situadas no Baixo Solimões. Na capital do Amazonas, Manaus, há uma aldeia Ticuna chamada Wotchimañcū, localizada no bairro Jesus Me Deu. A maioria das aldeias Ticuna está situada em áreas de terra firme.

Segundo o professor Flores, o povo Ticuna sofreu a brutalidade dos colonizadores vindos de outros lugares, tornando-se escravo de patrões durante o ciclo da borracha, no século XIX.

Graças aos homens Ticuna que possuíam espírito de liderança na década de 1980, que lutaram por educação escolar, terra e saúde, Flores cita o trabalho da pesquisadora Marília Facó Soares, que produziu o livro *Tchorü duũũgüca' tchanu – Minha luta pelo meu povo*, do Cacique Pedro Pinheiro (Ngematücü), da comunidade Vendaval, no município de São Paulo de Olivença.

O estudo do professor Ticuna Flores, realizado nas três comunidades Filadélfia, Porto Cordeirinho e Bom Caminho, demonstra que todas essas comunidades têm sofrido impactos sobre a língua Ticuna. Os jovens indígenas adotam muitos costumes dos homens brancos, como o uso da internet, celulares, TVs e outros meios de comunicação. Além disso, observa-se influência nos casamentos entre indígenas Ticuna e não indígenas, estrangeiros. Essas três comunidades estão localizadas próximas à fronteira com o Peru e a Colômbia. Outro exemplo é a comunidade Feijoal, onde alguns peruanos casaram-se com Ticuna e realizam pequeno comércio, mantendo contato diário com a sociedade não indígena.

Outros pontos importantes sobre o povo Ticuna na década de 1980, que Flores abordou em seu trabalho, referem-se às iniciativas de luta pela terra e pela educação escolar. Atualmente,

onde as terras estão demarcadas, existem centenas de escolas. Durante suas visitas às comunidades do Alto Solimões, Flores percebeu que muitas delas já não falam mais a língua Ticuna. Ele também observou que, nas residências visitadas, as casas não são mais malocas, e receberam iluminação elétrica, alimentos congelados e eletrodomésticos. Além disso, práticas agrícolas foram adaptadas: cultivam mandioca, bananas e frutas para vender nas cidades mais próximas, e passaram a incorporar em seu consumo produtos como arroz, macarrão, açúcar e refrigerantes.

Desde o século XVI, com o Marques de Pombal, passando pelo novo Estado de governo de Getúlio Vargas e chegando à maior lei brasileira, a Constituição Federal de 1988, que assegurou direitos e deveres relacionados à educação escolar diferenciada para cada povo indígena, garantiu-se o ensino de suas línguas maternas nas escolas locais, incluindo a língua Ticuna como componente curricular.

Em sua pesquisa, Flores observou que a maioria dos alunos das escolas municipais e estaduais são falantes de Ticuna, incluindo também alunos não indígenas, e que os professores Ticuna atuam nessas escolas, organizadas conforme o RCNEI (1998). No Ensino Fundamental I, ciclo 1º, 2º e 3º ano, segundo Flores (2018, p. 28), o ensino visa à alfabetização, buscando desenvolver nos alunos Ticuna habilidades de leitura e escrita em língua indígena, a partir de práticas discursivas e interacionais.

No segundo ciclo (4º e 5º ano) do Ensino Fundamental, o ensino da língua indígena deve estar ligado à aquisição de habilidades de leitura e escrita, utilizando processos próprios de ensino-aprendizagem. Já no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), o estudo da língua deve permitir aos estudantes a reflexão e análise da língua, reconhecendo a oralidade como instrumento fundamental de comunicação das comunidades nativas. Nesta fase, o estudante deve ser capaz de reconhecer e produzir diferentes gêneros textuais indígenas, criando produções escritas na língua Ticuna, sempre utilizando processos adequados de aprendizagem.

Hoje, os livros didáticos para os Ticunas não estão disponíveis na maioria das escolas indígenas Ticuna. Até o momento, existiram apenas algumas publicações realizadas pela OGPTB – Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue, entre 1986 e 2011.

Segundo Flores, no Estado do Amazonas existem 66 povos indígenas, mas são faladas apenas 29 línguas, dentre as quais está a língua Ticuna, objeto de nosso estudo. Praticamente todos os Ticuna ainda falam sua língua materna, fato que se observa em todas as aldeias onde vivem até os dias de hoje.

Após a pesquisa realizada por Sansão Ricardo Flores, destaca-se o trabalho do professor Ticuna Bernabé Bintourt Serra (Mecüracü rü Tchai'erucü), cujo nome significa “Aquele que tem rabo bonito e cabelo crespo”. Mestre em Língua Ticuna, ele defendeu em

2018 um estudo voltado para a variação linguística na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia.

Sua investigação buscou compreender as variações existentes na própria língua Ticuna, observadas no contato com falantes das comunidades localizadas nos três países. Atuando como pesquisador e, ao mesmo tempo, observador participante, Serra acompanhou de perto o uso da língua no cotidiano das pessoas. Em seus registros, enfatiza que a língua Ticuna permanece viva nas comunidades, ainda que apresente variações em função dos diferentes contextos socioculturais.

No conjunto de suas reflexões, Serra defende que não existe uma língua superior a outra: todas as línguas possuem riqueza própria e são dinâmicas, acompanhando as transformações sociais de seus falantes.

O professor Serra, em seu estudo na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, organizou sua análise em dois pontos principais. O primeiro trata da variação linguística entre os Tikuna, e o segundo aborda a variação interna da própria língua Tikuna, relacionada a aspectos de fonética, fonologia e morfologia.

No que se refere à fonética e à fonologia, o autor focaliza fenômenos como a queda e o alongamento vocálico, a variação fonológica decorrente da proximidade perceptual e/ou articulatória, além de um determinado tipo de ditongação.

Serra apresentou sua análise em forma escrita, utilizando a língua Ticuna no contexto brasileiro, com representações das vogais e consoantes. Além disso, registrou dados fonéticos em Ticuna, empregando símbolos do Alfabeto Fonético Internacional (AFI/IPA);

Tabela 1 – Consoantes fonéticas e fonológicas da língua Tikuna

Grafia	Fonéticas	Fonológicas
B	[b]	/b/
c, qu	[k]	/k/
D	[d]	/d/
f ²⁶	[ɸ]	/k/
G	[g]	/g/
M	[m]	/m/
N	[n]	/n/

²⁶ A letra <f> alcançou um lugar (restrito) na representação escrita do Tikuna no Brasil, em razão da reivindicação daqueles que falantes que tinham (têm) a realização [ɸ] em sua produção linguística.

Nh	[ɲ]	/ɲ/
Ng	[ŋ]	/ŋ/
P	[p]	/p/
R	[r]	/r/
T	[t]	/t/
Tch	[tʃ]	/tʃ/
W	[w],[β],[β̃]	/w/
Y	[d]	/y/

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – Vogais do Ticuna e sua representações fonéticas e fonológicas

Grafia	Realizações fonéticas	Representação fonológica
U	[u],[ʊ],[o]	/u/
I	[i],[ɪ]	/i/
Ü	[i],[e]	/i/
O	[ɔ]	/o/
E	[ɛ],[e]	/ɛ/
A	[a]	/a/

Fonte: Elaboração própria

Segundo o pesquisador Serra (2018, p. 70), foram identificadas quatro convenções de proposta ortográfica para a escrita da língua Ticuna: duas no Peru, uma na Colômbia e uma no Brasil;

Segundo Nerea (2010: 42), as quatro propostas ortográficas em questão, têm uma diferença mínima, e elas seguem a escrita das línguas oficiais de cada país, como castelhano e português. A escrita dessas duas línguas não permite que haja muitas diferenças na sua representação gráfica, porque ambas são de origem latina. O quadro abaixo mostra as unidades de representação escrita propostas para o Tikuna, conforme o país seja o Brasil, o Peru e a Colômbia. No caso do Peru, é preciso levar em conta as instituições proponentes, cada uma com suas políticas lingüísticas. O quadro a seguir apresenta apenas as diferenças existentes entre essas propostas, mas não seus detalhes:

Tabela 3 – Diferenças entre as propostas ortográficas da língua Ticuna no Brasil, Peru e Colômbia

	Brasil	Colômbia	Peru	
			ILV	FORMABIA
/k/	c, qu	K	c, qu	k
/tʃ/	Tch	Ch	ch	ch
/ɲ/	Nh	~ n	~ n	~ n
laringalização	a'	a ~	ax	Ax
Oclusão glottal	‘		Ax	Ax
Tons	a (alto) (quando necessário)	á (alto) a (médio) à (baixo)	á (marcado em algumas ocasiões)	Não é marcada

Fonte: Serra (2018)

Segundo Serra, foram consideradas duas instituições no lado Peruano;

ILV - O Instituto Linguístico de Verano (ILV), mais conhecido como SIL- Summer Institute of Linguistics -, é que o mesmo que, por meio dos missionários Lambert Anderson e Doris G. Anderson, sustentou uma descrição da língua Tikuna do lado peruano e que realizou a primeira escrita da língua Tikuna para o Peru.

O FORMABIAP- Formación de Maestro Bilingüe de la Amazonía Peruana é um programa para formar professores em Educação Intercultural Bilingue, abrangendo 64 grupos étnicos da região amazônica do lado peruano,

inclusive os Tikuna, que fazem parte desta formação. O FORMABIAP tem o propósito de apoiar os povos indígenas, para que esses desenvolvem e construam a sua própria autonomia.

Segundo o pesquisador, o quadro mostra como se representam os sinais gráficos nos três países, sendo a grafia adotada pelo lado brasileiro aquela utilizada nas escolas Ticuna.

O professor Serra (2018) pesquisou as variações linguísticas entre os Ticuna de Umariçu I, no Brasil, Arara, na Colômbia, e Bella Vista Callaru, no Peru. Seu trabalho contribuiu para evidenciar a riqueza existente na língua Ticuna. Nas escolas indígenas no Brasil, esse estudo favorece o fortalecimento da consciência sobre a variação linguística e a construção do respeito por cada lugar onde o Ticuna é falado e por cada modo de falar essa língua. Docentes e discentes reconhecem que a língua Ticuna apresenta variações entre comunidades, e as escolas constituem importantes espaços de apoio, auxiliando alunos e professores Ticuna a tomarem consciência de suas variações linguísticas.

Dando continuidade às pesquisas sobre a língua Ticuna, destaca-se o trabalho do professor Osias Guedes Alberto (2021). Seu estudo concentrou-se nos empréstimos lexicais provenientes da língua portuguesa na língua Ticuna. Alberto analisou palavras utilizadas por alunos e professores Ticuna, identificando termos que tiveram seus nomes de objetos e nomes próprios adaptados do português para a pronúncia em Ticuna, como é o caso do nome “Pedro” em português, que se torna “Peduru” na língua Ticuna.

Dando continuidade às pesquisas sobre a língua Ticuna, destaca-se também o trabalho do professor Mendison Chota Agostinho Metchacureecü, cujo nome significa “Aquele que tem feixe bonito em forma de cacho”. Em sua dissertação defendida em 2018, Chota abordou a prosódia e o ensino da língua Ticuna, propondo uma abordagem a partir do estudo de narrativas por meio de diferentes gêneros textuais e discursivos.

Segundo Chota, seus objetivos principais foram:

- a) estudar a narrativa e a fala cantada, incluindo aspectos prosódicos;
- b) analisar a relação entre prosódia e ensino, considerando um problema específico na escrita Ticuna: a pontuação.

A dissertação foi organizada em cinco capítulos: o primeiro apresenta um breve histórico da luta do povo Ticuna; o segundo detalha como o pesquisador conduziu seu trabalho; o terceiro apresenta entrevistas com uma informante sobre “História do Jabuti e Mucura, aquele Metare” e “Os Deuses do povo Ticuna”; o quarto capítulo analisa a duração

de sílabas longas e curtas; e o quinto descreve como Chota trabalhou em sala de aula com alunos do Ensino Fundamental.

Ao final, Chota concluiu que, a partir de seu trabalho na escola pública indígena, conseguiu tornar as aulas de narrativa mais práticas, proporcionando maior participação dos alunos e facilitando a aprendizagem da escrita e da leitura. Além disso, observou que os estudantes desenvolveram habilidades de tradução entre Ticuna e português, aprimorando a compreensão e produção escrita em ambas as línguas.

4.3 A Língua Ticuna segundo a perspectiva do pesquisador

Consideramos que a língua é uma necessidade fundamental de comunicação de todos os seres humanos. Além disso, cada sociedade organiza-se em torno de sua própria língua, permitindo que seus membros se comuniquem entre si. A língua também funciona como um elemento de identificação social: por exemplo, quando uma pessoa fala em determinado lugar e não utiliza sua própria língua materna, percebe-se imediatamente que não pertence àquele grupo linguístico.

Diante disso, faz-se necessário analisar a língua Ticuna não apenas a partir da perspectiva de diferentes especialistas, mas também considerando a visão do próprio pesquisador, que vivencia e estuda diretamente essa língua em seu contexto sociocultural.

LÍNGUA TIKUNA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

No âmbito da educação escolar, os alunos Ticuna têm o direito de estudar na língua Ticuna, que atualmente passou a ser reconhecida como disciplina escolar. Essa inclusão é de grande importância para os estudantes, pois permite a valorização de sua língua materna no ambiente escolar. Graças à Constituição Federal de 1988, que reconhece o direito à educação escolar diferenciada para os povos indígenas, a língua Ticuna passou a integrar o currículo escolar nas escolas indígenas, especialmente na região do Alto Solimões, onde hoje se observa um número expressivo de alunos matriculados tanto na rede municipal quanto na estadual.

A língua Ticuna é uma das línguas tradicionais do povo Ticuna no Alto Solimões. Com a chegada da educação formal de influência não indígena, houve a necessidade de organizar estratégias para que as crianças Ticuna aprendessem a ler e escrever em sua própria língua, sem perder os referenciais culturais de suas aldeias. Nesse contexto, a Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngue (OGPTB), criada pelas lideranças Ticuna, desempenhou papel fundamental no fortalecimento da educação bilíngue e na preservação da cultura local.

Segundo o RCNEI (1998, p. 118), a visão dos estudos de linguistas indígenas aponta que todas as línguas são complexas;

Toda língua tem um sistema que organiza os sons, tem um sistema que permite a construção de palavras, tem regras, e princípios que permitem construir frases e discursos. Toda língua tem um vocabulário com milhares de palavras, e esse vocabulário está sempre aumentando porque todas as línguas estão sempre criando novas palavras. Não existem, portanto, línguas mais pobres e línguas mais ricas, ou línguas com poucas palavras e línguas com vocabulário extenso. Não existem línguas sem gramática – embora existam línguas cujas gramáticas não estejam registradas em livros... Não existem línguas com gramáticas simples e línguas com gramáticas, língua com sons esquisitos e línguas com normais. Não existem línguas primitivas. Todas as línguas são completas, ricas e servem plenamente para todos os usos que dela se queira fazer.

A catequização promovida por missionários jesuítas quase levou à extinção das línguas dos povos indígenas brasileiros. Não só houve desaparecimento de línguas, como muitos indígenas foram mortos por doenças, atos genocidas e pela escravidão. Graças à Educação Escolar Indígena, essas línguas têm sido preservadas por meio de currículos próprios de cada grupo indígena, conforme aponta o RCNEI (1998, p. 118);

A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o status de línguas plenas e de colocá-lo, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira.

Graças também às lideranças indígenas, juntamente com os integracionistas, que assumiram o compromisso de incluir nos textos constitucionais atuais o reconhecimento da sobrevivência e, em alguns casos, a recuperação de terras, buscou-se frear o avanço das línguas dominantes nas escolas indígenas, de acordo com Silva (2008, p. 468);

Os grupos organizados civil passaram a trabalhar junto com comunidades indígenas, buscando alternativas à submissão desses grupos, como a garantir de seus territórios e formas menos violentas de relacionamento e convivências entre essas populações e outros segmentos da sociedade nacional. A escola entre grupos indígenas ganhou, então, um novo significado e um novo o sentido, como meio para assegurar o acesso a conhecimento gerais sem precisar negar as especificidades culturas e as identidade daqueles grupos. Diferentes experiências surgiram em várias regiões do Brasil. Construindo projetos educacionais específicos à realidade sociocultural e histórica de determinados grupos indígenas, praticando a interculturalidade e o bilinguismo e adequando-se ao seu projeto de futuro.

Graças também às lideranças indígenas, juntamente com os integracionistas, que assumiram o compromisso de incluir nos textos constitucionais atuais o reconhecimento da sobrevivência cultural e, em alguns casos, a recuperação de terras, buscou-se frear o avanço das línguas dominantes nas escolas indígenas, conforme Silva (2008, p. 468).

Com livro dou aula terra verde céu azul, este livro aqui foi pelo campo avançado de Rio Grande do Sul. Aqui esse animal, acho tudo mundo sabe, como pessoal branco, tudo mundo sabe que é elefante, e por aqui a gente pode aprender segundo letra do, das vogais letra e, por aqui a gente, diz pra ela, que essa letra aqui, letra minúscula e no mesmo tempo diz pra ele é letra E sendo vogal maiúscula, mas diga aqui, só por ai Rio Grande do Sul, por ai na Africa existe esse animal aqui, por aqui diz pra ele não existe, aprende só nome porque começa letra e.

Antes da legislação indígena, as línguas indígenas eram consideradas inferiores, conforme citado por Flores (2018, p. 90);

Nos tempos anteriores a 1988, a língua Ticuna foi considerada por muitos, inclusive por aqueles que vieram para a Amazônia no período da borracha, como algo menor, recebendo um tratamento que deixava evidente o conceito de diminuição. Era conhecida como a gíria, o dialeto, em função das políticas existentes desde o início do Brasil Colônia (o que incluiu os Jesuítas e outros missionários), passando pelo Marquês de Pombal (no século XVIII), ao período do Brasil da República do Estado Novo (na era Vargas, de 1930 a 1945³⁷). Essa concepção de algo menor, diminuído, não atingiu apenas a língua Ticuna, tendo alcançado todas as línguas indígenas no Brasil: era o que o colono tinha em mente em relação aos povos indígenas. E isso vem até os dias atuais, no século XXI

No início da educação escolar indígena, a função da escola era ensinar os alunos a falar, ler e escrever somente em língua portuguesa, como ocorria nas aulas ministradas pelo professor Constantino na década de 1980, em São Leopoldo (ver trecho acima). Conforme o RCNEI (1998, p. 119), “a língua indígena ainda era retirada da sala de aula, já que a aquisição da língua portuguesa continuava a ser a grande meta”.

Durante a pesquisa de avaliação da língua Ticuna no Ensino Fundamental II, na escola local da comunidade indígena de São Leopoldo, a língua indígena Ticuna está mais presente em sala de aula, pois a maioria dos professores e alunos indígenas utiliza a língua própria para ministrar e acompanhar as aulas. Conforme o RCNEI (1998, p. 119), a língua deve ser utilizada como “língua de instrução oral e escrita”.

Além disso, a língua Ticuna possui a nossa maior defesa, pois está próxima de nós; quando os Ticuna falam sem vergonha em sua própria língua, reforçam a importância da língua para a nossa sociedade. Como destacou o Cacique entrevistado por mim, após 33 anos da publicação do livro da professora Marília Facó Soares, *TCHORU DUÛÛGÛCA TCHANU – Minha luta pelo meu povo* (2014), registrado em meu Trabalho de Conclusão de Curso em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas, em 2018, que apresenta um breve relato da **trajetória do Cacique Pedro Inácio Pinheiro** (Ngematüçü), realizado na comunidade Ticuna Filadélfia.

Foto 2 – Pedro Inácio Pinheiro (Ngematüçü)



Fonte: Geremias Inácio Candido (2017)

Rü unica nhe'maũ ta, tüũ, be'ma ta tüũ i na po'ũ i tagaricatama i tagarica i tagutatama nüũ rü o'ũ ta. 'Única forma é defender o povo é nossa língua materna (Tikuna) e nunca será esqueceremos' (TCC/UEA:2017, p56)

5. BREVE HISTÓRIA DE NOSSA ALDEIA SÃO LEOPOLDO

Dando continuidade à valorização da língua Ticuna nas escolas e na vida cotidiana da comunidade, é importante conhecer a história local da aldeia São Leopoldo, onde a língua sempre desempenhou papel central na identidade e na comunicação dos moradores.

5.1 Formação, língua e práticas culturais da Aldeia de São Leopoldo

De acordo com o relato de uma moradora da comunidade, local onde nasci, antes de 1972, todos os habitantes eram falantes da língua Ticuna. Em entrevista realizada por mim, a informante explicou que, naquela época, a língua era compartilhada por toda a comunidade, fortalecendo os laços sociais e culturais. Ela também relatou que, antes de 1972, alguns moradores do Peru vinham casar-se com filhos e filhas de famílias locais de diferentes partes do Rio Alto Solimões, como a família Virgina, conhecida no Ticuna como Dau'utchina²⁷;

Mama tümanatü ta nhaanegu, nu, nuacü Tagucüã²⁸ arü naanewa na nhema, Tagucüãarü cü tümanatü arü mama. Düni nhega nuama ta üta'aü tchautücü tchamaã nhega, nuawi ta ütaaü tchautücü tcha'maa, nuawi marü tcha pataaügu, nhega, nuawi tcha paü tümatanügu. (Virgina, 2025)

Pai do minha mãe estava aqui, aqui no Brasil, pai da minha mãe era Brasileiro. A titia quando voltava ao Brasil comigo, tia voltava aqui comigo, ainda era sou criança quase moça, quando chegava aqui no eu transformava de moça e fazia festa moça nova comigo. (Virgina, 2025)

De acordo com o depoimento de uma moradora de São Leopoldo, quando ela retornou ao Brasil, ainda não existia a comunidade. Apenas seu pai e sua família moravam no Bom Pastor, e foi somente ao chegarem à região da Santa Cruz que a comunidade começou a se formar;

²⁷ Aquela que sempre olhando na janela - Ngo'ü cüã /clã Arara

²⁸ Tagucüã 'no Brasil'

Nhua, tau'utchine, tau'unema, nuawi mamagü ãtchiïwa, ãcu nuama Bõ Pastu arü nuãcü ta pegütaaü, ãcüe mamagü ngemani ta pegütaaü, damarüücü mucüwa i ta ütchiï nhega, tauunema ni ãane nua tautchine. (Virgina, 2025)

Ngeacüni curutchawi nua ngutaa'ü ngegãwi nua turewa na üüwi, türewa na üüwi ngegã, ngewai na turewa ta nhemagüü wai ngegã.(Virgina, 2025)

Aqui, Não! Não tinha comunidade, morávamos na casa no Bom Pastor, como agora daquele alagação grande, mudavam para no terra firme,tauunema ni ãane²⁹ nua 'aqui não tinha comunidade' (Virgina, 2025).

Quando chegava a cruz aqui, que formava a comunidade aqui no porto, assim que as as pessoas formava a comunidade.(Virgina, 2025)

Antes da chegada à região da Santa Cruz, na comunidade era comum a realização de festas tradicionais de passagem para moças novas. Os familiares eram convidados quando a filha atingia a idade adulta – o chamado “Worecü”. O responsável pela festa comunicava os vizinhos, aproximando-se de casa em canoa ou caminhando pela terra, atividade que podia se estender de um dia para outro. Essa comunicação era feita pessoalmente, na língua Ticuna. Conforme relatou a moradora da comunidade em seu depoimento citado acima: “*nuawi tcha paü tümatanügu*” – “fazia festa moça nova comigo”.

Dando continuidade à valorização da língua Ticuna nas práticas sociais da comunidade, a segunda moradora relatou em entrevista que, naquela época, todas as famílias eram Ticuna e falantes da língua. Quase ninguém se aproximava de pessoas não indígenas, e a maior parte da comunicação ocorria exclusivamente em sua própria língua. Quando estranhos chegavam aos portos, as pessoas fugiam para a mata por medo de se comunicar com eles. Entre as famílias, ninguém sabia falar a língua dos brancos. Segundo o professor Antônio Ticuna, naquele tempo apenas aqueles que trabalhavam nas casas de não indígenas tinham algum contato com a língua portuguesa, conseguindo comunicar-se minimamente.

²⁹ ãane ‘cidade’

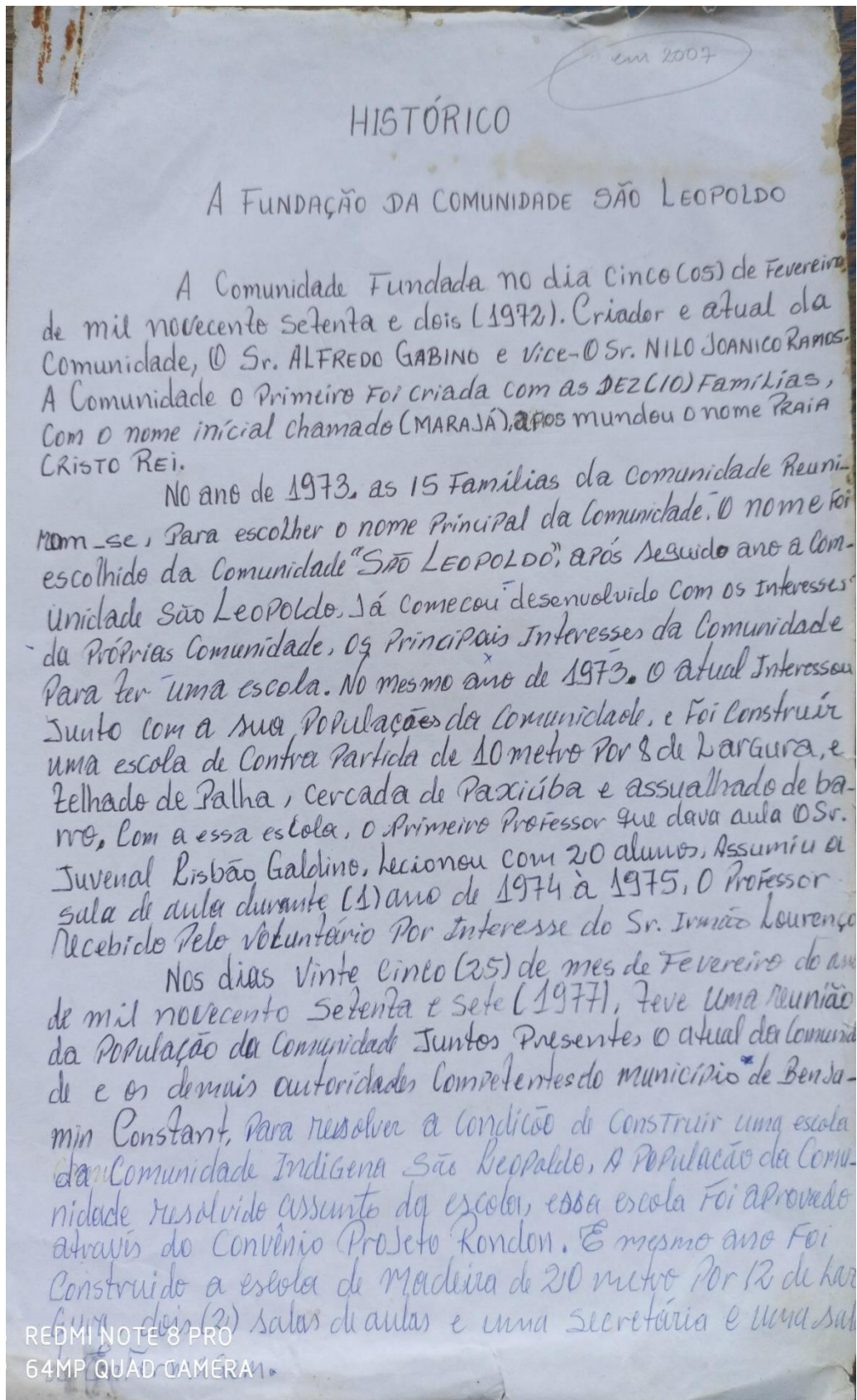
Segundo a segunda moradora, em sua entrevista, naquela época todas as famílias eram Ticuna e falantes da língua. Naquele tempo, quase ninguém se aproximava de pessoas não indígenas, e a maior parte da comunicação ocorria exclusivamente em seu próprio idioma. Até mesmo havia medo de estranhos; quando alguém chegava aos portos, as pessoas fugiam para a mata por não saberem se comunicar com ele. Entre as famílias, ninguém falava a língua dos brancos. Conforme relatou o professor Antônio Ticuna, naquele período apenas aqueles que trabalhavam nas casas de não indígenas conseguiam se comunicar minimamente em língua portuguesa.

De acordo com a mesma moradora, a formação da comunidade São Leopoldo ocorreu a partir da Santa Cruz de José da Cruz, onde foi plantada a cruz em 1972. O primeiro diretor da Santa Cruz foi o filho de Alfredo Gabino, senhor Juvenal Lisbão Galdino, e o primeiro capitão da comunidade foi o pai de Juvenal, senhor Alfredo Gabino, responsável por todos os assuntos da comunidade. Algum tempo depois, além da cruz, foi organizada a primeira sala de aula em uma casa de morador local. Anos depois, uma nova escola foi construída, reforçando a estrutura educacional da comunidade, e posteriormente foi erguido um prédio próprio, conforme pode ser observado à frente.

Em 2007, realizou-se uma reunião para elaborar uma breve história da fundação da aldeia São Leopoldo. Considerou-se que a fundação ocorreu a partir do plantio da cruz na comunidade, sendo, portanto, a data oficial de criação da aldeia **5 de fevereiro de 1972**.

O documento de criação da comunidade São Leopoldo será apresentado a seguir, registrando oficialmente sua história e formação;

Foto 3 – Documentação de fundação da comunidade de São Leopoldo



Fonte: Geremias Inácio Candido (2025)

Referimos que a data indicada no lado esquerdo do documento foi registrada em 2007. Assim, lembramos que, na elaboração deste documento, estiveram presentes as seguintes lideranças: Waldir Maduca Ramos (Agente de Saúde da comunidade), Antonio Joanico Ramos (professor), Batista Alves Inácio (professor), Geremias Inácio Cândido (professor), Nilo Joanico Ramos (morador), Irineu Martins Jacamin Inácio (Cacique), entre outros participantes envolvidos na elaboração.

Segundo o relato da moradora, o primeiro a chegar com a cruz na beira do Rio Solimões foi o irmão José. A mesma moradora confirmou que o fundador da Santa Cruz foi Irmão José da Cruz, também considerado um dos fundadores das maiores comunidades indígenas, como São Leopoldo. Ele preservava a cultura tradicional da comunidade e, ao mesmo tempo, introduzia novos elementos da cultura religiosa por meio da cruz, que foi plantada em diversas comunidades do Rio Solimões, formando uma nova irmandade. Essa irmandade tinha como prática orar junto à cruz, buscando salvação através de Jesus Salvador.

A segunda moradora afirma que, em sua iniciação na religião da Santa Cruz, não havia conflito entre a prática religiosa e a língua Ticuna, conforme confirmou a própria moradora;

- Tama na, tacüca' na tüna na tchuã. Tüma na Tomagüãcuã na tüna tüma arü metani nhamaga tümamã a de'agü rü naca' ta ngueta, nha taga ca ta ngue ta e toocügü nacü nagaca' ta nguêta. (Virgina, 2025).

'Não, pra que proibi. 'Os filho de não indígena gostaram e interessavam aprender nossa língua e nosso filho interessava aprenderam o língua dele' (Virgina, 2025).

O primeiro responsável (considerado diretor da igreja) da cruz da comunidade local era indígena. Quando chegava o momento de rezar, o diretor fazia a leitura da Bíblia em português e, após a leitura, explicava todo o conteúdo na língua Tikuna, de acordo com sua interpretação do texto bíblico.

Do ponto de vista da comunidade, não havia proibição da língua Tikuna, já que o diretor da igreja era Ticuna e realizava a interpretação da leitura bíblica em sua língua materna. Entretanto, havia restrições em relação a algumas práticas culturais. Quando a cruz foi plantada na comunidade, o estatuto estabelecido por Irmão José da Cruz proibia a realização da festa da moça nova, permitindo apenas a participação nas rezas da igreja. A confecção de artesanatos – como aturá, tipiti, paneiro, peneira; remos, canoas, arco e flecha,

colheres de pau, brincos, roupas feitas de tururi; máscaras; e instrumentos musicais como maracas, tamborim, flautas e chocalhos – não era proibida, sendo todos esses conhecimentos tradicionais transmitidos na língua Tikuna de geração em geração.

Em um pequeno relato de 2007, registrado também na mesma década, a comunidade recebeu a primeira escola voluntária, instalada na casa de um morador, que passou a funcionar como sala de aula. Dessa forma, iniciou-se o trabalho pedagógico com crianças de 7 a 10 anos de idade, com turmas de 10 a 12 alunos. O primeiro professor da comunidade se chamava João Joaquim (não indígena), sendo remunerado pelos próprios membros da comunidade.

Um dia, o Capitão³⁰ da comunidade reuniu-se com o senhor Luís Avelino, pois ele era a única pessoa que possuía uma casa grande, capaz de servir como escola. O senhor Avelino aceitou o pedido do Capitão e dos moradores, permitindo que sua residência funcionasse como sala de aula. Conforme mencionado anteriormente, o primeiro voluntário, professor João Joaquim, trabalhou durante três meses, sendo remunerado pelos próprios moradores da comunidade.

A seguir, será apresentada a descrição de como funcionava a escola e a educação escolar no início da fundação da comunidade de São Leopoldo, detalhando a organização das aulas, os materiais utilizados e a participação dos alunos e professores no contexto inicial da aldeia.

Na década de 1970, a comunidade ainda não possuía escola própria, nem tinha um nome oficial; alguns nomes foram atribuídos posteriormente, como será apresentado adiante. Após uma doação, segundo relato de um morador, foi construída a primeira escola, como contrapartida da comunidade. Conforme o mesmo documento elaborado em 2007, em 1973 houve uma reunião do Capitão Alfredo Galdino com os moradores, na qual trataram da construção da escola como parte da contrapartida da comunidade.

Foi então construída uma escola de madeira, com 10 metros de comprimento por 6 metros de largura (10x6), cobertura de palha, paredes de paxiubas e piso de barro. As cadeiras dos alunos eram feitas de paxiuba e amarradas com cipó chamado Envira (*iwira*). O quadro-negro era feito de raiz de sapopema, lavrado e pintado com tinta natural indígena Ticuna (*cu'maca* ou *cumaté*), e a escola foi concluída ainda naquele ano.

³⁰ O papel de Capitão, como já anotava Nimuedaju (1852: 65), no tuxaua no Brasil e no curaca no Peru (...). Nos últimos anos também o termo tuxaua caiu em desuso, o significado mais frequente que lhe e dado sendo o de capataz e estando sempre associado à ideia de um preposto do patrão. (Oliveira 1972: 208).

A titulação de capitão não se inicia no Alto Solimões com a atuação do SPI. (Oliveira 1972: 209)

De acordo com o documento, na linha 16 consta o seguinte:

o primeiro professor dava aula o senhor Juvenal Lisboa Galdino 'clã mutum 'Meraũcü' (aquele que tem bico bonito), lecionou com 20 alunos, assumiu a sala de aula durante (1) um ano, o professor recebido pelo contra-partida como falinha, açúcar, banana, alguns dinheiro de pessoal da comunidade ele trabalhava como professor, receber nem salários' e que ele apenas tinha a sabia ler e escrever.

De acordo com relato de um morador da comunidade, naquele tempo chegaram algumas comunicações solicitando que a comunidade construísse uma escola. Recebida a notícia, os moradores iniciaram a construção de uma escola de madeira. Durante a execução da obra, chegou à comunidade o professor Raimundo, natural de Umariacu e não indígena, acompanhado de sua esposa Dauvina, indígena, que passaram a ministrar aulas para os alunos de São Leopoldo. Além dos alunos da própria comunidade, crianças não indígenas também frequentavam essa escola.

A segunda moradora da comunidade relatou, em seu depoimento, que entre 1975 e 1982 chegou outro professor de fora da comunidade, acompanhado de sua família. Ele se chamava Raimundo, e sua esposa, Dalvina. Ambos não eram Ticuna, falavam apenas a língua portuguesa e trabalharam durante sete anos como professores e agentes de saúde comunitários na comunidade;

- (...) Yima bu'ãta nawa nguene, naĩtũ naca' mare, naĩtũ naca' mare tũrewa, a'ũnema, tama irane, nhema wi guma Mariatchucaã wia Raimudu nhatagucü, meã na-ãũ yegã nuama a' atchicaũ, guma Mariatchucaã raimudu, guma mariatchucaã meã na üaũ mürapewa naca bu'ãta aru ngueruũ.

- (...) Aquela escola, as crianças estudavam era de palhas no porto, era grande, muito grande, aquele furano Raimundo veio Umariacu, construiu uma escola de madeira que onde estudavam as crianças.

Naquele período, em 1975, a comunidade era conhecida como Marajá (segundo relato dos moradores, naquele tempo a comunidade era chamada Marajá por conta de uma

lagoa pequena presente na localidade, cercada por muitas palmeiras espinhosas, chamada Marajá).

Quando a comunidade Marajá recebeu a construção da escola de madeira, isso ocorreu com o apoio do Projeto Rondon, voltado à capacitação de professores rurais, implantado em 1972 pelo Campus Avançado do Alto Solimões, no município de Benjamin Constant (<https://acervo.socioambiental.org>, p. 5). A escola foi construída em madeira, com 20 metros de comprimento por 10 metros de largura, possuindo duas salas de aula. O nome da escola recebido foi “1º Grau Projeto Rondon”, como pode ser observado na foto ao lado direito da imagem.

A seguir, apresenta-se uma fotografia da escola construída pelo Projeto Rondon na comunidade Marajá, evidenciando a estrutura de madeira, as duas salas de aula e a nomenclatura oficial da escola.

Foto 4 – Escola 1º Grau Projeto Rondon



Fonte: encontrada na escola Juvenal Lisbão Galdino Meraücü/São Leopoldo

Em 1976, a comunidade situava-se em área de terra de várzea e passou a ser chamada **Praia Cristo Reis**, devido à presença de uma praia grande em frente à comunidade durante o período de estiagem. Em 1973, ocorreu uma reunião do Capitão, senhor Alfredo Gabino, sobre a mudança de nome da comunidade, motivada por sugestão de um senhor vindo do Rio Grande do Sul, que recomendou ao Capitão adotar o nome **São Leopoldo**. O nome foi emprestado de outro município do Rio Grande do Sul chamado São Leopoldo. Na

reunião do Capitão com os moradores, após discussão e consenso, o nome **São Leopoldo**³¹ foi aprovado, permanecendo até os dias atuais como denominação oficial da comunidade.

Em 1982, iniciou-se o processo de transferência da comunidade São Leopoldo para um local em terra firme, que não sofresse alagamentos. Foi escolhida uma área de terra firme, onde atualmente permanece a **Comunidade Indígena São Leopoldo**, conhecida pelos moradores Ticuna como **Yotaru**³², **Ma'püne**³³ e **Na'pü**³⁴.

Esse processo de mudança para a terra firme também resultou na formação de outras quatro comunidades: **Comunidade Novo Porto Lima**, **Comunidade São Francisco**, **Bom Pastor I** e a própria **Comunidade São Leopoldo**, todas atualmente com terras devidamente demarcadas.

Segundo o primeiro relato de um morador da comunidade, em depoimento registrado pelo professor Antônio em 2025;

O YOTARU o antigamente era serrada com samambaia, o muro da montanha era cinzeta e verde com samambaia por isso chamada Yotaru. o Yotaru é Montanha, um local encantada, sagrada, ninguem chegava a nele porque desapareceu, também o Yotaru onde moram pessoas invisivel de bem e moram tambem o bicho 'ngo'o'. Yotaru i Üünene rü Tchü'gücüüne 'quando ia mundava no outro lucal' até hoje Yotaru conhecido como uma montanha encantada.

O segundo relato de moradora desta comunidade senhora Virgina;

³¹ Nome da comunidade São Leopoldo, o nome São Leopoldo dada pelo um senhor desconhecido veio na comunidade era de Rio Grande do sul que deu o nome ideia pelo Alfredo Gabino era capitão da comunidade, que seja homenageado de nome uma cidade de que fica no Estado Rio Grande Sul.

³² **Yotaru**: yo 'cinzeta' ta 'muro' ru 'cabeça'; na yotapü rü waitü ma'ã 'aquele que tem muro cinzeta com samambaia'. Uma montanha que chega no pico da árvore e da pra ver o Rio Solimões, (Antonio Joanico Ramos, 2025).

³³ **Ma'püne** é o montanha mais alto de São Leopoldo.

³⁴ **Na'pü** 'montanha'

Yotarü, Nucüma taã woe, üünegü tchiĩ rü ma'ëruũ Yotaru da'ma maru niĩ, tagu a' mucü rü nawa cu maũũ nucüma, damaricatama i üüne nucüma, tagu Tupana tü daigu, nucüma, damaricatama i üüne ni ngeta na ãtchicaũ nguã wapuru³⁵, ngeta rü ngaine.

Devido à mudança da comunidade São Leopoldo para a terra firme, durante o período de outono ocorriam grandes alagações, trazendo sérias consequências para os moradores. Houve preocupação com a colheita das roças, perda de criação de animais como galinhas, galos, pintos e porcos, além da destruição de plantações de bananas, mangas, ingá, laranjeiras, cajueiros e outras frutíferas.

Em determinado momento, o Capitão de São Leopoldo, senhor Alfredo Gabino, realizou uma viagem à Vila Alterosa de Juí, acompanhado do missionário José Francisco da Cruz. Ao retornarem de Juí para o município de Santo Antônio do Içá, trouxeram uma boa notícia para a comunidade: a mudança definitiva para a terra firme. Segundo depoimento de uma moradora, ela relatou:

Erumaũ wi nhataa'ũ, petchica ta pedau, nhuma nina taũ i mucü arü ta tacü pewa ngupetüũ yicamaũratchigü. Ta pidau nheta ã dautchi ngaicamaũ, napetchinüwa ta ã nhemaũ, nhema ta pe ã-ã, nhataã wi nhegã, nhema iane pe üü. Cüna nhemaũwi oi Ngüẽ³⁶ naêne Mecü, yima- ütchi-cü, a' tamani nhaũcü rü yüügu ni ngutaquee, tamani, ngema ta ta ã Yotaruwa, nguũguã nhema tcha üügu, nhema rü caücü tautü tchona i na'tchiru, numama i ügüũ, tchona i na, meĩma yauratanücüü i nhematataã ni ã-ã. norü tamaẽpü arü ni ngu nhatagüũ cupa Nguẽ.

Realizaram o trajeto até a terra firme e, ao escolherem o local para a nova comunidade São Leopoldo, levaram uma **cruz**, que foi implantada em uma elevação denominada **Yotaru**.

³⁵ A Virgina falou o 'vapuru' conhecido era arca de Noe que tinha costado aqui no tempo grande alagação que unico monha tinha acima de água e permante a baixado água.

³⁶ Ngüẽ (Ngüneẽcü) aquele que canta voz grosso' Ngunü cu'ã de Mutum'

A seguir, apresenta-se uma fotografia da comunidade, com a igreja e a cruz ao fundo, e os líderes e moradores posicionados à direita e à esquerda, conforme descrito:

Foto 5 – Lideranças e membros da comunidade São Leopoldo com a igreja e a cruz ao fundo



Acervo: Professor Antonio Joanico Ramos – São Leopoldo

Coleta: Geremias Inácio Candido (05/03/2025)

Na fotografia, observa-se, ao fundo, a igreja da comunidade e a cruz. À direita estão os irmãos: Samuel (tesoureiro da igreja), Quirino Alves (vice-secretário), Guilherme Silveiras Peres (secretário), Alberto Inácio (vice-tesoureiro), Francisco Fedelis (presidente) e Lopes Joanico Ramos (diretor da igreja). À esquerda aparecem Antonio Joanico Ramos (capitão), Felipes Ramos Pinto e Ernesto Martins Inácio.

A igreja era construída inteiramente em madeira e situada no ponto mais alto da montanha **Yotaru**, junto à cruz de cinco metros plantada pelos moradores da comunidade.

A seguir, apresenta-se uma fotografia do pico da montanha **Yotaru**, de onde se tem visão do Rio Solimões e da comunidade São Leopoldo.

Foto 6 – Vista panorâmica da comunidade São Leopoldo a partir do pico da montanha Yotaru



Acervo: professor Antonio Joanico Ramos- São Leopoldo

Coleta: Geremias Inacio Candido (05/03/2025)

Naquele época, os povos construía suas casas, realizavam roçadas de bananas, canas e mandioca, entre outras atividades comunitárias. Logo depois, a escola e o posto de saúde também foram transferidos para a terra firme. Assim, a comunidade começou a se desenvolver, como mostra o documento acima na linha 10: já se observava crescimento populacional e a construção de novas instalações da escola municipal.

A seguir, apresenta-se uma fotografia da frente da comunidade **São Leopoldo**, mostrando o acesso pelo caminho que leva ao Rio Alto Solimões.

Foto 7 – Entrada da comunidade São Leopoldo com vista para o Rio Alto Solimões



Acervo: professor Antonio Joanico Ramos- São Leopoldo

Coleta: Geremias Inacio candido (2025)

A seguir, apresenta-se uma fotografia do **centro da comunidade São Leopoldo**, destacando uma ponte de madeira construída sobre um açude.

Foto 8 – Centro da comunidade São Leopoldo com ponte de madeira sobre o açude



Acervo: Professor Antonio Joanico Ramos – São Leopoldo

Coleta por me: Geremias Inacio candido (2025)

A seguir, apresenta-se uma fotografia da **igreja e da Santa Cruz** no centro da comunidade, durante o desfile de aniversário da Santa Cruz, realizado em 29/09/2006.

Foto 9 – Desfile de aniversário da Santa Cruz no centro da comunidade São Leopoldo



Foto da Igreja e Santa Cruz no centro da comunidade, fizeram desfile de aniversário da Santa Cruz dia 29/09/2006.

Acervo: Professor Antonio Joánico Ramos – São Leopoldo

Coleta: Geremias Inácio Cândido (2025)

Atualmente, a comunidade indígena São Leopoldo segue a religião da Ordem da Santa Cruz, fundada pelo Irmão Francisco da Silva da Cruz, responsável pela Religião da Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica (O.C.CA.E.). Em anos anteriores, a igreja e a Santa Cruz foram transferidas para o centro da comunidade, devido à dificuldade de deslocamento diário até o topo da montanha **Yotaru** para as rezas da manhã e da noite.

5.2 Registro oficial do nome da comunidade

Em 1973, nós acreditamos que o nome escolhido pelos povos para a comunidade foi SÃO LEOPOLDO, hoje reconhecido pelas autoridades municipais, estaduais e nacionais. Antes, a comunidade não tinha um nome próprio, como confirmou o segundo professor em seu depoimento de 23 de fevereiro de 2025. O primeiro nome da comunidade foi SANTA RITA. Quando o Irmão José da Cruz chegou e plantou uma cruz, passaram a chamar o local

de MARAJÁ³⁷, nome também associado ao lago existente na região de São Leopoldo. Nesse período, apenas algumas famílias moravam aqui, sendo o lugar chamado de PRAIA CRISTO REIS.

Na linha 03 do documento acima, consta a comprovação de que a comunidade foi criada por Alfredo Gabino e Nilo Joanico Ramos. Quando um antropólogo chegou à comunidade, ele considerou inadequado o nome Marajá. Como já mencionado em capítulo anterior, em determinado dia realizou-se uma reunião com o Capitão Alfredo Gabino para discutir a mudança de nome da comunidade. A sugestão veio de um senhor do Rio Grande do Sul, que incentivou o Capitão a adotar o nome SÃO LEOPOLDO, emprestado de um município gaúcho de mesmo nome. Após consenso entre os moradores, o nome foi aprovado e permanece até hoje como denominação oficial da comunidade, reconhecida pelas autoridades municipais, estaduais e nacionais.

5.3 Registro do nome religioso “Monte das Oliveiras”

O nome dada da comunidade de São Leopoldo de parte religião da Santa Cruz chamada *Monte das Oliveiras* o segundo Irmão Francisco da Silva da Cruz colocado o nome MONTE DAS OLIVEIRAS que retirada o nome reconhecido no parte segundo a Bíblia Sagrada de local de evangelização ‘*Jesus subiu um monte e sentou-se ali com os seus discipulos*’ que reconhecido a Monte das Oliveiras é um lugar sagrada pelos Cristão de Jerusalem.

5.4 Criação da bandeira da comunidade São Leopoldo

Em 2008, o Cacique Irineu Martins Jacamin Yipücü, conhecido como “*aquele que cai, voa e cai no chão*”, criou a bandeira da comunidade indígena de São Leopoldo, juntamente com a Organização para o Desenvolvimento Comunitário de São Leopoldo (ORDECOL). Todos esses registros foram formalizados em cartório no município de Benjamin Constant;

A imagem a seguir apresenta a bandeira da Comunidade Indígena São Leopoldo, criada em 2008 como símbolo de identidade e representação coletiva. Seus elementos visuais

³⁷ Marajá ‘ na lingua Ticuna ‘orapara’ é palmeira tem espinho no raiz e até na folha.

expressam aspectos culturais e territoriais da comunidade: a cor verde simboliza a terra demarcada; a esfera azul representa o céu; a faixa cinza faz alusão ao rio Alto Solimões; e as quatro estrelas indicam as comunidades São Leopoldo, Novo Porto Lima, Novo São Francisco e Bom Pastor I. No centro da esfera azul, destaca-se o mapa de São Leopoldo, ladeado pela representação das florestas. A bandeira, portanto, traduz em linguagem visual a relação da comunidade com seu território e com a natureza.

Figura 1 – Bandeira da Comunidade Indígena São Leopoldo



Fonte: Acervo da comunidade São Leopoldo

Coleta: Geremias Inacio Candido (2025)

A Figura 2, abaixo, documenta o ato de reconhecimento oficial da bandeira da Comunidade Indígena São Leopoldo, realizado no Cartório de Benjamin Constant em 2008. Esse registro conferiu legitimidade jurídica ao símbolo comunitário, reafirmando sua importância como expressão da identidade cultural e da organização política local. O reconhecimento formal fortalece o valor da bandeira enquanto emblema da comunidade e garante sua preservação como patrimônio coletivo.

Figura 2 – Registro da Bandeira da Comunidade Indígena São Leopoldo no Cartório de Benjamin Constant



Acervo da comunidade São Leopoldo

Coleta: Geremias Inacio Candido (2025)

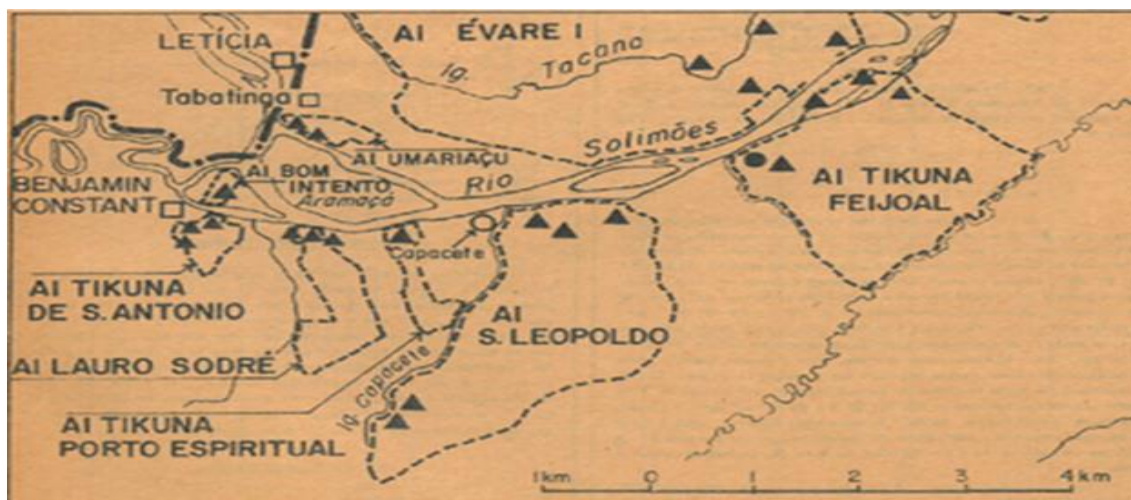
5.5 TORÜ AU ‘*NOSSAS LÁGRIMAS*’

Em 1988, a Comunidade Indígena São Leopoldo encontrava-se em terra firme, sob a liderança do capitão Leonildo Ramos Lopes. No dia 28 de março de 1988 ocorreu um grande tiroteio contra os Ticuna, na região conhecida como Boca do Capacete, onde se localizava o madeireiro Oscar de Almeida Castelo Branco, chefe dos madeireiros, pescadores e seringueiros, considerado um dos maiores inimigos dos povos Ticuna de São Leopoldo, Porto Espiritual, Novo Porto Lima, Bom Pastor e demais comunidades ticunas da região. O conflito esteve diretamente relacionado à demarcação da Terra de São Leopoldo, decretada em 1986 e efetivamente demarcada em 1987.

O ataque foi perpetrado por um grupo de 14 homens armados, liderados pelo próprio Oscar Castelo Branco. Durante uma assembleia pacífica dos povos Ticuna das comunidades de São Leopoldo, Bom Pastor, Porto Espiritual e Novo Porto Lima, que discutiam a demarcação de suas terras, os invasores abriram fogo contra os indígenas desarmados. O saldo foi de quatro mortos, 23 feridos e 10 desaparecidos, com alguns corpos jogados no Rio Solimões para ocultar os crimes. O massacre teve repercussão internacional e foi tratado como homicídio até 1994, quando passou a ser considerado genocídio. Em 2001, treze dos catorze acusados foram condenados a penas de 15 a 25 anos de prisão. No entanto, em 2004, o Tribunal Regional Federal do Amazonas absolveu Oscar Castelo Branco e reduziu as penas dos outros réus para 12 anos, levando a críticas sobre a impunidade no caso.

A seguir, apresenta-se o mapa que registra a localização geográfica do Massacre do Capacete, ocorrido em 1988. Esse documento foi publicado pelo *MAGÜTA-CDPAS* no mesmo ano, como parte da obra *A Lágrima Ticuna é uma só: rü au i Ticunagü arü wü'i*, e constitui uma das principais fontes históricas sobre o episódio.

Mapa 2 – Localização geográfica do Massacre do Capacete (1988)



Fonte: A Lágrima Ticuna é uma só: rü au i Ticunagü arü wü'i (MAGÜTA-CDPAS, 1988, p. 7).

Por essa razão, em função da demarcação da Terra Indígena Ticuna de São Leopoldo, o patrão, os trabalhadores e os moradores não indígenas do outro lado do igarapé do Capacete não aceitaram a demarcação da terra. Após a demarcação da Terra de São Leopoldo, os capitães de São Leopoldo, Novo Porto Lima e Bom Pastor I proibiram que retirassem madeira, realizassem pesca, caça e explorassem demais riquezas do território. Em reação a essas medidas, os não indígenas reagiram matando um boi grande pertencente à comunidade de São Leopoldo. Em reação a essas medidas, os não indígenas reagiram matando um boi grande pertencente à comunidade de São Leopoldo.

O segundo professor afirmou, em seu discurso, que o conflito entre indígenas e não indígenas começou devido à morte do boi, mas enfatizou que a violência não se iniciou por esse episódio isolado. O problema se intensificou com a chegada da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que determinava que cada grupo indígena tivesse sua terra demarcada para garantir a preservação de sua cultura. Ao chegar à região, a FUNAI orientou que os não indígenas realizassem primeiro a marcação de seus limites, e no dia seguinte os indígenas efetuassem a demarcação da sua terra. Foi justamente por causa desse desentendimento que ocorreram os grandes episódios de mortes entre os indígenas de São Leopoldo.

Na comunidade Ticuna de São Leopoldo, o boi possuía um significado simbólico que transcendia seu valor econômico. Representava uma fonte de subsistência e riqueza, garantindo alimento e recursos essenciais à vida comunitária. Além disso, simbolizava a autonomia da comunidade sobre seu território, uma vez que estava sob o cuidado dos capitães e famílias, sendo a sua proteção uma expressão de controle e respeito às normas internas. O

boi também funcionava como elemento de coesão social, pois seu manejo envolvia decisões coletivas e reforçava a autoridade dos capitães. Por fim, diante da tensão com os não indígenas, o boi tornou-se um ícone de resistência e identidade cultural, de modo que a violência cometida contra ele foi percebida como uma afronta direta à comunidade, desencadeando o conflito que culminou no Massacre do Capacete.

Por causa da morte do boi grande, os capitães realizaram uma reunião em um local próximo à Boca do Capacete, o que desencadeou o maior tiroteio. Conforme relatou o segundo professor, Santo Cruz, o tiroteio durou;

O grande tiroteo durou 3 horas. Começou das 12 do dia e terminou 3 horas da tarde com grande tiroteo, foram morto 11 pessoas entre adultos e crianças e ferido 22 pessoas. (Notas do editor: Esses números alterado em seguida, com a identificação de mais 3 pessoas mortas e desaparecidas. Fonte: Transcrito no Jornal Magüta N° 31. (Oliveira Filho, 1988 p 6)

O Mapa 2 apresenta a localização do Massacre do povo Ticuna no Igarapé Boca do Capacete, à margem direita do Rio Solimões, no município de Benjamin Constant. Foi elaborado no dia 26 de março de 2025 pelo professor Francisco Lucas Coelho, que registrou todos os acontecimentos ocorridos em 28 de março de 1988.

O segundo discurso do professor Francisco Lucas Coelho, proferido em 26 de março de 2025, na Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino Meraücü, reuniu lideranças de todas as comunidades Ticuna, bem como professores, alunos e representantes de outras instituições indígenas. Durante o discurso, o professor apresentou, com base no relato de um dos sobreviventes, os acontecimentos do massacre do Capacete, ilustrando-os por meio de um desenho realizado pelos próprios sobreviventes.

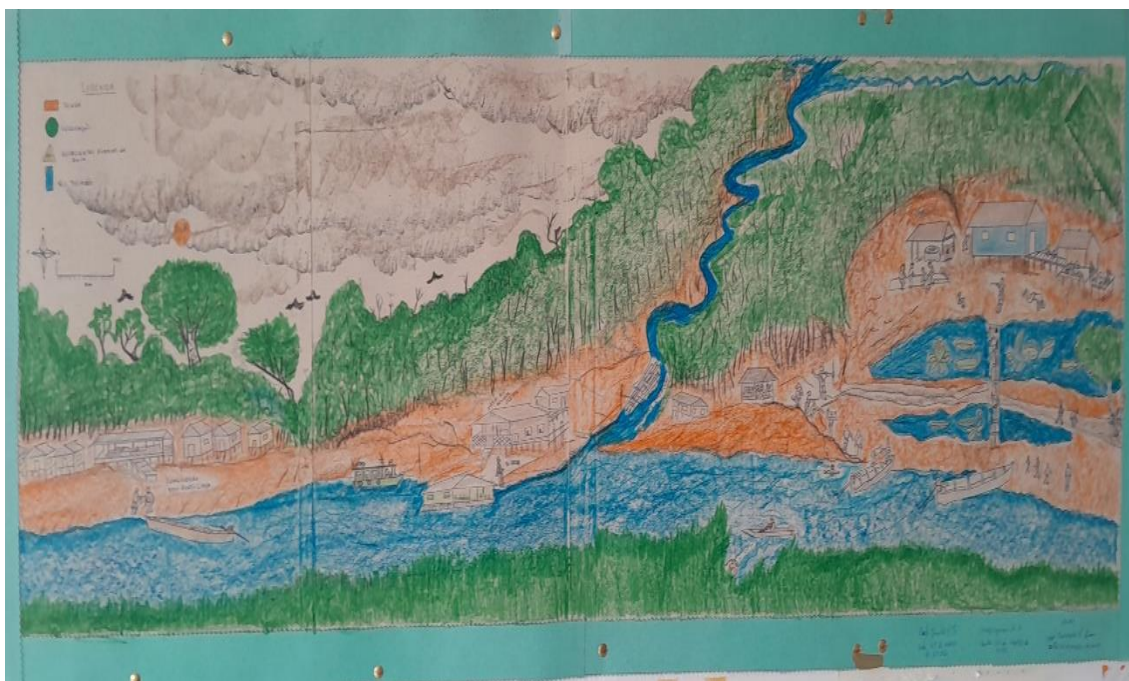
-Yiemagü ni nhuma nuüügüü pa alunugü pa bu'ügü pa papagü meã pegügu perü ñnü Tacüca' ngema na ngupetüü, yea ni cudawenüü ni na ngemaü i wairagü, temagü rü toomatchigü nanetügü i nhuü'tchi yiemagü ta. Teema moüa'ma namacuae taumata i nguegu, aluno pa alunagü, nharü tüü na ñpotät nhuã taenegü naca' yueï nhema nguneïgu rü tchama tcha ngema, tama togüe tchamaã ni uü, tama ugümüane, aicumama tcha ngemaü, tama nüü tcha cua na nhure taunecü tchi.

Nüna tcha cuaãtchiĩ na nhaã tcha üũ, (...) rü taũma historia ni ã, nua na u i ĩpata Pastor Flores naẽga nhuma marü na tauma, nhema ni na peĩ nuama nhema comunidade novo porto Lima, na iraũtchi ta woe marü nüũ pe cua, daama nacü ngue, daama naĩ, daama naĩ, daa na nuũ ya yatü fecü maẽnecügu, nhema ni weẽcutchi rü nawena nhetaũgü nhema nana cue, daani dü, primero tiru nüna na ãcü da yatü tchaã tcha nhema (...), naega rü Valentino, namaã ta na cagü rü tchorü papai rü nagu ta maik (maik rü turista ni ã cana erü na tchoora), erü irarüwa na tchoora yima yatü rü sempre ĩatüwa tcha üpetüũgü nüma norü ĩawa na to daa yatü tchona cagüũ, cuma ta me pa bu'gü wüi tacüwa ta meẽ cu nguũ rü nhanagürü tchoũ, nhema dea rü tcha na ngema taguma nüũ tcharü ngüma. Nüma rü totanüwa na nhema yema nguneĩgu, rü nhema ta gopetütaũgü rü ĩpata rü ngema na ü, daa ĩpata nhema na nhema uwanügü, tamaã uwanügüũ rü nhema ta gopetütaũgüũ toũ na wegütchacügüũ, toũ na we' mucawa, tara rü toomatchigü. Rü i ta tchoũ daama ni i toweĩ nhure naguũmeẽ bu'ũgü rü yea ni a ugu historiawa crianças nha toõ nhegã ta bu'e, na nhema professor Francisco são franciscuwa poracücü, Samuel agente saude ĩcü, Memaũcü nhacü ta ugücü, buema bu'ũgü totanüwa nhema na Yautchinei (Jaicinei) nanatü rü i na üe rü nhunhanarü nhegã tchoũ, - 'Chico i ti daugü tacü i na ügü rü nheguma rü nhaũma toũ na ngau,nhaa rü nua nüũ pedau, rü nhuma ni to'õ nua ni ta ĩ-ĩ reunião nua ti a ü, nheguma rü na unagüchacüü paz' ca i na ca' rü nhema wüi duũũ naweama ü'ũ cuma nhuma cu matchaũgü caã ma' rü nhuma marü na tauma nhetchaũtchiga, nhaü ga yema nha dü, yegã toõ rü ti bumü, tchamü na ngueca' na nhaũ, marü turetchipenüwa na nguũ ngenna cue, nua ni na ngu'ũ, yimani tama ngoũgücü, de'atchigu na nguu, yegã aita na namüca', nhumata nuũ tchi u tagawa ' - marü nawa na ngu i nguneĩ nhaã duũũgü daĩ nhanagürü namaã aita na ü'ũ' (...) rü nheguma nügüna ngaũgagü, togü too namawa na nhemagü natücumü, too nuama, too nua, marü nha aita nügü na ĩnuga nua ã, mamagü rü papagü rü na nhemagü, da ya yatü rü, mama nana munagü ni na waira eĩ, nhaa tatünepünegu na tchigü cincü naguũ, nhaã ni wairawa na cueeĩ, nuama tcha nhemamare, tchaũtama ni na cue, nhaa ni na cue na

naperema a' i'ĩ, nua nanhemagü papagü (...) nua ni na nhemagüü muñ
mama nua ni na tchocuñ yemaãcü a i-(...) (Professor Francisco
Coelho, 2025)

Desenho elaborado pelo professor Francisco Lucas Coelho, da comunidade São Leopoldo, Benjamin Constant – Amazonas. Este desenho representa detalhadamente o local onde ocorreu o massacre do povo Ticuna em 28 de março de 1988, no Igarapé Boca do Capacete. A obra foi baseada nos relatos de sobreviventes da comunidade, retratando a dinâmica dos acontecimentos e os espaços ocupados pelas vítimas e agressores. O registro visual serve como importante documentação histórica e memória coletiva dos povos Ticuna, preservando a lembrança do episódio e reforçando a compreensão dos impactos sociais e culturais desse ataque.

Desenho 1 - Massacre do Capacete realizado por sobrevivente Ticuna



Fonte: Elaborado por sobrevivente da comunidade Ticuna, registrado pelo professor Francisco Lucas Coelho, 26 de março de 2025, Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino Mera#cü, Benjamin Constant – AM.

Hoje, 27 de março de 2025, a Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino ‘Merañcü’ realizou uma homenagem à memória do massacre do Capacete, ocorrido em 28 de março de 1988. Essa lembrança constitui um registro da luta do povo Ticuna e de sua resistência, reforçando o compromisso com a preservação de sua história e cultura. Durante o evento, foram registrados depoimentos emocionantes de sobreviventes que

compartilharam suas dolorosas experiências: senhor Felipe Ramos Pinto, senhor Ernesto, o professor Francisco Rodrigues Araújo, Ermegildo Paulino Cândido, o professor Batista Alves e o professor Francisco Lucas Coelho.

A memória do massacre do Capacete não se limita à lembrança da violência sofrida pelo povo Ticuna; ela constitui também um marco de resistência e de reafirmação de direitos territoriais e culturais. A preservação dessas histórias, por meio de relatos, documentos e registros visuais, reforça a importância da memória coletiva para as gerações atuais e futuras. É a partir dessa memória que se compreende a profundidade da luta pela terra e a necessidade de transmitir esses conhecimentos às crianças e jovens da comunidade, conectando diretamente os acontecimentos históricos à educação. Assim, a reflexão sobre esses episódios prepara o caminho para a próxima seção, na qual se discutirá a relação entre a luta pela terra e a educação escolar indígena em São Leopoldo.

5.6 A Luta pela Terra e seu Impacto na Educação Escolar Indígena

Quando um grupo conquista direitos, seja por meio de lutas, conflitos, críticas ou manifestações, há sempre um processo de resistência e reivindicação. Foi assim que os povos indígenas Ticuna de São Leopoldo conquistaram a demarcação de suas terras e o direito à educação escolar indígena em cada aldeia, mesmo diante de episódios de violência e mortes de membros da comunidade. Hoje, reconhecemos nosso pertencimento como povos originários Ticuna. Embora sejamos historicamente minoritários perante as autoridades, surgiram iniciativas e legislações elaboradas por órgãos competentes, com o objetivo de garantir a preservação das culturas indígenas, a demarcação de suas terras e o acesso à educação escolar. Entre essas instituições, a FUNAI tem desempenhado papel fundamental, assegurando que, em todo o território nacional, os povos originários tenham garantidos seus direitos à terra, à educação escolar e à preservação de suas culturas.

Nas décadas de 1980 e 1990, houve intensa disputa pela demarcação das terras, assim como lutas pelo acesso à educação escolar e à saúde dos povos indígenas Ticuna na região do Alto Solimões, conforme apontado na dissertação do professor Flores (2018, p. 77).

Nesse período, então, aconteceu a primeira reunião Geral dos Ticunas no ano de 1980, na aldeia Vendaval, considerado “o primeiro grande encontro do povo Ticuna”, liderado pelo Cacique Pedro Inácio Pinheiro (Ngematücü) para a iniciativa de dar os primeiros moldes ao

movimento que veio à tona em 1982, com a criação do CGTT – Comando Geral da Tribo Ticuna, uma organização que serviria como uma representação política do povo na região. Ele pensou que, ao criar-se uma entidade política representativa, isso possibilitaria discutir melhor temas relacionados e principais, como: primeiro a territorialidade, seguidamente a educação e, por último, a saúde indígena.

Na mesma década de 1980, a Comunidade Indígena São Leopoldo e todas as demais comunidades indígenas Ticuna começaram a se desenvolver na área da educação, por meio de pequenos grupos de docentes e capitães que realizaram reuniões idealizadas pelas próprias lideranças das comunidades. Essas lutas trouxeram resultados positivos para todas as comunidades, que conquistaram a demarcação de suas terras, acesso à educação escolar e à saúde. Posteriormente, esses lutadores indígenas — capitães e professores — obtiveram êxito em implementar a educação escolar Ticuna em todas as comunidades indígenas.

Depois de tantas reuniões realizadas pelas lideranças, eles conquistaram a demarcação das terras e a implantação de unidades educacionais nas comunidades indígenas Ticuna. Na Comunidade Indígena São Leopoldo, por exemplo, há sua terra demarcada e há oferta de educação escolar indígena Ticuna.

Hoje, na comunidade, a educação escolar indígena Ticuna é mais valorizada, principalmente no que se refere à Língua Ticuna. Agora, nossos alunos têm as mesmas oportunidades de ensino que os estudantes das escolas não indígenas. O ensino da Língua Ticuna abrange todas as suas vogais³⁸, alfabetos³⁹, leituras, escrita, narrativas mitológicas, morfologia, variações linguísticas e análises sintáticas. Por esse motivo, o ensino fundamental, em seus diferentes níveis, tornou-se muito mais rico. A Escola Meraïcũ ganhou maior valorização da Língua Ticuna, e os membros da comunidade São Leopoldo, que em grande parte são monolíngues, mantêm sua língua viva e cada vez mais fortalecida.

Como escreveu Chota em sua dissertação, citada por Oliveira, os seguintes acontecimentos ocorreram;

³⁸ Vogais Ticuna: a, e, i, o, u, ü

³⁹ São 22 letras alfabeto Ticuna: a, b, c, d, e, f, g, i, m, n, nh, ng, p, q, r, t, tch, u, ü, y.

- a) a instalação da missão jesuíta espanhola, no século XVIII, e disputa, entre espanhóis e portugueses, pela hegemonia no Alto Solimões, até a consolidação da posse desta área por Portugal, ainda no século XVIII;*
- b) ampliação da ocupação pelos Tikuna, na região do Alto Solimões, ao descerem dos altos igarapés, por efeito do quase extermínio dos seus inimigos, os temidos Omágua (também conhecidos como Cambeba), durante o processo de disputa entre espanhóis e portugueses;*
- c) a exploração da borracha, nas duas últimas décadas do século XIX, quando os Tikuna foram escravizados por meio do sistema de barracões; a figura do dono do seringal assumiu e concentrou a opressão e a negatividade, ao se instalar o “patrão da borracha” – o chamado “dono da propriedade” - na boca dos igarapés e controlar, inclusive por meio de um tuxaua, os moradores desses locais – controle empresarial estendido à exclusividade no comércio com os indígenas e legitimado por títulos de propriedade obtidos por poucas famílias, vindas majoritariamente do nordeste, às quais os Tikuna passavam também a dever obediência;*
- d) vinda dos Capuchinhos, a partir da província de Úmbria, na Itália, instalação da Prefeitura Apostólica do alto Solimões (1910).*
- e) presença meramente formal, a partir de 1917, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que, durante o domínio dos seringalistas, se restringe a relatórios de um delegado de repartição;*
- f) criação, em 1942, de um posto do SPI na região;*
- g) criação, por estímulo de funcionários do SPI, de uma liderança*

*única dentro da aldeia – algo estranho à tradição Tikuna;
surgimento da figura do ‘capitão’ (cacique);*

h) transformação, em meados da década de 1960, da Amazônia e sua faixa de fronteira em área de segurança nacional para o exército brasileiro crescimento da antiga guarnição militar de Tabatinga, que passa a constituir o Comando de Fronteira do Solimões (CFSOL);

i) Chegada, também na década de 1960, dos missionários batistas americanos ao Alto Solimões com o objetivo de catequizar os indígenas;

j) penetração, no início da década de 1970, das ideias de um homem chamado José Francisco da Cruz, em meio aos Tikuna, com conversão religiosa de indígenas e não indígenas por todo o Alto Solimões; conquista das posições de liderança na hierarquia da Irmandade da Cruz pelos antigos “patrões”; posições de liderança na hierarquia da Irmandade rapidamente conquistadas pelos antigos “patrões”;

k) chegada à área, na primeira metade da década de 1970, da FUNAI, que já havia então, no cenário nacional, substituído o antigo SPI. expulsão. no início da segunda metade da década de 1970, por liderança local em determinada(s) área(s) , do antigo “patrão” (caso da Aldeia Vendaval);

m) convocação e início da discussão, em 1981, na Aldeia Campo Alegre, pelas principais lideranças Tikuna, de proposta de demarcação de suas terras, com encaminhamento à FUNAI e constituição de comissão indígena para ir a Brasília, para apresentação da proposta debatida, à Presidência da FUNAI; envio pela FUNAI, por pressão indígena, de grupo de trabalho para áreas Tikuna em 08 (oito) municípios do estado do Amazonas - Anamã,

Fonte Boa, Japurá, Maraã, Jutai, Juruá, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença;

n) criação formal, em 1982, do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT);

o) criação, em dezembro de 1986 (constituição jurídica em 1994) da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües (PGPTB);

p) Massacre do Capacete, em 28 de março de 1988, na foz do Igarapé Capacete com o rio Solimões (município de Benjamin Constant); massacre associado à luta pela terra²⁴;

q) reconhecimento oficial, em 1990, da maioria das terras Tikuna

E, a partir disso, considera-se que, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), suas principais preocupações estavam voltadas aos povos indígenas que eram dominados pelos padrões após a Segunda Guerra Mundial, com a Convenção nº 107, de 1957, que tratava especificamente das populações indígenas e tribais, sobretudo de seus direitos à terra e das suas condições de trabalho, saúde e educação (Convenção 107 da OIT, 1957; Convenção 169 da OIT, 2004, p. 5).

A própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegurou a proteção das terras dos povos indígenas, conforme estabelece o artigo 20, inciso XI – “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” (CF, 2005, p. 11) – e também garantiu aos povos originários o direito à diferença cultural, isto é, o direito de ser índio e de permanecer como tal (CF, 2005, p. 14). Além disso, a Constituição reconheceu o direito à educação formal dos povos originários no artigo 210.

O uso de suas línguas maternas e processos próprias de aprendizagem, cabendo aos Estado proteger as manifestações das culturas indígenas. Esses dispositivos abriram a possibilidade para que a escolar indígena se constitua num instrumentos de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas, deixando de se restringir a um instrumento de imposição dos valores culturais da sociedade envolventes. Nesse

processo, a cultura indígena, devidamente valorizada, deve ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras culturas. Escola indígena poderá, então, desempenhar um importante e necessário papel no processo de autodeterminação desses povos LEEI 2001, p.14

Através da nossa língua, cultura, identidade e conhecimentos tradicionais, os povos Ticuna conquistaram não apenas a demarcação de suas terras, mas também o direito à educação escolar. Um exemplo concreto desse avanço é a Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino ‘Merañcü’, que hoje atende 293 alunos matriculados, conforme contagem do professor Batista Alves Inácio, e conta com 24 funcionários, contribuindo para a valorização da educação escolar indígena Ticuna e a preservação de sua cultura.

6. LÍNGUA E EDUCAÇÃO NA ESCOLA INDÍGENA DE SÃO LEOPOLDO: ESTUDO DE CASO DO ENSINO FUNDAMENTAL II

A educação escolar indígena na comunidade de São Leopoldo tem se consolidado como um espaço fundamental para a preservação da língua, da cultura e da identidade Ticuna. Nesta seção, será apresentado um estudo de caso do Ensino Fundamental II na Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino ‘Meraücü’, com foco nas práticas pedagógicas, no uso da língua Ticuna como instrumento de ensino e aprendizado, e na articulação entre saberes tradicionais e conteúdos formais do currículo escolar. A análise busca evidenciar como a escola contribui para o fortalecimento cultural e linguístico dos alunos, ao mesmo tempo em que atende às exigências do sistema educacional brasileiro.

6.1 Ensino Fundamental na escola de São Leopoldo

A Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino ‘Meraücü’, da comunidade indígena São Leopoldo, segue, segundo o regimento geral das escolas da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Benjamin Constant (2015, p. 9, art. 30), a organização do Ensino Fundamental nas seguintes etapas: anos iniciais, do 1º ao 5º ano, para crianças de 6 a 10 anos, com duração de 5 anos; e anos finais, do 6º ao 9º ano, para crianças de 11 a 14 anos, com duração de 4 anos, totalizando 9 anos de estudo. O ensino infantil também é oferecido, sem ser desconsiderado.

O Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano, para alunos de 6 a 10 anos, é uma etapa em que as crianças aprendem a escrever os alfabetos e a desenvolver a leitura em língua Ticuna. O Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano, é a etapa em que os alunos aprimoram a leitura em sua língua materna, aprendem a produzir textos, desenvolver a interpretação e adquirem uma visão crítica, construtiva e científica.

Na escola, existem 13 turmas de níveis de ensino básico, sem contar o ensino infantil. São 5 turmas do Ensino Fundamental I e 4 turmas do Ensino Fundamental II. O Ensino Fundamental I funciona no turno matutino, enquanto o Ensino Fundamental II funciona no turno vespertino.

Os professores que atuam no Ensino Fundamental são 10, divididos em 4 professores para o Ensino Fundamental I e 6 professores para o Ensino Fundamental II, sem contar os docentes do ensino infantil. Além disso, a equipe administrativa é composta por 1 gestor da escola, 1 coordenador pedagógico, 2 orientadores educacionais e 11 funcionários administrativos.

Os professores que atuam no ano letivo de 2025, tanto no ensino infantil quanto no ensino fundamental, são os seguintes:

- **Nucucü** (“Aquele que coloca em dentro - Saúva”), professor Batista Alves, Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, efetivo para o 1º ao 5º ano, com 23 anos de experiência em sala de aula, atualmente também gestor da escola;
- **Raimunda Rodrigues Ferreira**, não indígena, licenciada em Letras pela UFAM, contratada pelo PSS de 2025 da Semed, com 5 anos de experiência, atua há 6 meses como coordenadora pedagógica;
- **Yaucawecü rü Wüicacü** (“Aquele que costa azul” e “Aquele que voa sozinho”), professor Francisco Rodrigues Araújo, efetivo do 1º ao 5º ano, Licenciatura em Letras pelo PARFOR, com 20 anos de experiência, atua pela primeira vez como orientador educacional da escola;
- **Maria Tereza Ramos Alberto**, licenciada em Biologia e Química pelo OGPTB/UEA, efetiva em duas turmas e atua como orientadora educacional;
- **Weetchina** (“Aquele que saíram juntos - Saúva”), professora Tatiana Julião Inácio, licenciada em Pedagogia pela UEA, contratada pelo PSS de 2025, com 6 anos de experiência, atua em duas turmas do Maternal II e Pré-II;
- **Bastos de Almeida**, professor de Licenciatura em Pedagogia, atua na turma Maternal III;
- **Ozanir Araújo Pinto**, cursando Geografia, contratado pelo PSS de 2025, atua no 1º ano;
- **Alexandro Ramos da Costa**, não indígena, licenciatura em Pedagogia, 2 anos de experiência, contratado pelo PSS de 2025, atua no 2º ano;
- **Jonildo Pinto Francisco**, licenciatura em Pedagogia, contratado pelo PSS de 2025, atua no 3º ano;
- **Eliezer Lucas Cruz**, licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena pela UEA, atua em duas turmas, 4º e 5º ano;
- **Josemar de Souza da Silva**, não indígena, licenciatura em Geografia pela UEA, contratado pelo PSS de 2025, atua do 6º ao 9º ano na disciplina de Geografia;
- **Metchirecü** (“Aquele que tem bonito caroço - Yaü”, clã de Esquilo), professor Valdeci Estevão Ramos, licenciatura em Matemática pela UNIP, 7 anos de experiência, contratado pelo PSS de 2025, atua do 6º ao 9º ano nas disciplinas de Ciências e Língua Espanhola;

- **Meremücü** (“Aquele que peito bonito - Ngunü”, clã de Mutum), professor Geremias Inácio Candido, licenciatura em Letras pela UEA, 10 anos de experiência, contratado pelo PSS de 2025, atua do 6º ao 9º ano na Língua Ticuna;
- **Wetanücü** (“Aquele que cachos pretos - Te’ma”, clã de Buriti), professor Francisco Coelho Lucas, efetivo, licenciatura em Arte e Educação Física pelo OGPTB/UEA, 22 anos de experiência, atua do 6º ao 9º ano nas disciplinas de Arte e Educação Física;
- **Wocacüã** (clã de Boi), professor Evanildo Almeida Fernandes, contratado pelo PSS de 2025, 8 anos de experiência, atua do 6º ao 9º ano na disciplina de Matemática;
- **Mereecü** (“Aquele que tem cacho bonito - Aru”, clã de Avai), professor Rael Ribeiro Mendes, licenciatura em Letras pelo PARFOR, 20 anos de experiência, contratado pelo PSS de 2025, atua do 6º ao 9º ano na disciplina de Língua Portuguesa.

A Tabela 4 apresenta a organização do corpo docente da Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino Meraücü, referente ao ano letivo de 2025. Nela, estão listados os nomes dos professores, incluindo os respectivos nomes indígenas quando existentes, suas formações acadêmicas, cargos, tempo de experiência e funções adicionais dentro da escola. A tabela também detalha as turmas e disciplinas sob responsabilidade de cada docente, abrangendo tanto o Ensino Fundamental I quanto o Ensino Fundamental II, bem como as turmas de educação infantil.

Essa organização evidencia a diversidade de formações e experiências dos profissionais, incluindo professores indígenas e não indígenas, refletindo o compromisso da escola com o ensino bilíngue e intercultural. Além disso, destaca-se a presença de docentes com longa experiência no magistério e de novos professores contratados pelo processo seletivo simplificado (PSS), garantindo a continuidade e a valorização da educação indígena Ticuna em todas as etapas do ensino fundamental.

Tabela 4 – Professores da Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino Meraücü, ano letivo 2025

Nome / Nome Indígena	Formação	Cargo / Ano de Atuação	Experiência	Função Adicional	Disciplinas / Turmas
Nucucü (Aquele que	Pedagogia Intercultural	Efetivo, 1º ao 5º ano	23 anos	Gestor da escola	1º ao 5º ano

coloca em dentro - Saúva) / Batista Alves	Indígena				
Raimunda Rodrigues Ferreira	Letras (UFAM)	Contratada PSS 2025	5 anos	Coordenadora pedagógica (6 meses)	Ensino Fundamental I
Yaucawecü rü Wüicacü / Francisco Rodrigues Araújo	Letras (PARFOR)	Efetivo, 1º ao 5º ano	20 anos	Orientador educacional (1ª vez)	1º ao 5º ano
Maria Tereza Ramos Alberto	Biologia e Química (OGPTB/UEA)	Efetiva, duas turmas	-	Orientadora educacional	Duas turmas Ensino Fundamental I
Weetchina / Tatiana Julião Inácio	Pedagogia (UEA)	Contratada PSS 2025	6 anos	-	Maternal II e Pré-II
Bastos de Almeida	Pedagogia	-	-	-	Maternal III
Ozanir Araújo Pinto	Geografia (cursando)	Contratada PSS 2025	-	-	1º ano
Alexandro Ramos da Costa	Pedagogia	Contratado PSS 2025	2 anos	-	2º ano
Jonildo Pinto Francisco	Pedagogia	Contratado PSS 2025	-	-	3º ano
Eliezer Lucas Cruz	Pedagogia Intercultural Indígena (UEA)	-	-	-	4º e 5º ano
Josemar de Souza da	Geografia (UEA)	Contratado PSS 2025	-	-	6º ao 9º ano

Silva					
Metchirecũ / Valdeci Estevão Ramos	Matemática (UNIP)	Contratado PSS 2025	7 anos	-	6º ao 9º ano: Ciências e Espanhol
Meremücũ / Geremias Inácio Candido	Letras (UEA)	Contratado PSS 2025	10 anos	-	6º ao 9º ano: Língua Ticuna
Wetanücũ / Francisco Coelho Lucas	Arte e Educação Física (OGPTB/UEA)	Efetivo	22 anos	-	6º ao 9º ano: Arte e Educação Física
Wocaciã / Evanildo Almeida Fernandes	-	Contratado PSS 2025	8 anos	-	6º ao 9º ano: Matemática
Mereecũ / Rael Ribeiro Mendes	Letras (PARFOR)	Contratado PSS 2025	20 anos	-	6º ao 9º ano: Língua Portuguesa

Assim, a escola segue o currículo definido e as disciplinas que os alunos estudam no Ensino Fundamental II:

currículo do ensino fundamental II 6° ao 9°anos	
6° anos	<ul style="list-style-type: none"> ● Língua Ticuna ● Língua Portuguesa e conhecimento tradicionais ● Língua trangeiras - espanhol ● Artes, culturas e mitologias ● Praticas corporais e esportivas ● Matemática e conhecimento tradicionais ● Geografias e contextos locais ● História e historiografia indígenas ● Ensino religioso ● Ciências e saberes indígenas ● Formas, próprias de educar
7° anos	<ul style="list-style-type: none"> ● Língua Ticuna ● Língua Portuguesa e conhecimento tradicionais ● Língua trangeiras - espanhol ● Artes, culturas e mitologias ● Praticas corporais e esportivas ● Matemática e conhecimento tradicionais ● Geografias e contextos locais ● História e historiografia indígenas ● Ensino religioso ● Ciências e saberes indígenas <p>Formas, próprias de educar</p>
8° anos	<ul style="list-style-type: none"> ● Língua Ticuna ● Língua Portuguesa e conhecimento tradicionais ● Língua trangeiras - espanhol ● Artes, culturas e mitologias ● Praticas corporais e esportivas

	<ul style="list-style-type: none"> ● Matemática e conhecimento tradicionais ● Geografias e contextos locais ● História e historiografia indígenas ● Ensino religioso ● Ciências e saberes indígenas ● Formas, próprias de educar
9º anos	<ul style="list-style-type: none"> ● Língua Ticuna ● Língua Portuguesa e conhecimento tradicionais ● Língua estrangeiras - espanhol ● Artes, culturas e mitologias ● Práticas corporais e esportivas ● Matemática e conhecimento tradicionais ● Geografias e contextos locais ● História e historiografia indígenas ● Ensino religioso ● Ciências e saberes indígenas ● Formas, próprias de educar

O currículo do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) da Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisboa Galdino Meraïcü está estruturado de forma a valorizar tanto o conhecimento indígena quanto os conteúdos acadêmicos formais. Em cada ano, os alunos estudam a **Língua Ticuna**, assegurando a preservação e transmissão da língua materna, ao lado da **Língua Portuguesa** e conteúdos relacionados aos conhecimentos tradicionais. O ensino de **línguas estrangeiras (espanhol)**, **artes, culturas e mitologias**, e **práticas corporais e esportivas** complementa a formação integral, enquanto **Matemática, Geografia, História e Ciências** são abordadas com perspectiva intercultural, integrando saberes indígenas e contextos locais. Além disso, o currículo inclui **ensino religioso** e **formas próprias de educar**, garantindo que os estudantes desenvolvam identidade cultural, consciência histórica e habilidades acadêmicas essenciais, mantendo coerência entre a educação formal e os valores e práticas da comunidade Ticuna.

A tabela a seguir apresenta a organização curricular do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) na Escola Indígena São Leopoldo, destacando as disciplinas que integram tanto os saberes tradicionais e culturais Ticuna quanto as disciplinas do currículo oficial, garantindo uma formação integral e intercultural para os estudantes.

Tabela 5 – Currículo do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) – Escola Indígena São Leopoldo

Ano	Disciplinas / Conteúdos
6º ano	Língua Ticuna; Língua Portuguesa e conhecimentos tradicionais; Língua estrangeira – Espanhol; Artes, culturas e mitologias; Práticas corporais e esportivas; Matemática e conhecimentos tradicionais; Geografia e contextos locais; História e historiografia indígenas; Ensino religioso; Ciências e saberes indígenas; Formas próprias de educar
7º ano	Língua Ticuna; Língua Portuguesa e conhecimentos tradicionais; Língua estrangeira – Espanhol; Artes, culturas e mitologias; Práticas corporais e esportivas; Matemática e conhecimentos tradicionais; Geografia e contextos locais; História e historiografia indígenas; Ensino religioso; Ciências e saberes indígenas; Formas próprias de educar
8º ano	Língua Ticuna; Língua Portuguesa e conhecimentos tradicionais; Língua estrangeira – Espanhol; Artes, culturas e mitologias; Práticas corporais e esportivas; Matemática e conhecimentos tradicionais; Geografia e contextos locais; História e historiografia indígenas; Ensino religioso; Ciências e saberes indígenas; Formas próprias de educar
9º ano	Língua Ticuna; Língua Portuguesa e conhecimentos tradicionais; Língua estrangeira – Espanhol; Artes, culturas e mitologias; Práticas corporais e esportivas; Matemática e conhecimentos tradicionais; Geografia e contextos locais; História e historiografia indígenas; Ensino religioso; Ciências e saberes indígenas; Formas próprias de educar

O calendário escolar da Escola Municipal Indígena "Meraücü" é organizado considerando o ano letivo, os períodos de recesso, as reuniões pedagógicas, atividades complementares e datas comemorativas da comunidade. O início das aulas está previsto para 17 de fevereiro de 2025, com término em 19 de dezembro de 2025. O recesso de meio de ano ocorrerá de 21 de julho a 1º de agosto, e o recesso de fim de ano de 24 de dezembro a 1º de janeiro de 2026.

As reuniões pedagógicas acontecerão nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro, e a reunião com pais de alunos será realizada no dia 13 de fevereiro, contemplando Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Além disso, o calendário contempla datas comemorativas e temáticas importantes para a valorização da cultura indígena, tais como a Semana dos Povos Indígenas (14 a 17 de abril), a Semana Mundial do Meio Ambiente (2 a 6 de junho), o Dia Nacional dos Direitos Humanos (12 de agosto), a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência (21 a 28 de agosto), a Semana

Farroupilha (15 a 19 de setembro), o Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres (13 de outubro), a Semana Estadual da Água (6 a 10 de outubro), a Semana da Criança e do Adolescente (6 a 10 de outubro), a Semana da Consciência Negra (17 a 21 de novembro) e a Semana Maria da Penha nas Escolas (24 a 28 de novembro). Particularmente, a inclusão da Semana Farroupilha no calendário escolar da Comunidade Indígena São Leopoldo relaciona-se à origem do nome da comunidade, inspirado no município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, por influência externa no período de organização institucional da aldeia. Essa data, presente nos calendários oficiais da rede municipal e estadual de ensino, passou a ser incorporada às atividades escolares como um marco cívico-cultural. No entanto, no contexto da escola indígena, sua abordagem ocorre de forma crítica e contextualizada, permitindo refletir sobre processos históricos de contato, colonização e circulação de referências culturais não indígenas, sem perder de vista a centralidade da língua e da cultura Ticuna no projeto pedagógico da comunidade.

Além dessas datas, a comunidade celebra feriados municipais, como a fundação da comunidade (5 de fevereiro), o Desfile da Semana da Pátria (1º de setembro), o aniversário da Igreja Santa Cruz (28 de setembro) e o aniversário da Escola São Leopoldo I (31 de outubro). O calendário escolar integra o currículo com a valorização da cultura e identidade Ticuna, garantindo que os alunos vivenciem o aprendizado em consonância com a vida e tradições da comunidade.

O calendário escolar da Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino “Meraücü” organiza o ano letivo, incluindo datas de início e término das aulas, recessos, reuniões pedagógicas e datas comemorativas da comunidade, integrando o ensino à cultura e às tradições dos povos Ticuna.

Figura 3 – Calendário Escolar da Escola "Meraüçü" – 2025

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE BENJAMIM CONSTANT
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA PEDAGÓGICA
CALENDÁRIO ESCOLAR INDÍGENA-2025

JANEIRO
D S T Q Q S S
5 6 7 8 9 10 11
12 13 14 15 16 17 18
19 20 21 22 23 24 25
26 27 28 29 30 31

FEVEREIRO
D S T Q Q S S
2 3 4 5 6 7 8
9 10 11 12 13 14 15
16 17 18 19 20 21 22
23 24 25 26 27 28

MARÇO
D S T Q Q S S
2 3 4 5 6 7 8
9 10 11 12 13 14 15
16 17 18 19 20 21 22
23 24 25 26 27 28 29
30 31

ABRIL
D S T Q Q S S
6 7 8 9 10 11 12
13 14 15 16 17 18 19
20 21 22 23 24 25 26
27 28 29 30

MARÇO | 17 DIAS LETIVOS | 68 HORAS

MAIO
D S T Q Q S S
4 5 6 7 8 9 10
11 12 13 14 15 16 17
18 19 20 21 22 23 24
25 26 27 28 29 30 31

JUNHO
D S T Q Q S S
1 2 3 4 5 6 7
8 9 10 11 12 13 14
15 16 17 18 19 20 21
22 23 24 25 26 27 28
29 30

JULHO
D S T Q Q S S
6 7 8 9 10 11 12
13 14 15 16 17 18 19
20 21 22 23 24 25 26
27 28 29 30 31

AGOSTO
D S T Q Q S S
3 4 5 6 7 8 9
10 11 12 13 14 15 16
17 18 19 20 21 22 23
24 25 26 27 28 29 30
31

SETEMBRO
D S T Q Q S S
7 8 9 10 11 12 13
14 15 16 17 18 19 20
21 22 23 24 25 26 27
28 29 30

OUTUBRO
D S T Q Q S S
5 6 7 8 9 10 11
12 13 14 15 16 17 18
19 20 21 22 23 24 25
26 27 28 29 30 31

NOVEMBRO
D S T Q Q S S
2 3 4 5 6 7 8
9 10 11 12 13 14 15
16 17 18 19 20 21 22
23 24 25 26 27 28 29
30

DEZEMBRO
D S T Q Q S S
1 2 3 4 5 6
7 8 9 10 11 12 13
14 15 16 17 18 19 20
21 22 23 24 25 26 27
28 29 30 31

LEGENDAS:

- Inicio do Ano Escolar
- Jornada Pedagógica
- Inicio do Ano Letivo
- Inicio do Bimestre
- Enc. Pedagóg./Planejamento
- Encerramento de Bimestre
- Recesso
- Término do Ano Letivo
- Recuperação Final
- Conselho de Classe
- Término do Ano Escolar
- Sábado Letivo

FERIADOS E DATAS COMEMORATIVAS

28. Març. Massacre de Capacete	01. Mar. Dia do Trabalhador	28. Out. Dia do Servidor Público
18. Abr. Sexta Feira da Paixão	19. Junh. Corpus Christi	02. Nov. Dia dos Finados
19. Abr. Dia dos Povos Indígenas	07. Set. Independência do Brasil	15. Nov. Proclamação da República
21. Abr. Tiradentes	04. Out. São Francisco	20. Nov. Consciência Negra
	12. Out. Nossa Senhora Aparecida	08. Dez. Nossa Senhora Imaculada Conceição

INFORMAÇÕES GERAIS:

Inicio do ano escolar: 24/02/2025	Término do ano letivo: 27/12/2025	Total: 200 dias - Ano Letivo
Inicio do ano letivo: 06/03/2025	Recuperação Final: 29/12/2025	
Jornada Pedagógica: 25 a 28/02/2025	Conselho de Classe: 10/12/2025	
Recesso: 07 a 11/07/2025	Término do ano escolar: 31/12/2025	

BIMESTRES / ENCONTRO PEDAGÓGICO

1º Bimestre: 06/03 a 20/05/2025	Enc. Pedagógico/Planejamento	24/05/2025
2º Bimestre: 21/05 a 04/08/2025	Enc. Pedagógico/Planejamento	09/08/2025
3º Bimestre: 05/08 a 09/10/2025	Enc. Pedagógico/Planejamento	18/10/2025
4º Bimestre: 10/10 a 18/12/2025		

Outros dados: LDB/9394/96, Aprovado pela resolução Nº 012/2025 – CME/BC

Para facilitar a visualização e permitir que as informações sejam acessadas de forma mais clara e rápida, o calendário escolar será apresentado a seguir em formato de tabela, a seguir:

Tabela 6 – Calendário Escolar da Escola "Meraüçü" – 2025

Tipo	Data	Evento
Inicio do Ano Letivo	17/02/2025	Inicio das aulas
Recesso de Meio de Ano	21/07 a 01/08/2025	Recesso escolar
Recesso de Fim de Ano	24/12/2025 a 01/01/2026	Recesso escolar
Reuniões Pedagógicas	12, 13 e 14/02/2025	Planejamento docente
Reunião com Pais	13/02/2025	Educação Infantil e Ensino Fundamental I

Tipo	Data	Evento
Semana dos Povos Indígenas	14 a 17/04/2025	Atividades culturais e educativas
Semana Mundial do Meio Ambiente	02 a 06/06/2025	Atividades sobre sustentabilidade
Dia Nacional dos Direitos Humanos	12/08/2025	Discussão sobre direitos e cidadania
Semana Estadual da Pessoa com Deficiência	21 a 28/08/2025	Inclusão e sensibilização
Semana Farroupilha	15 a 19/09/2025	Celebração histórica e cultural
Dia Internacional para Redução do Risco de Desastres	13/10/2025	Educação preventiva
Semana Estadual da Água	06 a 10/10/2025	Consciência ambiental
Semana da Criança e do Adolescente	06 a 10/10/2025	Direitos da criança e adolescente
Semana da Consciência Negra	17 a 21/11/2025	Atividades culturais e educativas
Semana Maria da Penha nas Escolas	24 a 28/11/2025	Conscientização sobre violência de gênero
Feriado Municipal – Fundação da Comunidade	05/02/1972	Comemoração histórica
Feriado Municipal – Semana da Pátria	01/09	Desfile e atividades cívicas
Feriado Municipal – Aniversário da Igreja Santa Cruz	28/09	Celebração religiosa
Feriado Municipal – Aniversário da Escola São Leopoldo I	31/10	Celebração da comunidade escolar

6.2 Ensino de Línguas no Ensino Fundamental II

O currículo de Linguagens do Ensino Fundamental II está organizado em diversas áreas de conhecimento, contemplando a Língua Portuguesa, a Língua Materna Ticuna, Língua Estrangeira (Espanhol), Artes, Culturas e Mitologias, além das Práticas Corporais (Educação

Física). Essa organização permite aos alunos desenvolver competências comunicativas, culturais e corporais de forma integrada, valorizando simultaneamente a preservação da língua e cultura indígena.

O currículo de Língua Ticuna é desenvolvido especificamente na língua materna, com professores Ticuna, para que os alunos adquiram competência em sua própria língua, por meio da compreensão da leitura e da escrita.

Na escola, os temas trabalhados incluem a leitura de narrativas mitológicas Ticuna, assim como outros livros, nos quais se abordam aspectos básicos de gramática, categorias lexicais e sintaxe. O conteúdo é sempre **desenvolvido** na prática em sala de aula, com atividades de leitura oral, interpretação de textos já escritos em Ticuna, tradução de palavras e frases entre Ticuna e Português, estudo de plural e gênero, nomes, verbos, advérbios, ordem das palavras, prefixos pessoais, pronomes, partículas, tons lexicais, compreensão de pares mínimos e análise sintática de sentenças Ticuna. Além disso, os alunos produzem textos escritos em Ticuna, cantam, dançam, estudam plantas medicinais, desenham, realizam entrevistas, pesquisas de campo e exploram aspectos da vida cotidiana, como alimentos, bebidas e moradia, trabalhando também a conjugação de verbos, produção de frases e análise sintática.

Ao iniciar as atividades de leitura oral, o professor compartilha seus próprios conhecimentos adquiridos com os pais, incentivando os alunos a contarem histórias oralmente em sala de aula, baseadas em suas experiências familiares. Posteriormente, essas narrativas são transformadas em textos escritos.

Entre os livros utilizados nos anos finais (6º ao 9º ano), destacam-se obras produzidas desde a década de 1980, como Torü Duñ'ügü 'nosso povo' como norü ügü tchiga 'o início da história'; yoigü arü butchiga como nascimento yo'i e seus irmãos; nguta na ai na ngo'ütchiga 'a onça come ngutapa'; ngooneütchiga 'como pareceu o dia'; yo'i pogü'ütchiga 'o povo pescado por yo'i'; matchi'i tchiga 'história do Matchi'i'; ucae tchiga 'história do ucae'; moëtchiga 'história do moe'; metare tchiga 'história do Metare'; wücutcha tchiga 'história de Wücutcha'.

Na turma de anos finais do 7º ano, trabalhamos com ditados de palavras de pares mínimos em Ticuna. Cada aluno registra no seu caderno e realiza a tradução para a língua portuguesa. Em seguida, há a correção geral das palavras, verificando como estão corretas na escrita.

Na turma de anos finais do 8º ano, o conteúdo abordado é a morfologia da língua Ticuna, incluindo substantivos, adjetivos, pronomes, prefixos pronominais, conjugação de verbos, advérbios, interjeições e demais conteúdos pertinentes à morfologia.

Nos anos finais do 9º ano, o foco é a análise de sentenças, com estudo da ordem das palavras, partículas e outros tópicos sintáticos. Todos esses temas são trabalhados em três a quatro horas por dia, totalizando 20 horas semanais, mesma carga horária destinada ao currículo de Língua Portuguesa. Outras disciplinas possuem carga horária semanal menor.

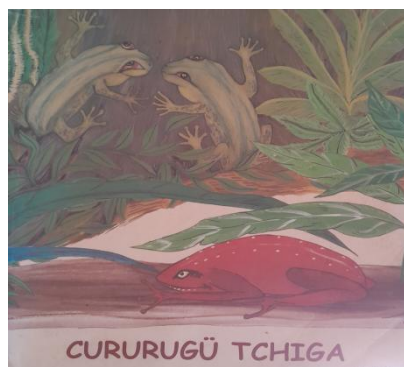
6.3 Ensino de língua Tikuna no Ensino Fundamental II

Os livros mais utilizados na disciplina de Língua Ticuna foram escritos na própria língua Ticuna. De acordo com os autores, professores Ticuna, essas obras foram publicadas pela Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues (OGPTB). Entre elas destaca-se *Cururugü Tchiga*, publicada pelo OGPTB em 2002.

O livro *Cururugü Tchiga* tem como objetivo principal desenvolver a leitura e a escrita em língua materna Ticuna, promovendo o fortalecimento da identidade cultural dos alunos. Seu conteúdo aborda narrativas mitológicas, histórias tradicionais e aspectos da gramática Ticuna, como categorias lexicais, formação de palavras, conjugação verbal, partículas e estrutura sintática das sentenças. Além disso, o material estimula práticas pedagógicas interativas, como leitura oral, produção de textos, tradução entre Ticuna e Português, e atividades relacionadas à música, dança e saberes tradicionais. Dessa forma, o livro funciona como um instrumento essencial para a preservação da língua Ticuna e para a formação de competências linguísticas e culturais nos alunos da escola indígena de São Leopoldo.

A figura da capa do livro *Cururugü Tchiga* é mostrada a seguir, ilustrando a identidade visual da obra utilizada na disciplina de Língua Ticuna.

Figura 4 – Capa do livro *Cururugü Tchiga* (OGPTB, 2002)



O livro *O Livro das Árvores*, de acordo com a autora Jussara Gomes Gruber (1997), é uma obra utilizada no ensino da Língua Ticuna, abordando o vocabulário relacionado à flora local e contribuindo para o desenvolvimento da leitura, escrita e conhecimento cultural dos alunos indígenas.

Figura 5 – Capa do livro *O Livro das Árvores* (Gruber, 1997)



A obra *Ore i Nucümaũgüũ* é organizada em três volumes e representa um importante registro das narrativas orais da comunidade Ticuna. O **Volume 1** foi organizado por Lucinda Santiago Firmino e Jussara Gomes Gruber e publicado em 2010. Os **Volumes 2 e 3** apresentam as narrativas coletadas pelos pesquisadores Ernesto Alberto Santiago e Romualda Joaquim Costódio, sob a coordenação da professora Lucinda Santiago Firmino, também publicados em 2010. Esses volumes têm como objetivo preservar as histórias, mitologias e conhecimentos tradicionais Ticuna, contribuindo para a valorização da língua e cultura indígena na educação formal e na transmissão intergeracional de saberes.

Figura 5 – Capas dos três volumes da obra *Ore i Nucümaũgüũ*

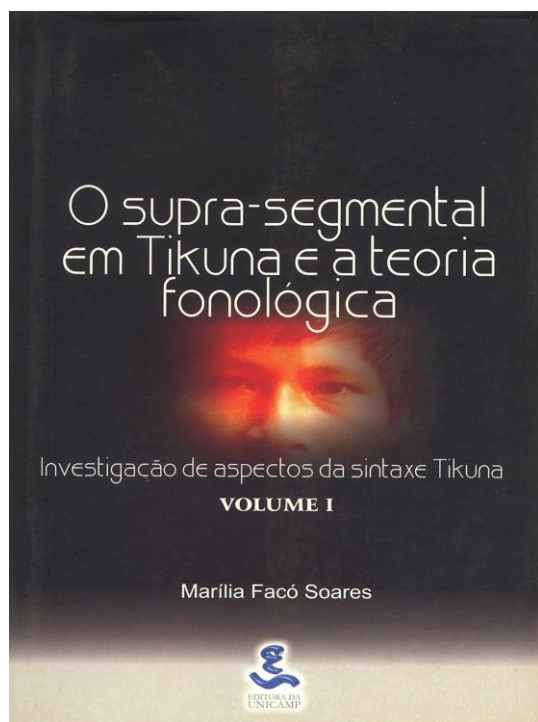


Torü Duũ'ũgü “Nosso Povo”, elaborado com a colaboração dos anciões e professores, foi publicado em 1985. Segundo informações do site (www.etnolinguistica.org), outro livro de referência é *As Vogais do Tikuna*, de Lambert Anderson, publicado em 1959, que dedica especial atenção ao sistema de cinco tonemas da língua.

Em 2024, utilizei em sala de aula, na Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino “Meraũcü”, o livro de Frei Fidelis de Alviano O. F. M., de 1945 (www.etnolinguistica.org). Na minha avaliação, a obra é excelente, pois está organizada em seções de gramática, verbos, frases e vocabulário, sendo bastante útil para o ensino da língua Ticuna.

Também é utilizada a obra publicada em 2000, o livro da doutora e pesquisadora, professora Marília Facó Soares, intitulada *O Supra-segmental em Tikuna e a Teoria Fonológica*.

Figura 6 – Capa do livro *O Supra-segmental em Tikuna e a Teoria Fonológica* (Soares, 2000)



Durante esta pesquisa, foi possível observar que a vida docente atual revela, sob o ponto de vista dos próprios professores, as principais dificuldades enfrentadas no ensino da língua Ticuna. Entre esses desafios, destacam-se a utilização dos livros didáticos bilíngues, o ensino da língua materna (Ticuna) e a integração com todas as áreas do conhecimento. Além disso, verifica-se a importância da formação continuada dos professores, especialmente no que se refere à construção de materiais didáticos próprios, que possam ser aplicados na escola. Esses materiais são elaborados com base na cultura local, nas narrativas e mitos tradicionais, bem como no conhecimento sobre plantas medicinais e práticas indígenas, fortalecendo assim uma educação contextualizada e conectada com a realidade dos alunos.

Na escola, conversei com o professor Batista Alves Inácio para compreender as dificuldades enfrentadas pelos docentes de Língua Ticuna ao longo do ano letivo, especialmente em sua atuação como gestor da escola. Segundo ele, os professores que lecionam em sala de aula enfrentam desafios significativos relacionados à própria língua. Muitas palavras Ticuna já foram esquecidas, mesmo aquelas transmitidas pelos antigos anciões; nossos avós utilizavam termos científicos e culturais que hoje os alunos desconhecem. No entanto, os professores, juntamente com os estudantes, vêm registrando essas palavras herdadas dos anciões da comunidade, buscando manter viva a memória e o conhecimento que ainda restam. O professor também destacou que, atualmente, a fala

cotidiana mistura-se muito com a língua dos não indígenas, resultando em perdas consideráveis da língua original. Como ele exemplificou em sua fala: *“Erü na nhema palavra marü nüü rü ngü'mae na namã ngueetei'ĩ — ou seja, “Então, havia palavras que já esquecemos”*.

A seguir, serão apresentadas fotografias que registram a prática escolar do autor em sala de aula, no ensino da Língua Ticuna. As imagens mostram tanto o ambiente de aprendizagem quanto as atividades realizadas pelos alunos, evidenciando o processo de ensino-aprendizagem, a interação docente-discente e o uso da língua materna nas diferentes atividades pedagógicas. As fotos permitem visualizar de forma concreta como a Língua Ticuna é trabalhada no dia a dia da escola, incluindo leituras, produções de textos, atividades culturais e exercícios de escrita e oralidade.

A foto 10 apresenta a turma do 9º ano em atividade de tradução do Ticuna para o Português, destacando o trabalho dos alunos na compreensão e produção da língua materna. A imagem evidencia a prática pedagógica de ensino bilíngue, mostrando a interação entre professor e estudantes durante a atividade de leitura e tradução.

Foto 10 – Tradução de Língua Ticuna para Língua Portuguesa na turma do 9º ano



Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

A foto 11 mostra os alunos do 9º ano realizando a atividade de tradução de textos do Português para a Língua Ticuna, destacando o trabalho conjunto em sala de aula. A imagem evidencia a prática pedagógica de ensino bilíngue, fortalecendo o domínio da língua materna e a compreensão de conceitos culturais e linguísticos.

Foto 11 – Tradução de Língua Portuguesa para Língua Ticuna com a turma do 9º ano



Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

A foto apresenta alunos do 9º ano realizando a tradução de frases do Português para a Língua Ticuna. A atividade demonstra a aplicação prática da língua materna, incentivando a leitura, escrita e compreensão cultural, fortalecendo o aprendizado bilíngue em sala de aula.

Foto 12 – Tradução de frases do Português para a Língua Ticuna – 9º ano



Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

A foto mostra alunos do 6º ano durante uma atividade de leitura em sala de aula, com o texto sobre a história do Sapo. A prática evidencia o desenvolvimento da compreensão leitora em Língua Ticuna e a valorização das narrativas tradicionais da comunidade.

Foto 13 – Leitura de histórias em Língua Ticuna – 6º ano



Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

A foto retrata alunos do 7º ano participando da contação de narrativas em sala de aula. Essa atividade permite aos estudantes expressar oralmente histórias da tradição Ticuna, fortalecendo a oralidade, a memória cultural e o vínculo com o conhecimento ancestral.

Foto 14 – Contação de narrativas em Língua Ticuna – 7º ano



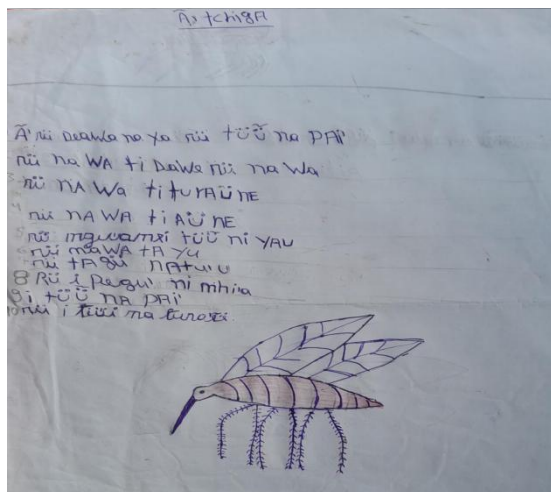
Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

Após a apresentação das fotos que ilustram atividades de leitura, tradução e contação de narrativas em sala de aula, passamos agora a mostrar imagens relacionadas à produção textual dos alunos. Nessas atividades, os estudantes do ensino fundamental II desenvolvem textos em sua própria língua materna, o Ticuna, sob a orientação do professor, como parte do trabalho pedagógico planejado para o quarto bimestre do ano letivo.

A Imagem 1 mostra a produção textual do aluno Claudiney Julião Alberto, do 6º ano, intitulada *Ã'tchiga* ('A história do Mosquito'), realizada em língua materna Ticuna durante as

atividades escolares de 2025. A imagem evidencia o desenvolvimento da escrita e da criatividade dos estudantes no contexto do ensino de sua própria língua.

Imagem 1 – Produção textual em Ticuna – *Ã'tchiga* ('A história do Mosquito')



Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

A Imagem 2 mostra a produção textual da aluna Graciela Pinto Alberto, intitulada *Ã'tchiga* – “A história do Mosquito”, realizada em Língua Ticuna durante as atividades do 6º ano no ano letivo de 2025. A produção foi desenvolvida com orientação do professor de Língua Ticuna, evidenciando o trabalho de escrita e expressão na língua materna dos alunos.

Imagem 2 – Produção textual em Língua Ticuna – *Ã'tchiga*: “A história do Mosquito”

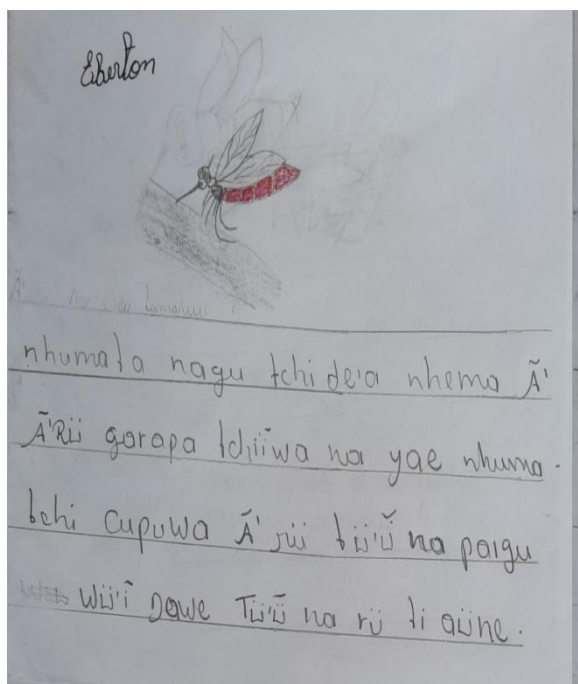


Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

A Imagem 3 mostra a produção textual do aluno Gerden Pinto Candido, intitulada *Nguepataũtchiga* – “Sem escola não há família”, realizada em Língua Ticuna durante as atividades do 7º ano no ano letivo de 2025. A produção evidencia a reflexão do aluno sobre a importância da escola para a comunidade, desenvolvendo habilidades de escrita e expressão em sua língua materna.

A Imagem 6 registra a produção do aluno Eberton, do 6º ano, intitulada ã'tchiga – “A história de Mosquito”, realizada em Língua Ticuna. O trabalho integra as atividades de produção textual desenvolvidas pelo professor em sala de aula, incentivando a prática da língua materna e o fortalecimento da identidade cultural Ticuna.

Imagem 6 – Produção textual em Língua Ticuna – ã'tchiga: “A história de Mosquito”

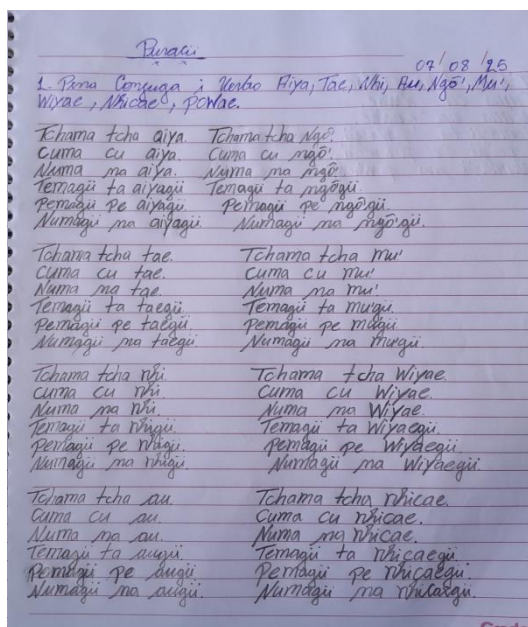


Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

A Imagem 7 registra a produção da aluna Claudivânia Julião Alberto, do 9º ano, intitulada Na'tchire tchiga – “Sobre Meio Ambiente”, elaborada em Língua Ticuna. A atividade faz parte das práticas pedagógicas do professor em sala de aula, com foco no desenvolvimento da escrita, interpretação e reflexão crítica sobre temas ambientais, integrando saberes tradicionais e conhecimentos escolares.

A Imagem 9 mostra a atividade de conjugação de verbos em Língua Ticuna, realizada individualmente pela aluna. Essa prática permite aos estudantes compreender a estrutura verbal da língua materna, aplicar regras gramaticais e desenvolver habilidades de escrita e expressão oral.

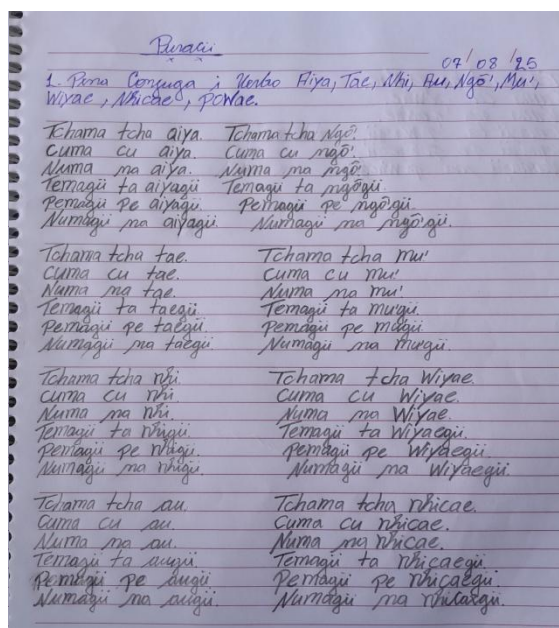
Imagem 9 – Conjugação de verbos em Ticuna – 8º ano



Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

A Imagem 10 registra a aluna Marcela Candido de Oliveira realizando atividades de conjugação de verbos em Língua Ticuna. Esse exercício permite que os estudantes aprofundem a compreensão das formas verbais, promovendo a leitura, escrita e oralidade na língua materna.

Imagem 10 – Conjugação de verbos em Ticuna – 8º ano



Fonte: Geremias Inácio Candido, 2025.

As atividades apresentadas nesta seção evidenciam o esforço contínuo da Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino 'Meraücü' em promover o ensino da língua Ticuna de forma integrada, valorizando a oralidade, a leitura, a escrita e a produção de textos pelos alunos. A prática escolar observada demonstra não apenas a transmissão do conhecimento linguístico, mas também a preservação da cultura, das narrativas e dos saberes tradicionais da comunidade Ticuna. Esses registros visuais e pedagógicos fornecem um panorama detalhado do cotidiano escolar e servem como base para compreender como a comunidade percebe e valoriza o ensino da língua materna, preparando a transição para a próxima análise sobre a percepção da comunidade em relação a esse ensino.

7. PERCEÇÃO DA COMUNIDADE DE SÃO LEOPOLDO SOBRE O ENSINO ESCOLAR DA LÍNGUA TIKUNA

Na comunidade de São Leopoldo, o ensino da língua Ticuna não se restringe apenas às práticas escolares formais; ele também reflete o modo como a comunidade percebe a importância da preservação de sua língua, cultura e identidade. Esta seção busca explorar as opiniões, impressões e expectativas de diferentes membros da comunidade — incluindo pais, professores, lideranças e alunos — em relação ao ensino escolar da língua materna. Ao compreender essas percepções, é possível avaliar o impacto do ensino da língua Ticuna na valorização cultural, na continuidade da transmissão intergeracional do conhecimento e na formação de novas gerações conscientes de sua identidade indígena.

7.1 Percepção das lideranças e anciãos da comunidade

A reunião foi realizada pelo gestor Batista Alves Inácio na Escola Juvenal Meraücü, no dia 18 de agosto de 2025, à noite. Participei dessa reunião e também tive a oportunidade de perguntar às três lideranças e a mais dois professores sobre a questão da língua Ticuna. O ponto principal observado nos depoimentos dos anciãos e professores diz respeito à preocupação com a preservação da língua Ticuna na comunidade local. A maioria, em seus relatos, destacou essa preocupação. Por exemplo, o morador Delson Bibiano Macário afirmou, durante a reunião, sua preocupação com a língua Ticuna, explicando que considera fundamental que os estudantes indígenas mantenham o uso da língua, inclusive ao ingressarem na universidade. Ele destacou: *Tchauga* “minha língua” e, por essa razão, reforçou a importância de não esquecermos a *Taga* “nossa língua”, como também enfatizou outro ancião ao declarar:

Meu preocupação a língua Ticuna nunca acaba **taguã nürü o'** porque, pra mim, se eu estudar na Universidade o professor vai me perguntar qual meu minha língua e minha cultura e se quando eu deixaria a minha língua, como o posso responder o professor 'nhegã ta nüũ tcha rü o'gu nhaã tchauga i tacü mã ta nüũ tcha ngã'ũũ nhema professu'. Assim este minha língua ticuna nunca esqueceria, este é nossa língua nunca deixaria fora 'Nhemaca' nhaã língua Ticuna nhaã taga tagutaã ngeta narü o'.

Um dos anciãos participantes dessa reunião confirmou e concordou com a fala do ancião anterior, dizendo *nhemaã* “é verdade”. Após esse consenso, o ancião continuou, destacando que a língua Ticuna possui grande valorização para o povo Ticuna.

O participante Sebastião Dupino Ramos também manifestou sua preocupação com a língua, afirmando: *meũcũ tauguã nũũ rü o’ erü cü taga ni-ĩ* “é bom, nunca esquecermos nossa língua, porque ela é a nossa língua”. O professor Ozanir, igualmente presente na reunião, reforçou essa preocupação com a língua Ticuna. Segundo ele, quando não estudamos nossa língua Ticuna, ela corre o risco de desaparecer, e poderá faltar professor formado especificamente em língua Ticuna, preparado para ministrar o ensino da língua. Como destacou: *taga ta ni-ĩ* “ela é a nossa língua”. Acrescentou ainda que, quando um indígena vai estudar longe da aldeia e deixa de falar sua língua, perde também parte de sua identidade étnica.

Os depoimentos das lideranças e anciãos da comunidade de São Leopoldo revelam um forte compromisso com a preservação da língua Ticuna como elemento central da identidade cultural. Eles enfatizam que a manutenção do uso da língua, mesmo diante de desafios acadêmicos e sociais, é essencial para que as novas gerações reconheçam e valorizem suas raízes. Os relatos destacam a importância de que a língua seja transmitida de forma contínua, garantindo que os alunos indígenas possam manter viva sua cultura, tradição e práticas sociais, fortalecendo o senso de pertencimento e o vínculo intergeracional com a comunidade.

7.2 Percepção de professores da comunidade

O professor Marcos Thamis Salvador, também participante da reunião organizada pelo gestor, é formado em Antropologia e História e atua há oito anos como professor da SEDUC do Amazonas, na região do Alto Solimões, junto à Comunidade Indígena São Leopoldo, anexa à Escola Estadual Indígena Cacique Manuel Florentino Mecüracü, da comunidade indígena Feijoal, em Benjamin Constant/AM. Ele é, ainda, um dos maiores representantes da comunidade, exercendo o cargo de vereador do município de Benjamin Constant.

No início de sua fala, o professor fez um esclarecimento importante: em dois momentos, primeiro se expressou em língua Ticuna e, em seguida, traduziu para o português (a transcrição Ticuna/português encontra-se adiante). A pergunta dirigida a ele foi direta: qual é a sua preocupação atual em relação à língua Ticuna, considerando que agora exerce a função de vereador da comunidade?

Em sua fala, bem fundamentada, defendeu que sua principal preocupação é garantir que, no futuro, todos os discentes da comunidade, assim como de outras comunidades pertencentes à mesma etnia Ticuna, aprendam não apenas a falar, mas também a escrever e a ler em sua própria língua. Ele ressaltou que os estudantes já são falantes, mas que o ensino escolar deve assegurar a aprendizagem da leitura e da escrita, ministrado por professores da própria comunidade, na língua materna (Tikuna). Concluiu sua fala afirmando que a Constituição de 1988 já assegura o direito de cada povo estudar em sua própria língua, como reforçou em seu segundo depoimento em língua Ticuna:

Professor rü é estatuto povo indígenawa nüü ni-u, na 'waei, tagutataã torü bu'egü nüü tarü ngumaü cultura, principalmente de'a, naga nawa i de'agüü Língua Ticuna caã.

Erü na nhemaü nha ensino aprendizagem a língua Ticuna torü escolawa, pode torü bu'egü, torü dolecentigü, torü nge'tüütägü ni-ĩ, tagu'tataã ni-ĩ nü-ũ tarü ngümaẽĩ nawa ti de'a güü.

Nhu'âtchi, principalmente nawa ta wüetagüü taga.

Erü i na ngupetü, tantu, escola indígena nhuâtchi taã indígenawa ni, yiã aluno nawa ti de'a nha taga, nhuâtchi tama nü-ũ ta cua'-ũ meã aicã türü nawa ta wüetagüü.

Nheã ni, ã'ütchi-ĩ problema nhema'-ũ torü escolawa, marü yiĩ.

Então, tacü ni-ĩ na nhemaü, pode ni-ĩ professor meãma tü-ũ na ngeĩ nawa dheã wüeta.

Erü torü bu'egü nge'waca dhe'ma ni ãẽ, aũritaã ta precisa dheã escrituu, escrituu nawa ta wüetagüü taga, nhuâtchi nawa ti de'agüü meã.

Dhe'ma rü constituição tü-ũ na nagaranti ni meãma ti de'agü tagawa nhuã ta wüetagüü.

Erü nhunhaüca' na dhe'ma é pesquisagü, nümaü Ticuna mani nü-ũ narü ngumaẽĩ naga, nhuâtchi tama nü-ũ na cua'üni nawa na wüetagüü.

Erü dheã aũrima wüi problema ta ni-ĩ yeamaüra wipeewaüra.

O depoimento do professor Marcos Thamís, em língua portuguesa, foi o seguinte:

(...) Seguinte, porque é importante ensino língua indígena na comunidade, principalmente específico a comunidade indígena São Leopoldo.

Para que o aluno, aluno indígena ou aluno Ticuna para que possa tem uma escrita assim como ele fala.

A mesma, mesmo jeito que ela fala posso a escrever, a escola dá esse recurso pra ele.

Porque é todas as comunidades os problema que o indígena o Ticuna ele fala perfeitamente sua língua, mas também não consegue escrever bem.

Então, ensino da língua Ticuna na comunidade Indígena é muito importante, para que o aluno indígena domina tanto a fala e tanto escrita.

Entendeu o professor Geremias, então é ideia posso repassar é uma combinação fala escrita o aluno indígena, por isso muito importância ensino da língua indígena Ticuna nas Comunidades principalmente na aldeia São Leopoldo, muito obrigado.

Houve também uma reunião com o professor Herivaneis Ferreira Sintra, gestor da Escola Municipal Juvenal Galdino Lisboa Meraücü, realizada em 2023. Pertencente ao clã Boi, ele destacou, durante a reunião, sua preocupação em relação à língua Ticuna. Segundo ele, é fundamental que os alunos indígenas aprendam primeiro a escrever em sua própria língua antes de enfrentarem o mundo da universidade, pois esse aprendizado reforça a valorização da língua materna como primeira língua.

Na escola, o professor tem ensinado seus alunos indígenas a registrar, por meio da língua, todos os costumes, culturas, festas, rituais, comidas, bebidas, narrativas, lendas, mitos, entre outros aspectos da tradição Ticuna. Demonstrou, ainda, preocupação com o futuro dos estudantes indígenas, que, ao ingressarem em diferentes universidades, precisarão afirmar sua identidade: a qual etnia pertencem, onde vivem e qual é sua língua.

Assim, durante os estudos universitários, os alunos deverão direcionar suas pesquisas para sua própria língua, tradições e culturas. Foi a partir dessa visão que o professor expressou, em seu segundo depoimento, a seguinte reflexão:

Nheãca' ni-ĩ essencialmenti na importante tá ngu'e-e'ãũ i professu torü língua maternawa rü nhaã torü língua materna, língua Ticuna, torü primeira língua ni-ĩ.

Torü bucügü, torü alunugü na importante nüũ professu nüũ cua-êê (...), torü primero língua, torü tagawa, torü língua Ticuna, torü língua materna vem de la desdi, torü papa arü tempo, torü o'i arü tempo, erü tau-uma, não perder torü costume, torü cuturagü ngu'ũma, festas, bebida tradicionais, torü comida, tipicagü, nheagü ngu'ũma na em globa, torü língua.

Nheã ca'ni-ĩ na importante nheã ca' primera língua torü, torü bu'ũmaã cua'êê, torü alunumaã torü alfabetu língua Ticuna, _tantu como vogais, consuanti nheã ni-ĩ na-na'waeĩ essencial para nós, tomagü nua wüi área indígena ta puracügü essa é importantigüũ.

Nheca' ni'ĩ tüũ na me', nheã ngu'ũmaã professor namaã na puracü tagawa, torü língua, erü wüi arü nguneĩgu e universidadewa na ngu'gu, ngetacüã ni'ĩ, cüã, tee qui i'ĩĩ cuũ na cua'. Torü etnia Ticuna, eu vou identifica', tcha marü tchaugu tcha identifica nheã ca' ni'ĩ importante professor tagawa, torü língua materna, torü primeira língua_torü opinião, torü visãowa.

A professora Maria Tereza Alberto Galdino, em uma reunião realizada na escola, teve a oportunidade de falar sobre a questão da língua. Sua participação foi considerada muito importante, especialmente por sua presença como educadora. Ela demonstrou preocupação em relação ao ensino da língua Ticuna, ressaltando a necessidade de que os alunos aprendam a morfologia da língua, a leitura e a escrita de frases, bem como a análise sintática em Ticuna. Conforme destacou em sua fala:

Tchorü alunugü naca' tcha na ngu'êê'-ĩ Lingua Ticuna tücuruũ yiĩ, Lingua Ticuna nuã na nhemaũ, naĩ escola-wa, nüũ na cua'ũca'. Nheã rü mais importante ni-ĩ Lingua Ticuna, pa prendé, ensiná, escrevé frayi i ondi tá o verbo sujeito definido, indefinido, ine-a'mã' naca' tcha-ngu'gu.

*Nhemaca' ni-ĩ, nhaã Lingua Ticuna nawae' i ni-ĩ, meataã nüũ cu-cua'ũ,
_meataã cu-wüetaũ, meataã nawa cu-u'gütei.*

A fala da professora Maria Tereza Alberto Galdino, em língua portuguesa, foi o seguinte:

*Minha alunos, que eu ensinando a Lingua Ticuna, a língua Ticuna não
ataqui também em outra escola para saber mais importante sua Lingua
Ticuna pra aprender, ensinar, escrever a frases, onde está o verbo,
sujeito, definido, indefinido. Por isso nós queremos a Lingua Ticuna
para saber bem escrever bem, fazer leitura bem nosso aluno.*

De modo geral, os depoimentos dos professores da comunidade de São Leopoldo evidenciam uma preocupação constante com a preservação e o fortalecimento da língua Ticuna. Eles destacam a importância de garantir que os alunos aprendam não apenas a falar, mas também a ler e escrever em sua língua materna, incorporando morfologia, sintaxe e registros culturais. Ressaltam que o ensino da língua materna deve ser ministrado por professores qualificados da própria comunidade, permitindo que os estudantes compreendam e valorizem sua identidade étnica, tradições e cultura. Além disso, salientam que essa formação prepara os alunos para enfrentar desafios acadêmicos, como o ingresso em universidades, sem perder a ligação com sua língua e cultura, assegurando que a transmissão intergeracional do conhecimento seja mantida e fortalecida.

7.3 Percepção dos pais de alunos do ensino fundamental II

Para compreender a situação atual da língua Ticuna entre os falantes da comunidade de São Leopoldo, buscamos conhecer a percepção dos pais, mães e responsáveis pelos alunos do ensino fundamental II. Por meio de duas perguntas previamente formuladas, procuramos identificar como esses familiares percebem o ensino da língua na escola e quais são suas principais preocupações em relação à preservação e continuidade da língua Ticuna entre os alunos. Esse levantamento permitiu obter resultados aproximados sobre a situação da língua na comunidade escolar e compreender melhor a opinião dos pais quanto à valorização e ensino da língua nos dias atuais.

Tive a oportunidade de conversar com um pai de aluno indígena local numa manhã, na sua residência, e ele me recebeu com alegria. Cumprimentei-o e solicitei sua autorização para a conversa. Em seguida, esclareci a pergunta na língua local e iniciei a entrevista, questionando-o sobre o que ele pensava acerca do ensino da língua na escola e quais eram suas principais preocupações em relação à língua Ticuna.

Ele respondeu que a língua Ticuna é muito importante na escola, ressaltando que, atualmente, já existem professores formados em Língua Ticuna, que ministram a disciplina para os alunos Ticuna. Para ele, é fundamental que esses professores estejam em sala de aula, garantindo que os estudantes aprendam a língua adequadamente, conforme afirmou:

*(...) Erü nacü, woetama marü na nhema, professor tûna ta a'ãü alunugü, ca'na, erü tücü-ü, yina me'üma nhema, Ticunaga nhema ta na nhemaü, nhema ta na rü ü-ü, yima escola na ü-ü taga torü **utüga**⁴⁰, yaguãta ni u-gügu, erü nacü, nhema corigü nhema tchoügü yea ta nhemagü, nhuguacü rü Universidade, nhuguacü tchoü corigü, nhuguacü nhemata na ngugu alunos, nhema Língua Ticuna tûna naca na ca'cana. Nhema ca'na importante tchoü, tchautaagüü rü tchauagüü rü tchautaagü to ü-ni ï tchama tcha na we'ï na nhemaü taga Língua Ticuna (...).*

*(...) Porque, já tem professor formado língua Ticuna, para dá aula de Língua Ticuna, para mim muito importante. Porque é bom, porque ensino da Língua Ticuna já está plantado na escola. Essa nossa língua verdadeiro, nosso **língua encantada** com diziam nosso velho. Sabe porque, os brancos, o senhores estão lá na cidade, na Universidade, um dia quando um alunos chegar na universidade, essa língua Ticuna eles vão perguntar para ele de sua própria língua, por isso para mim é importante pro meu netos, os meu filhos, demais os netos estão em foras (...).*

Segundo ele, o aluno indígena, ao ingressar na universidade, precisará ter domínio da própria língua, bem como conhecer suas culturas, tradições e costumes. Essa preocupação reflete o desejo de que os alunos não enfrentem dificuldades no futuro. Por isso, é

⁴⁰ Utüga - Utü 'encantado' + ga 'língua' língua encantada

fundamental que existam professores formados na língua Ticuna, ministrando aulas que garantam o aprendizado completo, incluindo a leitura e a escrita, assegurando a continuidade e valorização da língua.

De modo geral, os depoimentos dos pais de alunos do ensino fundamental II da comunidade de São Leopoldo revelam uma grande valorização do ensino da língua Ticuna na escola. Eles destacam a importância de que os filhos aprendam não apenas a falar, mas também a ler e escrever em sua língua materna, assegurando a preservação cultural e a continuidade das tradições e costumes. Os pais reconhecem o papel fundamental dos professores formados em Língua Ticuna, que atuam diretamente na escola, e enfatizam que esse ensino prepara os alunos para enfrentar desafios futuros, como o ingresso na universidade, sem perder sua identidade étnica e lingüística.

7.4 Percepção dos alunos do ensino fundamental II

No dia 12 de junho de 2025, ocorreu a aula de Língua Ticuna para as turmas de 8º e 9º anos, durante os terceiro e quinto tempos da tarde, em um dia de sol ameno. Na ocasião, recordei as três perguntas levantadas pelo professor em nossa pesquisa de campo, mencionadas anteriormente no texto, que se referiam ao ensino da língua Ticuna no ensino fundamental II da escola local. Aproveitei essa oportunidade para promover uma discussão coletiva com os alunos, buscando compreender as dificuldades que enfrentam no aprendizado da língua e suas sugestões sobre como o ensino da Língua Ticuna poderia ser aprimorado na Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Meraücü.

No primeiro momento, registrei as três perguntas no quadro, para que ficassem visíveis a todos os alunos. Em seguida, esclareci cada uma delas na língua Ticuna, detalhando os questionamentos levantados pelo professor, de modo a facilitar a compreensão e permitir que os alunos respondessem de forma completa, destacando os pontos positivos de suas observações.

Após o esclarecimento na língua Ticuna, primeiro realizei a leitura das perguntas em português e, em seguida, traduzi-as novamente para a língua Ticuna. Nesse momento, os alunos começaram a se manifestar oralmente, debatendo entre si sobre cada questão, enquanto alguns registravam suas respostas em cadernos.

O primeiro aluno, Ernane Venancio Ramos Übücü, do Clã de Esquilo, de 13 anos, afirmou: *Yeeraãcü taga ï cua' güüca'* — “para mim, aprender mais a nossa língua”. Esse comentário abriu espaço para que outros alunos compartilhassem suas opiniões.

O segundo aluno, Eliceu Pinto Adão, disse: *Poraãcü taga ï cua'ũca'* — “estudar mais, para saber mais a nossa língua”, e acrescentou: *Yigugawa i de'agüũca'* — “podemos falar a nossa língua”.

O terceiro aluno, Jodinilson Antonio Passeco, também de 13 anos, destacou: *Meã nawa ugütee- cua'ũca'ï* — “para ler bem o texto Ticuna”.

Em seguida, o quarto aluno, Delziney Doroteio Alberto, de 14 anos, comentou: *Yeerãcü taga-ũ cua'güũca' nawa i wüetaũ* — “para melhorar a escrita de nossa língua”.

O quinto aluno, Marcela Candido de Oliveira, de 13 anos, afirmou: *ïYeerãcü tagawa i ugütae-ca'* — “para saber mais sobre leitura em nossa língua”.

Ao passar para a segunda pergunta da pesquisa, o sexto aluno, Ernane Venancio Ramos, respondeu sobre as dificuldades observadas, destacando a falta de livros didáticos: *Na tau livru taga pane* — “falta livro de língua Ticuna”.

Na outra turma de 9º ano, do turno vespertino da mesma escola, também registrei as três mesmas perguntas no quadro branco em português. No primeiro momento, dei esclarecimentos sobre as perguntas já registradas na lousa em Língua Ticuna, garantindo melhor compreensão aos alunos.

O sétimo aluno, Geone Pinto Candido, de 14 anos, respondeu: *Meã nüũ cua'ũ i wüetaũ glotalwa, nhuguacü rü ti a ücutchimare* — “saber escrever bem na Língua; às vezes, eu coloco o sinal glotal, mas a palavra não precisa dele”.

A oitava aluna, Amanda Roberto Quirino, de 14 anos, também do 9º ano, mencionou sua dificuldade na escrita, relatando que às vezes comete erros ao registrar palavras, como ao escrever *cua' qua' fã*, e explicou:

Nhugu-a'cü rü tcha ugütaegu, tcho'ũ na gutcha erü nha taga na nhema i de'a wüigu-cüraũ i nhunhaãcü wuitchigü de'a qui utchigü Ticunagügawa. (Amanda, 2025)

Quando eu fiz a leitura, tenho pouco difícil, porque as palavras que eu encontrei quase igual na fala e mais não é. (Amanda, 2025)

O 9º aluno, Pauderney Pinto Gouveia, de 15 anos, do 9º ano, participou da roda de conversa na sala de aula e, ao responder à terceira pergunta, afirmou:

‘Tagaca’ ta ngue ni tagu nüũ rü ngümüẽĩca, taga, woetaã tagaca’ ta
ngue escolawa tauguã nüũ rü ngümüẽĩca’

*‘nós estudamos nossa língua, pra nunca esquecer, por isso estudamos
na escola nossa língua.’*

De maneira geral, os alunos das turmas de 8º e 9º anos demonstraram grande interesse e valorização pelo ensino da língua Ticuna. Eles destacaram a importância de aprender, falar, ler e escrever corretamente em sua língua materna, apontando como principais dificuldades a falta de livros didáticos e alguns desafios na escrita. As sugestões apresentadas enfatizam a necessidade de fortalecer a prática de leitura e escrita, de modo a garantir que a língua Ticuna seja preservada e transmitida às futuras gerações. Esses depoimentos evidenciam que o ensino da língua na escola contribui para a identidade cultural dos alunos e para a continuidade das tradições da comunidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a importância do ensino da língua Tikuna para a preservação cultural, identidade e continuidade intergeracional do conhecimento na comunidade de São Leopoldo. A partir das percepções de professores, lideranças, pais e alunos, tornou-se claro que a língua materna não é apenas um instrumento de comunicação, mas também um elemento central de pertencimento étnico e valorização cultural.

Os professores da comunidade destacaram a necessidade de promover a alfabetização completa em Tikuna — incluindo leitura, escrita, análise sintática e morfologia — garantindo que os alunos não apenas falem, mas também escrevam e leiam corretamente na própria língua. Para eles, a formação de professores indígenas especializados em língua materna é crucial para a sustentabilidade desse processo educacional.

As lideranças enfatizaram a preservação da língua como um direito e um dever da comunidade, apontando que o conhecimento do Tikuna é indispensável para a afirmação da identidade étnica e para o exercício pleno da cidadania, especialmente quando os alunos deixam a aldeia para ingressar na universidade ou em outros espaços sociais mais amplos.

Os pais, por sua vez, demonstraram grande preocupação com o futuro educacional de seus filhos, reconhecendo a relevância de professores formados em Tikuna e de materiais pedagógicos adequados. Eles entenderam que o domínio da língua materna desde a escola garante segurança e autonomia aos estudantes, fortalecendo a transmissão cultural e evitando o esquecimento da língua.

Os alunos, finalmente, expressaram a necessidade de maior aprofundamento no ensino da língua, especialmente na leitura e escrita, e apontaram como principal dificuldade a escassez de livros didáticos e recursos de aprendizagem. Mesmo assim, manifestaram interesse e motivação em aprender, reforçando a importância de um ensino estruturado e contínuo.

Em síntese, o estudo demonstra que a valorização da língua Tikuna depende de uma atuação conjunta da escola, da família e da comunidade, articulando políticas de ensino bilíngue e preservação cultural. Para assegurar a continuidade do Tikuna, é imprescindível consolidar práticas pedagógicas que integrem fala, escrita, cultura e tradição, garantindo que as futuras gerações mantenham viva sua identidade linguística e cultural.

A seguir, apresenta-se um quadro resumo que sintetiza as principais percepções de cada perfil investigado — professores, lideranças, pais e alunos — em relação ao ensino da língua Tikuna, destacando os pontos centrais observados em cada grupo:

Tabela 7 – Percepções de professores, lideranças, pais e alunos sobre o ensino escolar da língua Tikuna

Depoentes	Síntese das percepções
Professores	Destacaram a necessidade de promover a alfabetização completa em Tikuna, incluindo leitura, escrita, análise sintática e morfologia, garantindo que os alunos não apenas falem, mas também escrevam e leiam corretamente na própria língua. Ressaltaram a importância da formação de professores indígenas especializados para assegurar a sustentabilidade do processo educacional.
Lideranças	Enfatizaram a preservação da língua como direito e dever da comunidade, destacando que o conhecimento do Tikuna é essencial para a afirmação da identidade étnica e para o exercício pleno da cidadania, especialmente quando os alunos deixam a aldeia para ingressar na universidade ou em outros espaços sociais.
Pais	Demonstraram preocupação com o futuro educacional dos filhos, valorizando professores formados em Tikuna e materiais pedagógicos adequados. Reconheceram que o domínio da língua materna desde a escola garante segurança, autonomia e fortalece a transmissão cultural, evitando o esquecimento da língua.
Alunos	Apontaram a necessidade de maior aprofundamento no ensino da língua, especialmente na leitura e escrita, identificando como principal dificuldade a escassez de livros didáticos e recursos de aprendizagem. Apesar disso, manifestaram interesse e motivação em aprender, reforçando a importância de um ensino estruturado e contínuo.

O quadro de síntese apresentado evidencia que, apesar das diferentes posições ocupadas pelos participantes — professores, lideranças, pais e alunos —, há um entendimento compartilhado sobre a centralidade da língua Tikuna no processo educativo e na vida comunitária de São Leopoldo. As percepções convergem para a ideia de que o ensino escolar da língua materna é indispensável para a preservação cultural, para a afirmação da identidade étnica e para a formação de sujeitos conscientes de sua história e de seus direitos. Ao mesmo tempo, o quadro revela desafios persistentes, como a escassez de materiais didáticos específicos, a necessidade de formação continuada de professores indígenas e o fortalecimento das práticas pedagógicas bilíngues no cotidiano escolar.

De forma conclusiva, esta seção demonstra que a valorização e o fortalecimento da língua Tikuna dependem de uma atuação articulada entre escola, família e comunidade, aliada a políticas educacionais que respeitem os saberes tradicionais e as especificidades culturais do povo Ticuna. A escola indígena de São Leopoldo emerge, assim, como um espaço estratégico de resistência, memória e continuidade intergeracional, no qual a língua não é apenas ensinada, mas vivenciada como fundamento da identidade e da existência coletiva. Garantir a permanência do ensino da língua Tikuna, com qualidade e profundidade, significa assegurar que as futuras gerações mantenham viva sua língua, sua cultura e sua história.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Mendison Chota. **Prosódia e ensino da língua Tikuna: uma proposta a partir do estudo de narrativas**. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2019.
- ALBERTO, Osias Guedes. **Análise da adaptação fonológica e prosódica de empréstimos lexicais da língua portuguesa na língua Tikuna**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
- ALBERTO, Osias Guedes. **Comparação de amostras de fala em duas comunidades Tikuna: Feijoa e Belém do Solimões**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras e Língua Portuguesa) — Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.
- ANGARITA, Abel Antonio Santos. **Hacia una dialectología Tikuna del Trapecio Amazónico colombiano**. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonia, 2005. Tese de Mestrado. 138 p.
- ANDERSON, Lambert. **Ticuna vocabulary of minimal tone words**. Série Lingüística Especial, n. 1, p. 120-127, 1959.
- BRASIL. Município de Benjamin Constant. **Decreto nº 088, de 31 de outubro de 1983. Aprova o registro do nome da Comunidade Indígena São Leopoldo e da Escola Municipal Indígena São Leopoldo**. Benjamin Constant: Gabinete do Prefeito Altino de Almeida Castelo Branco, 1983.
- BRASIL. Município de Benjamin Constant. **Decreto nº 146, de abril de 2021. Denomina a Escola Municipal de São Leopoldo como Escola Municipal Indígena Professor Juvenal Lisbão Galdino Merañcü**. Benjamin Constant: Gabinete do Prefeito David Nunes Bemerguy, 2021.
- FIRMINO, Lucinda Santiago; GRUBER, Jussara Gomes. **Ore i Nucümañgüñ: Volume 1**. Benjamin Constant: [Editora ou Organização, se houver], 2010.
- SANTIAGO, Ernesto Alberto; COSTÓDIO, Romualda Joaquim; FIRMINO, Lucinda Santiago (org.). **Ore i Nucümañgüñ: Volume 2**. Benjamin Constant: [Editora ou Organização, se houver], 2010.
- SANTIAGO, Ernesto Alberto; COSTÓDIO, Romualda Joaquim; FIRMINO, Lucinda Santiago (org.). **Ore i Nucümañgüñ: Volume 3**. Benjamin Constant: [Editora ou Organização, se houver], 2010.
- GRUBER, Jussara Gomes (org.). **O Livro das Árvores**. 3. ed. Benjamin Constant: Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües, 1999. 96 p. ISBN 85-260-0616-9.

- NIMUENDAJÚ, Curt. **The Tukuna**. Translated by William D. Hohenthal; edited by Robert H. Lowie. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1952. (University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, Vol. 45).
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “**O nosso governo**”: **Os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 134 p.
- SOARES, Marília Facó. **O supra-segmental em Tikuna e a teoria fonológica: Investigação de aspectos da sintaxe Tikuna**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000. 185 p. ISBN 85-268-0502-9.
- SOARES, Marília Facó; PINHEIRO, Pedro Inácio (Ngematücü); CARMO, Reinaldo Otaviano do (Mepawecü). **Tchorü duüügüca’ tchanu: minha luta pelo meu povo**. Niterói: EDUFF, 2014. 152 p. ISBN 978-85-228-1039-0.
- SERRA, Bernabé Bitencourt (Mecüracü rü Tchai’erucü). **Língua Tikuna: variações na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas) — Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SOARES, Marília Facó. **Traços acústicos das vogais em Tikuna**. In: SOARES, Marília Facó. *O suprasegmental em Tikuna e a teoria fonológica*. Campinas: UNICAMP, 1984. p. 140.
- TOSTES, Elem Garcia de Figueiredo. **O massacre do Capacete**. São Paulo: SBPC, 1988.

ANEXO – ROTEIRO DE ENTREVISTA / QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DA PESQUISA

Bloco 1 – Identificação do participante

1. Qual é o seu nome (ou nome pelo qual prefere ser identificado)?
 2. Qual é sua relação com a comunidade de São Leopoldo? (professor(a), aluno(a), pai/mãe, liderança, ancião/anciã, outro)
 3. Há quanto tempo você vive na comunidade de São Leopoldo?
 4. Qual é sua principal língua de uso cotidiano?
-

Bloco 2 – História da comunidade e memória coletiva

5. O que você sabe sobre a história da fundação da comunidade de São Leopoldo?
 6. Como era o uso da língua Ticuna na comunidade antigamente?
 7. Você se lembra de como seus pais, avós ou anciãos utilizavam a língua Ticuna no dia a dia?
 8. Quais mudanças você percebeu no uso da língua Ticuna ao longo do tempo?
 9. O que você sabe ou ouviu falar sobre os conflitos pela terra na comunidade, especialmente o Massacre do Capacete (1988)?
-

Bloco 3 – Língua Ticuna e identidade

10. Qual a importância da língua Ticuna para a identidade do povo Ticuna?
 11. Você acha que a língua Ticuna está sendo fortalecida ou enfraquecida atualmente? Por quê?
 12. Existem palavras ou conhecimentos em Ticuna que você considera que estão sendo esquecidos?
 13. Como a mistura com a língua portuguesa influencia o uso da língua Ticuna hoje?
 14. O que significa, para você, falar a língua Ticuna?
-

Bloco 4 – Ensino da Língua Ticuna na escola

15. Como a língua Ticuna é ensinada na escola da comunidade?
16. Você considera importante que a língua Ticuna seja ensinada na escola? Por quê?
17. Quais conteúdos da língua Ticuna são mais trabalhados em sala de aula? (leitura, escrita, oralidade, gramática, narrativas, cantos etc.)
18. Como os alunos participam das aulas de Língua Ticuna?
19. Você percebe interesse dos alunos em aprender a língua Ticuna?

Bloco 5 – Materiais didáticos e práticas pedagógicas

20. Quais materiais didáticos são utilizados para o ensino da língua Ticuna?
21. Os livros utilizados na escola representam bem a cultura e a realidade da comunidade?
22. Os professores produzem materiais próprios? Como isso acontece?
23. As narrativas, histórias, cantos e conhecimentos tradicionais são usados nas aulas?
24. Qual a importância de registrar as histórias e palavras dos anciãos?

Bloco 6 – Dificuldades e desafios

25. Quais são as principais dificuldades enfrentadas no ensino da língua Ticuna?
26. Há dificuldades relacionadas à falta de materiais didáticos?
27. Os professores enfrentam dificuldades linguísticas, como o esquecimento de palavras antigas?
28. A formação dos professores é suficiente para o ensino da língua Ticuna? Por quê?
29. O que poderia melhorar no ensino da língua Ticuna na escola?

Bloco 7 – Relação entre terra, educação e língua

30. Qual a relação entre a luta pela terra e a educação indígena?
31. Você acredita que a demarcação da terra contribuiu para o fortalecimento da educação?
32. A escola tem um papel importante na preservação da língua e da cultura Ticuna?
33. Sem a escola, o que poderia acontecer com a língua Ticuna?

Bloco 8 – Percepção da comunidade

34. Como a comunidade avalia o ensino da língua Ticuna na escola?
35. Os pais e familiares incentivam as crianças a falar Ticuna?
36. A escola contribui para que os jovens tenham orgulho de sua identidade indígena?
37. O ensino da língua Ticuna ajuda a fortalecer a união da comunidade?

Bloco 9 – Perspectivas para o futuro

38. O que você espera para o futuro da língua Ticuna na comunidade de São Leopoldo?
39. O que é necessário fazer para que a língua Ticuna continue viva entre as novas gerações?

40. Que mensagem você gostaria de deixar sobre a importância da língua, da escola e da cultura Ticuna?